



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA - PParq

CASAS DE CÂMARA E CADEIA:
UMA ANÁLISE TIPOLOGICA DE PORTUGAL À COLÔNIA

CECÍLIA BARTHEL C. CAMPELLO

RECIFE

2012

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUEOLOGIA - PParq

CASAS DE CÂMARA E CADEIA:
UMA ANÁLISE TIPOLOGICA DE PORTUGAL À COLÔNIA

Área de Concentração: Arqueologia Histórica

CECÍLIA BARTHEL C. CAMPELLO

Dissertação apresentada ao curso de Pós -
graduação em Arqueologia da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em
Arqueologia.

Orientador: Dr. Paulo M. Souto Maior

RECIFE

2012

Bibliotecário Tony Bernardino de Macedo, CRB4-1567

Orientador: Prof. Dr. Paulo M. Souto Maior.

1. Arqueologia. 2. Arqueologia histórica. 3. Tipologia. 4. Câmara e cadeia. 5. Materiais construtivos I. Souto Maior, Paulo M. (Orientador). II. Título.

UFPE (BCFCH2013-28)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Dissertação defendida e aprovada em ____/____/____ pela comissão examinadora.

Prof. Dr. Paulo Martim Souto Maior - Orientador

Comissão avaliadora:

Prof. Dr. José Luís da Mota Menezes

Prof^a. Dr^a. Ana Catarina Peregrino Torres Ramos

Prof^a. Dr^a. Daniela Cisneiros Silva Mutzenberg

À Robson e Sarah.

RESUMO

Nesta dissertação, expõem-se os procedimentos, análises e considerações obtidas na pesquisa que teve por objetivo. Para a realização desta pesquisa, foi necessária a realização da análise comparativa das tipologias das sete Casas de Câmara e Cadeia remanescentes em Pernambuco, construídas nos séculos XVIII e XIX com o modelo português. A questão inicial considerada é se o padrão tipológico lusitano se reproduziu fielmente na colônia ou se ocorreram transformações. Considerando a existência de transformações decorrentes no processo de implantação do modelo de Casas de Câmara e Cadeia na colônia, o objetivo principal desta pesquisa é identificar em que aspectos essas mudanças ocorreram, procurando interpretar suas causas e condições.

A hipótese formulada originalmente foi que as Casas de Câmara e Cadeia não possuíam a necessidade da imposição do poder através de sua estrutura física, já que este era óbvio. Para confirmar tal hipótese, foram verificados os padrões de proporção, simetria, materiais construtivos, elementos funcionais e estéticos, utilizando como artefato os edifícios e como material de suporte os códices da arquitetura clássica e militar, a iconografia existente, as plantas e fachadas. Como referenciais para análise comparativa foram analisados oito *Concelhos* localizados em Portugal, selecionados a partir do padrão tipológico semelhante e uma sequência cronológica do século XIII ao XVIII, com a intenção de acompanhar as transformações físicas ocorridas neste período. O produto resultante da análise desenvolvida nessa pesquisa confirmou a hipótese inicial e permitiu a elaboração de inferências nas considerações finais deste trabalho, que colaboraram na identificação das influências da cultura expansionista lusitana em suas relações com a colônia.

Palavras Chaves: Tipologia. Câmara e Cadeia. Materiais Construtivos. *Concelhos*.

ABSTRACT

In this written essay, it has been exposed the procedures, analyzes and considerations obtained in the research aimed at the comparative analysis of seven types of County Houses and Jail remnants in Pernambuco, built in the eighteenth and nineteenth centuries with the portuguese building model. The initial question taken into consideration is whether the typological Lusitanian pattern has been faithfully reproduced in the colony or, if there were transformations. The original hypothesis was that, the County House and Jail did not have the need for the imposition of power through its physical structure, since it was obvious. To confirm this hypothesis we have accessed the patterns of proportion, symmetry, construction materials, functional and aesthetic elements, using the buildings as artifact and, as support material, the codices of classical and military architecture, the existing iconography, as well as buildings plant. As benchmarks for a comparative analysis a research was done in eight councils located in Portugal, selected from the standard typological pattern and, a similar chronological sequence of the thirteenth to the eighteenth centuries, with the intention of monitoring the physical transformations that occurred during this period. The product results based on the development of the analysis of this study confirmed the initial hypothesis and allowed an elaboration of inferences in the final considerations of this work, which helped to identify the influences of the Lusitanian expansionist culture in its relations with the colony.

Keywords: Type. County House and Jail. Constructive Materials. Counties.

AGRADECIMENTOS

Antes mesmo de iniciar este projeto, já previa o apoio das pessoas que sempre estiveram ao meu lado nas decisões mais inusitadas, mesmo sem entender direito do que se trata ou para que sirva. A minha mãe Rose, meus tios Roger, Zezo (*in memoriam*), Sheila e Mônica, minhas avós Nilce e Ester e meu irmão Edgard, enfim, a todos que me apoiaram em tantos projetos e ainda mais nesse, quero agradecer profundamente. Quando comecei essa empreitada, já havia uma grande torcida e, durante o percurso, encontrei mais outras pessoas que foram essenciais na direção e nos seus resultados, entre elas posso citar:

A minha amiga e tia, Stela Gláucia, pelo incentivo e orientação em todo o percurso da vida.

Ao Fábio, amigo e companheiro de levantamentos e pesquisas.

Ao Prof. Dr. Paulo Martin Souto Maior pela total disponibilidade, dedicação e orientações nesse período de aprendizado.

Aos professores do curso que contribuíram direta e indiretamente com o conteúdo desse trabalho, entre eles, Scott J. Allen, Daniela Cisneiros, Viviane Castro, Cláudia Alves, Ana Catarina Ramos, Lucila Borges, Ricardo Pessôa e Marcos Albuquerque.

Aos meus colegas de pós-graduação que tornaram este período inesquecível.

Ao Professor Roberto Araújo pela disponibilização de sua tese como fonte de pesquisa para o meu trabalho.

Ao Professor Dr. José Luiz da Mota Menezes pelos esclarecimentos, pela abertura das portas de sua casa e seus livros e, sobretudo, pela doação de seus conhecimentos a essa pesquisa.

A Luciane, que esteve sempre pronta a colaborar com os atropelos e prazos durante esse período.

Aos colegas da Fundarpe pela disponibilidade e contribuições para a pesquisa.

A minhas queridas amigas Adriana Machado e Ana Nascimento pelo interesse e colaboração.

A amiga de trilhas e aventuras Lena Machado pela tradução.

À Tatiana Luna pela revisão.

Aos funcionários da IHRU e prefeituras de Vila Viçosa e Vila do Conde em Portugal pela disponibilização das fontes para pesquisa.

LISTA DE SIGLAS

APEJE - Arquivo Público Jordão Emereciano

FUNDARPE - Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IHRU - Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana

IGESPAR- Instituto de Gestão do Patrimônio Arquitetônico e Arqueológico

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Influências do <i>Tratado de Arquitetura</i> de Vitruvius nos <i>Concelhos</i> .	29
Tabela 2: Influências de <i>O Livro das Fortalezas</i> de Duarte D'armas nos <i>Concelhos</i> .	30
Tabela 3: Diferenças entre arquitetura civil e militar, Menezes (1976).	31
Tabela 4: Influências de <i>O Tratado de Arquitetura que Leo o Mestre</i> nos <i>Concelhos</i> .	32
Tabela 5: Influências de <i>o Método Lusitano de Desenhar Fortificações das Praças Regulares e Irregulares</i> nos <i>Concelhos</i> .	33
Tabela 6: Análise dos materiais construtivos das Casas de Camara e Cadeia e <i>Concelhos</i>	112
Tabela 7: Análise do programa das Casas de Câmara e Cadeia e <i>Concelhos</i>	112
Tabela 8: Análise dos Elementos Construtivos das Casas de Câmara e Cadeia e <i>Concelhos</i>	113
Tabela 10: Análise Comparativa dos Elementos Tipológicos entre os <i>Concelhos</i> e Casas de Câmara e Cadeia.	114

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: <i>Concelho</i> de Melgaço, séc. XVII, 2010	30
Ilustração 2: Planta do foro romano.	35
Ilustração 3: Distribuição geográfica dos <i>Concelhos</i> registrados no IHRU, 2012.	38
Ilustração 4: Localização da <i>Domus municipalis</i> de Bragança, 2012.	40
Ilustração 5: <i>Domus Municipalis</i> de Bragança, 2010.	41
Ilustração 6: Planta de restauração da <i>Domus municipalis</i> de Bragança, séc. XX.	42
Ilustração 7: Localização da casa do <i>Concelho</i> de Esgueira, 2012.	44
Ilustração 8: Casa do <i>Concelho</i> de Esgueira com torre sineira e pelourinho, 2010.	44
Ilustração 9: Localização do antigo paço do <i>concelho</i> de Pavia, 2012.	46
Ilustração 10: Paço do <i>Concelho</i> de Pavia, 2010.	46
Ilustração 11: Localização do <i>Concelho</i> de Vila do Conde, 2012.	49
Ilustração 12: Casa do <i>Concelho</i> de Vila do Conde, 2011.	49
Ilustração 13: Cachorro entalhado apoiado sobre coluna, 2011.	49
Ilustração 14: Espaço térreo da casa do <i>Concelho</i> de Vila do Conde, 2011.	49
Ilustração 15: Planta de reforma do <i>Concelho</i> de Vila do Conde, 1920.	50
Ilustração 16: Corte transversal do projeto de reforma, 1920.	50
Ilustração 17: Localização e situação do <i>Concelho</i> de Vila Viçosa, 2012.	51
Ilustração 18: <i>Concelho</i> de Vila Viçosa – fachada principal, 2012.	51
Ilustração 19: <i>Concelho</i> de Vila Viçosa – escada principal, 2012.	53
Ilustração 20: <i>Concelho</i> de Vila Viçosa – entrada principal, 2012.	53
Ilustração 21: Circulação de acesso às salas do pavimento superior, 2012.	54
Ilustração 22: Cômodo da antiga cadeia, 2012.	54
Ilustração 23: Localização do <i>Concelho</i> de Fronteira, 2012	55
Ilustração 24: <i>Concelho</i> de Fronteira, 2011.	55
Ilustração 25: Detalhe do pórtico de entrada principal em cantaria, 2011.	57
Ilustração 26: Pavimento superior, 2011.	57

Ilustração 27: <i>Concelho</i> de Favaíes, 2010.	60
Ilustração 28: <i>Concelho</i> de Favaíes, porta no térreo, 2010.	60
Ilustração 29: <i>Concelho</i> de Favaíes, elemento em cantaria, 2010.	60
Ilustração 30: Localização do <i>Concelho</i> da vila de Murça, 2012.	61
Ilustração 31: Casa do <i>Concelho</i> de Murça, 2010.	61
Ilustração 32: Tipo de fixação por grampo “gato”.	70
Ilustração 33: Quina de aparelho misto.	70
Ilustração 34: Quina de aparelho alternado	70
Ilustração 35: Quina de pedra angular.	70
Ilustração 36: Abóbada de berço.	72
Ilustração 37: Balcão - vista lateral	72
Ilustração 38: Estrutura tradicional de um arco.	73
Ilustração 39: Localização geográfica das Casas de Câmara e Cadeia em Pernambuco, 2012.	76
Ilustração 40: Litogravura, séc. XVII.	79
Ilustração 41: Casa de Câmara e Cadeia do Recife, 1910.	79
Ilustração 42: Localização da Casa de Câmara e Cadeia do Recife, 2011.	80
Ilustração 43: Casa de Câmara e Cadeia do Recife, 2011.	80
Ilustração 44: Casa de Câmara e Cadeia do Sirinhaém, 2009.	82
Ilustração 45: Localização da Casa de Câmara e Cadeia de Sirinhaém, 2011.	82
Ilustração 46: Planta da fachada principal, 1854.	83
Ilustração 47: Planta de levantamento da fachada principal, 1854.	84
Ilustração 48: Estrutura da coberta em caibros roliços, 2011.	84
Ilustração 49: Planta de levantamento, 1854.	84
Ilustração 50: Planta da proposta, 1854.	84
Ilustração 51: Cachorro em cantaria, 2011.	85
Ilustração 52: Corrimão em cantaria, 2011.	85

Ilustração 53: Cunhal em cantaria, 2011.	85
Ilustração 54: Casa de Câmara e Cadeia de Brejo da Madre de Deus, 2011.	87
Ilustração 55: Planta baixa térrea da Casa de Câmara e Cadeia de Brejo da Madre de Deus, 2009.	99
Ilustração 56: Detalhe do reboco da cela, 2011.	90
Ilustração 57: Estrutura da coberta, 2011.	90
Ilustração 58: Casa de Câmara e Cadeia de Pesqueira, 2009.	91
Ilustração 59: Casa de Câmara e Cadeia de Goiana, 2009.	94
Ilustração 60: Localização da Casa de Câmara e Cadeia de Goiana, 2012.	94
Ilustração 61: Planta baixa do pavimento térreo da Casa de Câmara e Cadeia de Goiana, 1864.	95
Ilustração 62: Fachada principal, 1830.	95
Ilustração 63: Corte transversal, 1830.	95
Ilustração 64: Localização da Casa de Câmara e Cadeia de Flores, 2012.	99
Ilustração 65: Casa de Câmara e Cadeia de Flores, 2009.	99
Ilustração 66: Corte transversal, 1871.	99
Ilustração 67: Planta baixa do pavimento térreo da Casa de Câmara e Cadeia de Flores, 1871.	100
Ilustração 68: Planta baixa do pavimento superior da Casa de Câmara e Cadeia de Flores, 1871.	100
Ilustração 69: Localização da Casa de Câmara e Cadeia de Igarassu, 2012.	103
Ilustração 70: Casa de Câmara e Cadeia de Igarassu, 2012.	103
Ilustração 71: Corte transversal da Casa de Câmara e Cadeia de Igarassu, sem data.	104
Ilustração 72: Fachada principal da Casa de Câmara e Cadeia de Igarassu, sem data.	104
Ilustração 73: Circulação do pavimento superior do <i>Concelho</i> de Vila Viçosa, 2011.	111
Ilustração 74: Circulação do pavimento superior da Casa de Câmara e Cadeia e Pesqueira, 2012.	111

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
I. FUNDAMENTOS DA PESQUISA	
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	16
2. FONTES DE PESQUISA	19
2.1 Fontes Primárias	20
2.1.1 Relatórios de Obras Públicas – R.O.P.	20
2.1.2 Plantas Arquitetônicas	20
2.2 Fontes Secundárias	20
2.2.1 Publicações	20
2.2.2 Processos de Tombamento	21
2.2.3 Fichas de Inventário do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU – Portugal	22
2.3 Fontes Materiais - Edifícios	23
II. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA	
1. TRATADOS DE ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NAS CASAS DO CONCELHO EM PORTUGAL	25
1.1 <i>Tratado de Arquitetura</i> , Vitruvius	26
1.2 <i>O Livro das Fortalezas</i> , Duarte D'armas	29
1.3 <i>Tratado de Arquitetura que Leo o Mestre & Arquiteto</i> , Matheus de Couto, o Velho	31
1.4 <i>Método Lusitano de Desenhar Fortificações das Praças Regulares e Irregulares</i> , Luís Serrão Pimentel	32
2. AS CASAS DO CONCELHO EM PORTUGAL: SUA ORIGEM E EVOLUÇÃO ATÉ O SÉCULO XIX	34
2.1 Origem dos <i>Concelhos</i> em Portugal	34
2.2 Descrição Física dos <i>Concelhos</i> em Portugal	37
2.2.1 Domus Municipalis de Bragança – XIII	40
2.2.2 Casa de Câmara de Esgueira - XVI	43
2.2.3 <i>Concelho</i> Municipal de Pavia - XVI	45
2.2.4 <i>Concelho</i> de Vila do Conde - XVII	47
2.2.5 <i>Concelho</i> de Vila Viçosa - XVIII	51
2.2.6 <i>Concelho</i> de Fronteira – XVIII	55

2.2.7 Casa da Câmara, Cadeia e Tribunal da Comarca de Favaíós - XVIII	58
2.2.8 Câmara Municipal de Murça – XVIII	61

III. AS CASAS DE CÂMARA E CADEIA NA ARQUITETURA COLONIAL NO BRASIL

1. CASAS DE CÂMARA E CADEIA NA FORMAÇÃO DAS VILAS	64
2. A CULTURA MATERIAL ATRAVÉS DOS SISTEMAS CONSTRUTIVOS NO PERÍODO COLONIAL NO BRASIL	68
3. AS CASAS DE CÂMARA E CADEIA EM PERNAMBUCO	75
3.1.1 Caracterização da Área de Estudo	75
3.1.2 Técnica de Pesquisa	77
3.2 Casa de Câmara e Cadeia no Recife - XVIII	78
3.3 Casa de Câmara e Cadeia em Sirinhaém - XVIII	82
3.4 Casa de Câmara e Cadeia em Brejo da Madre de Deus - XIX	87
3.5 Casa de Câmara e Cadeia de Pesqueira - XIX	91
3.6 Casa de Câmara e Cadeia em Goiana - XIX	94
3.7 Casa de Câmara e Cadeia de Flores - XIX	98
3.8 Casa de Câmara e Cadeia em Igarassu – XIX	102

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS DA COLÔNIA EM PERNAMBUCO E OS MODELOS PORTUGUESES	107
1.1 Aspectos Semelhantes	107
1.2 Aspectos Divergentes	109
2. INTERPRETAÇÃO	115
REFERÊNCIAS	117

INTRODUÇÃO

O acervo arquitetônico produzido no período colonial no Brasil oferece diversas tipologias¹ que se destacam no panorama nacional. Dentre essas, as Casas de Câmara e Cadeia, cujo modelo de edifício, segundo Pereira da Costa (1983), foi transferido como símbolo da administração pública portuguesa e se estabeleceu na fundação das principais vilas no Brasil.

Como esperado, junto com o edifício, vieram suas funções, que eram designadas para administrar, julgar e punir, dentro da área de abrangência administrativa da vila onde se inseria. Para conhecimento dessas áreas, recorreu-se neste trabalho aos Anais Pernambucanos (ibid), obra publicada em dez volumes, do historiador Francisco Pereira de Costa e comentários de José Antônio Gonsalves de Mello.

Nessa obra, foi possível encontrar registros da gênese da organização municipal pernambucana e de sua formação até o século XIX. Tais dados que contribuíram para a composição do inventário das Casas de Câmara e Cadeia existentes em Pernambuco e para a compreensão da relação entre as proporções e materiais escolhidos para a construção dos edifícios.

As Casas de Câmara e Cadeia, assim como outras formas da arquitetura brasileira, sofrem pela pouca inovação tecnológica inerente à falta de organização dos ofícios, resultado da estratégia de controle da Metrópole sobre a Colônia (ARAÚJO, 2003, p. 9).

As profissões de engenheiro e arquiteto não se separaram até o século XIX, quando houve a introdução das escolas Politécnica e de Belas Artes (ARAÚJO, 2003, p.236). Dessa forma, os edifícios públicos de maior importância eram construídos por engenheiros residentes na colônia, responsáveis pela construção das fortificações, que possuíam conhecimentos técnicos suficientes para a incumbência da Coroa de construir as Casas de Câmara e Cadeia.

Em Portugal, os edifícios públicos de maior importância, como é o caso dos *Concelhos*², geralmente ficavam a cargo do arquiteto-mor. Este se valia de

¹Tipologia neste estudo se refere aos elementos que caracterizam os concelhos e Casas de Câmara e Cadeia, tais como: proporção, simetria, materiais construtivos, elementos funcionais e estéticos.

² Termo designado ao edifício português de tipologia correspondente ao da Casa de Câmara e Cadeia no Brasil.

experiências vivenciadas através de tratados de arquitetura e construção existentes em toda a Europa desde o período clássico (COTTA, 2007, p. 4).

A escassez de estudos no âmbito construtivo das Casas de Câmara e Cadeia no estado de Pernambuco deixa uma lacuna sobre que papel estas desempenharam na dinâmica administrativa e social no processo de colonização. Também é uma incógnita se permaneceram fiéis aos modelos existentes em Portugal.

A hipótese formulada originalmente foi que as Casas de Câmara e Cadeia é que o modelo foi simplificado em relação a proporção e imponência, pois não possuíam a necessidade da imposição do poder através de sua estrutura física, já que este era óbvio, devido a relação entre colonizador e colonizado.

O objetivo dessa pesquisa foi identificar em que aspectos essas mudanças ocorreram, procurando interpretar suas causas e condições.

Em seu mapeamento, procurou-se observar, nos vestígios materiais dessas transformações e no inventário das Casas de Câmara e Cadeia em Pernambuco: características gerais das vilas; histórico dos municípios; localização urbana; programa³, percebidos como elementos de distribuição espacial; apontamentos sobre os sistemas construtivos, com seus traçados, alicerces, paredes, muros e vãos, cobertas, pisos, forros, revestimentos, escadas; elementos estilísticos e ornamentos.

Dessa forma, essa pesquisa se apresenta dividida em quatro etapas. No primeiro capítulo, estão expostos os seus fundamentos, tais como a delimitação físico-geográfica e cronológica, a justificativa, as fontes documentais e físicas e os meios teóricos e metodológicos para se atingir o objetivo proposto.

No segundo capítulo, estão as análises dos tratados arquitetônicos e das fortificações, os quais remetem ao método de construção português. Também expõe as análises dos edifícios dos *Concelhos* lusitanos, que foram realizadas através de dados obtidos em parte na pesquisa de campo e em parte nas instituições e arquivos públicos portugueses.

No terceiro capítulo, consta a apresentação geral sobre as Casas de Câmara e Cadeia, seu significado, funções, programa, elementos construtivos e arquitetônicos, baseada na publicação de 1930 do historiador Paulo Thedim Barreto.

³ O termo programa é utilizado nesse trabalho para definir os ambientes dos edifícios. Ex: sala de júri, cadeia, banheiro...

Também se expõem algumas técnicas comuns à arquitetura civil brasileira e lusitana, compiladas do texto de João Segurado (s/d), a caracterização da área de estudo e, por fim, a análise das Casas de Câmara e Cadeia inventariadas no estado de Pernambuco, onde foram identificados sete edifícios remanescentes entre os séculos XVIII e XIX.

No quarto capítulo, estão dispostas as considerações finais, interpretações e inferências acerca dos agentes responsáveis pelas transformações identificadas nos edifícios de Câmara e Cadeia em Pernambuco.

I. FUNDAMENTOS DA PESQUISA

1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

A intenção de todo trabalho científico obviamente é avançar no conhecimento humano. Quando se trata da área da Arqueologia, os interesses estão não só no que diz respeito à conservação do patrimônio, mas também no aprofundamento dos estudos das sociedades através de sua cultura material (FUNARI, 2005).

Essas respostas aproximam-se da ideologia social do período em questão, remetendo a uma fase em que a obediência à Coroa portuguesa suplantava discussões e questionamentos contra a ideia de fé, lei e rei, essenciais à implantação do regime de controle da Metrópole sobre a Colônia.

A pesquisa limitou-se aos edifícios remanescentes situados no atual território do estado de Pernambuco, construídos entre os séculos XVIII e XIX. Considerando-se a importância de situar esse trabalho dentro de um enfoque teórico-metodológico, pode-se afirmar que este foi desenvolvido utilizando métodos e abordagens correspondentes à corrente arqueológica histórico-culturalista. Segundo Alarcão (1996), determinar as funções dos objetos ou estruturas é o primeiro passo antes de classificá-los em tipologias, ou seja, reduzir a diversidade à unidade de determinados modelos ou normas que os homens tinham em mente ao

fabricarem os objetos ou ao construírem as estruturas na busca de semelhanças. Estas permitem definir culturas e rastrear contatos e influências.

A vertente histórico-cultural foi a primeira linha teórica estabelecida na Arqueologia como disciplina metodológica, ainda que dependente da Antropologia. Essa linha enxergava a transformação cultural de forma homogênea e transmitida de geração à geração. Sua atuação metodológica insistia na classificação e agrupamento de artefatos, utilizando-se de fenômenos particulares para inferir leis gerais.

A crítica a essa abordagem surgiu na década de 60 do século XX, encabeçada por Lewis Binford, com a inserção da ideia dos processos culturais, segundo a qual estes são transformados em função de mudanças tecnológicas, ambientais e ideológicas. Para responder às questões processualistas, era de suma importância dimensionar esses processos geograficamente e identificar sua continuidade e ruptura cronológica (TRIGGER, 2004).

Os métodos da arqueologia histórico-culturalista podem ter sido criticados como simples classificação de artefatos, porém Funari (2005), afirma que continua a ser o método mais utilizado e que se for um trabalho com fundamentos e métodos compatíveis devem gerar dados relevantes. Pode-se afirmar que é um trabalho de base essencial que precede ao da análise e interpretação e inferências, mesmo que se adentre em outras correntes da arqueologia.

O estudo das Casas de Câmara e Cadeia em Pernambuco se encaixa dentro dos parâmetros da arqueologia histórica segundo Targa (2000), no âmbito do passado recente, considerando-se o modelo inserido na Colônia ausente de traços de sincretismo, segundo comparação entre os modelos lusitano e colonial. Além disso, corresponde, segundo South (1977), ao interesse sobre os acontecimentos relativos à expansão europeia, tendo como objetivo o lucro e o rápido retorno do capital investido.

Os edifícios de Câmara e Cadeia, segundo a conceituação de cultura arqueológica exposta por Funari (2005), são um conjunto de artefatos semelhantes, de determinada época, e que representariam, portanto, um povo, com uma cultura definida, que ocupava um território demarcado.

Considerando-se a difusão como produto do expansionismo e capitalismo das sociedades históricas (TRIGGER, 2004), é possível identificar a matriz que

originou a tipologia do edifício de Câmara e Cadeia como proveniente de Roma, através da dominação lusitana e, em seguida, implantada na Colônia.

Partindo-se dessa ideia, a análise dos edifícios no desenvolvimento do trabalho se deu primeiramente pelo território português e posteriormente em toda a Colônia, incluindo Pernambuco.

A questão inicial para a escolha desse tema era que informações as estruturas físicas dessa tipologia poderiam dar, e se essas informações seriam relevantes na representação e identificação da cultura expansionista lusitana em suas relações com a colônia.

Uma referência para esse questionamento está nas palavras de Najjar (2005), quando afirma que a planta de uma habitação poderá sugerir questões relevantes da sociedade. Por exemplo, a localização dos cômodos pode indicar o *status* de cada membro da família, os materiais construtivos podem possuir uma conotação econômica e social, os revestimentos revelam modismos, o conteúdo estético das fachadas e jardins podem indicar padrões de comportamento. Nesse caso, a unidade familiar sendo representante de uma sociedade, permite reflexões mais amplas.

Seguindo esse raciocínio, as mesmas informações extraídas das Casas de Câmara e Cadeia podem servir como indicadores para inferências relacionadas à participação do edifício que acumulou as funções públicas no modo de vida das sociedades coloniais e imperiais.

Por essa razão, através do método de amostragem, foram analisados dados históricos e elementos construtivos dos edifícios dos *Concelhos* em Portugal. A seleção dos edifícios considerou vários aspectos, entre eles: os cronológicos, com a intenção de identificar as possíveis transformações construtivas ocorridas dos séculos XIII ao XVIII; os aspectos tipológicos, com a seleção de edifícios que fossem correspondentes aos edifícios objetos dessa pesquisa; e, por fim, o aspecto geográfico, como uma maneira de assegurar que as características encontradas não correspondam a singularidades regionais.

2. FONTES DE PESQUISA

Confrontando-se os resultados obtidos com os dados históricos e construtivos das Casas de Câmara e Cadeia em Pernambuco com os de Portugal, possibilita-se uma leitura desse testemunho material influenciado pela história administrativa do Brasil através de três séculos e dois regimes de governo.

Para esse fim, foram utilizadas as fontes primárias, secundárias e materiais. Entre as fontes primárias encontram-se o Relatório de Obras Públicas de Pernambuco e as plantas arquitetônicas provenientes de diferentes fontes.

Entre as fontes secundárias, estão as publicações, os processos de tombamento encontrados na Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco - FUNDARPE e as fichas de inventário do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana- IHRU em Portugal. Às fontes materiais, atribuem-se os próprios edifícios.

2.1 Fontes Primárias

2.1.1 Relatório de Obras Públicas – R.O.P.

Os relatórios foram confeccionados pelo Departamento de Obras Públicas até 1940, indicando as atividades cotidianas do mesmo. Esses relatórios continham principalmente prestação de contas ou solicitações de verbas para as obras que estavam sendo desenvolvidas ou que foram necessárias à Colônia. As construções das Câmaras e Cadeias foram relatadas quanto às datas, à descrição, à quantidade e valores dos materiais utilizados.

2.1.2 Plantas Arquitetônicas

As plantas arquitetônicas das Casas de Câmara e Cadeia em Pernambuco estão localizadas no Arquivo Público Jordão Emereciano – APEJE. Dentre as informações, não existem cotas ou especificações, os dados limitam-se à disposição espacial, dimensões (em escala) e a identificação de alguns materiais pelo tipo de representação. Pode ser realizada a observação dos elementos

tipológicos e tecnológicos, como escadas internas e externas, alicerces, paredes, muros, vãos, coberturas, pisos, forros e fechamento de vãos para a identificação do sistema construtivo utilizado em cada exemplar.

Quanto aos *Concelhos* em Portugal, algumas plantas inexistem e outras não foram fornecidas pelos arquivos municipais por motivos legais. Alguns arquivos públicos municipais possuem as plantas que podem ser fotografadas, no caso de o edifício possuir um novo uso. Contudo, a maior parte das informações dos *Concelhos* em Portugal está disposta em descrições físicas e imagens fotográficas.

2.2 Fontes Secundárias

2.2.1 Publicações

Uma das publicações que foi diretriz para este trabalho trata das “Casas de Câmara e Cadeia”, um artigo escrito na década de 30, através do D.P.H.A.N. (atual IPHAN), de autoria de Paulo Thedim Barreto, no qual foram identificadas trinta e sete Casas de Câmara e Cadeia em doze estados brasileiros, que compõem o quadro referencial de partida para a análise tipológica e construtiva em relação ao modelo lusitano.

O pesquisador fez um levantamento tipológico e tecnológico das Casas de Câmara e Cadeia no Brasil, excluindo, por motivo desconhecido, o Estado de Pernambuco, abrindo, dessa forma, uma lacuna para a pesquisa dessas informações. Barreto utilizou como fontes principais os Códices do Arquivo Público de Minas Gerais e do Arquivo Municipal de Salvador (os quais não especifica) e os Livros de Receitas e Despesas das Casas de Câmara e Cadeia.

Há também a publicação da Biblioteca de Instrução Profissional, traduzida pelo engenheiro português João Emílio dos Santos Segurado, na década de 1930, discorrendo sobre as principais técnicas construtivas identificadas nas Câmaras e Cadeias analisadas, a alvenaria e a cantaria. Esse livro foi destinado aos profissionais da construção civil, como os mestres pedreiros e canteiros, servindo como obra de auxílio aos engenheiros e arquitetos. Por essa razão, sua linguagem é demasiadamente didática e elucidativa sobre os aspectos técnicos.

Também foram analisados tratados que não foram atribuídos diretamente à construção dos edifícios de Câmara e Cadeia, mas que certamente tiveram grande

influência nas técnicas construtivas e elementos adotados. O *De Architectura*, escrito por Vitruvius, trata dos conhecimentos construtivos da arquitetura clássica, escrito no século II A.C., mas publicado apenas no século XV, e o Tratado de Arquitetura Militar “Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares”, publicado em 1680, escrito pelo Tenente-General e Engenheiro-Mor do Reino, Luís Serrão Pimentel.

2.2.2 Processos de Tombamento

As informações sobre o Patrimônio Cultural de Pernambuco são de domínio público e são geridas pela Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE. Os Processos de Tombamento são instrumentos legais de preservação do patrimônio arquitetônico em geral e devem compor o máximo de informações adquiridas sobre o edifício, tais como o levantamento histórico, contendo as reformas anteriores, as plantas de levantamento, as prospecções arqueológicas, a iconografia, os mapas de localização, o entorno e o seu desenvolvimento, o seu estado de conservação, além de pareceres técnicos de diversas áreas. Entretanto, apenas o processo de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia de Recife conteve todos os dados esperados.

Através da análise do processo de tombamento da Casa de Câmara e Cadeia de Igarassu, percebeu-se que ela se encontrava na área histórica de Pesqueira, e a documentação encontrada na FUNDARPE fornece alguns dos dados listados anteriormente.

2.2.3 Fichas de Inventário do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU – Portugal

A pesquisa a respeito desses edifícios foi iniciada pelo Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana – IHRU, cuja sede se localiza na Região Metropolitana de Lisboa, em Sacavém. Essa instituição é responsável pela inventariação, atualização e reabilitação do Patrimônio Nacional de Portugal e possui um acervo digital considerável de iconografia, documentação e bibliografia.

O acervo de edifícios que podem ser considerados como Casas ou Paços do *Concelho* ultrapassam os cinquenta exemplares. Outras fontes foram abordadas,

como o Arquivo Público de Arqueologia, localizado no Palácio da Ajuda, de onde não foi possível obter informações sobre os edifícios especificamente, visto que nessa instituição constavam apenas os processos de Arqueologia de alguns deles, sendo essa outra abordagem de pesquisa.

O fato é que os edifícios com as características estipuladas pela pesquisa são mais de uma centena e quase sempre não dispõem de todos os documentos necessários para análise dos processos construtivos na íntegra, como plantas, imagens e documentação histórica. Dessa forma, o trabalho de pesquisa ateve-se em algumas ocasiões às descrições dispostas nas fichas de inventário do IHRU, selecionando-se aquelas com o maior número de informações.

Para que o leitor possa aferir a dimensão dos *Concelhos* analisados, segue a relação organizada por período de construção, obtida dentre os edifícios arquivados no IHRU. Os mesmos datam do século XII ao XIX. Não quer dizer que grande parte esteja inventariada, pois os documentos dos *Concelhos* encontram-se nos arquivos público municipais, que não mantém interligação com o órgão federal de proteção ao patrimônio, localizado em Lisboa. Este, no entanto, possui registrado cerca de trinta *Concelhos* listados abaixo:

- Século XVI: Cadeia das Pereiras - Coimbra, Casa de Câmara e Cadeia de Melgaço – Viana do Castelo, Casa de Câmara e Cadeia de Covilhã – Castelo Branco, Casa de Câmara Municipal de Abrantes - Santarém, Câmara Municipal de Setúbal, Paço Municipal de Viana do Castelo, Paço do Concelho de Santa Maria – Aveiro, Câmara de Esgueira, Aveiro, Concelho Municipal de Pavia - Évora.

- Século XVII: Edifício da Câmara Municipal de Monção – Viana do Castelo e o Paço do Concelho de Vouzela – Viseu.

- Século XVIII: Câmara Municipal de Penafiel - Porto, Casa de Câmara de Esgueira - Aveiro, Casa de Câmara de Couto de Esteves - Aveiro, Câmara Municipal de Covilhã – Castelo Branco, Câmara Municipal de Celorico da Beira - Guarda, Câmara Municipal de Salvaterra de Magos - Santarém, Câmara de Fronteira – Portalegre, Câmara Municipal de Silves - Faro, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António - Faro, Paço do Concelho e Cadeia do Sobrado – Porto, Vila Viçosa – Évora, Casa de Câmara de Favaio – Vila Real.

- Século XIX: Casa de Câmara e Cadeia de São Mamede de Ribatua – Vila Real, Câmara Municipal de Murça – Vila Real, Câmara Municipal e Cadeia

Comarcã de Penamacor – Castelo Branco, Câmara Municipal de Viseu, Câmara Municipal de Alenquer - Lisboa, Câmara Municipal de Chamusca - Santarém, Câmara Municipal de Portel - Évora.

2.3 Fontes Materiais

Dentre os edifícios utilizados para essa pesquisa, foram elencados as Casas de Câmara e Cadeia do Recife, de Igarassu, de Goiana, de Sirinhaém, de Brejo da Madre de Deus, de Pesqueira e de Flores no estado de Pernambuco e os *Concelhos* de Bragança, de Esgueira, de Pavia, de Vila do Conde, de Vila Viçosa, de Fronteira, de Favaio e Murça em Portugal.

Os edifícios que permaneceram conservados até o período atual são a principal fonte dessa pesquisa. Seus testemunhos revelam os sistemas construtivos tradicionais, os espaços em suas hierarquias de utilização, a circulação vertical e horizontal, as dimensões, a aparência e estado de conservação dos elementos construtivos e as tendências estilísticas dispostas nos ornamentos e demais elementos das fachadas.

A iconografia possui proveniência variada. Algumas fotografias e ilustrações foram encontradas nos Processos de Tombamento fornecidos pela FUNDARPE. Algumas delas foram realizadas durante o desenvolvimento do trabalho, incluindo as fotografias de plantas arquitetônicas; outras fazem parte do acervo digital do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana em Portugal – IHRU.

II. DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

1. TRATADOS DE ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO E SUA INFLUÊNCIA NOS CONCELHOS

O modelo de Casa de Câmara e Cadeia teve sua origem no *Domus Municipalis*⁴, no estabelecimento da comuna medieval romana, onde era sede da administração pública e da justiça. Desde então já se caracterizava pela localização de honra na configuração urbana, isto é, na praça central ou na praça do mercado. (BARRETO, s/d, p. 19). Portugal dá continuidade à tradição romana, que foi implantada na Península no período de dominação (BARRETO, s/d, p. 23).

Os tratados de arquitetura e construção desde suas origens, conhecidas através dos arquitetos clássicos Vitrúvio, Alberti e Palladio, registraram as teorias e práticas utilizadas nas construções greco-romanas, que, neste caso, testemunharam os valores que compõe a tríade fundamental da arquitetura clássica: *firmitas, utilitas e venustas* (solidez, utilidade e beleza).

O Tratado de Vitruvius é considerado desde o Renascimento uma ponte entre os conhecimentos desde a Antiguidade à Idade Moderna e, portanto, suas contribuições devem ser consideradas como base referencial para a análise dos edifícios estudados.

⁴ Sede da administração e da justiça romana (THEDIM, p. 19).

Outras contribuições foram encontradas no Livro das Fortalezas de Duarte D'armas. Esses códices indicavam, nas panorâmicas, os percursos entre cada povoação com as distâncias, principais acessos, estado das estradas, conformação do terreno, cursos de água e navegabilidade, pontes, fontes, poços, culturas e pomares, edifícios militares, religiosos e civis, e outros. Trata-se de uma referência da conformação urbana medieval, na qual se desenvolveu a tipologia dos edifícios de *concelho*.

Constatado que o modelo do edifício de Câmara e Cadeia transportado para o Brasil teve suas origens no modelo urbano romano, o tratado de Couto torna-se uma imprescindível fonte de pesquisa na busca de semelhanças construtivas que possam esclarecer os elementos e características que configuram o modelo colonial, objeto desse estudo.

A seguir, alguns apontamentos sobre os tratados analisados e suas contribuições no que dizem respeito à configuração urbana e tipológica das Casas de Câmara e Cadeia.

1.1 *Tratado de Arquitetura*, Vitrúvio – 1406 a.C.

Uma das traduções dos dez livros escritos em latim por Vitrúvio no século II A.C., no tratado *De Architectura* foi realizada em publicação de 2007 por Justino Maciel, sendo esta, a versão utilizada como fonte neste trabalho. Este reúne conhecimentos em diversas áreas da arquitetura, engenharia e urbanismo. Uma referência do conhecimento construtivo do mundo antigo surge no Renascimento como um elo entre a Idade Média e a Antiguidade.

Essa obra expõe, no primeiro livro, uma introdução sobre o exercício do arquiteto, sobre o conceito epistemológico da obra arquitetônica, definições de arquitetura, princípios de locação das cidades, salubridade, proteção, traçado urbano e locação dos edifícios públicos.

O restante da obra Vitrúvio dedica-se aos conhecimentos técnicos, construtivos e estilísticos, apropriados pela arquitetura até os dias atuais e facilmente identificados na arquitetura dos *Concelhos* e Câmaras e Cadeias.

Ele aborda o acúmulo das experiências construtivas, as potencialidades, a constituição e processos dos materiais construtivos. As ordens dórica, coríntia,

jônica e toscana do *corpus* da arquitetura são descritas em suas formas, relações e usos.

Em seu quinto livro, o qual possivelmente é o de maior contribuição para este trabalho, situa a arquitetura pública na cidade romana, tratando da disposição do foro, do erário (cárcere), da proposta e de um plano para a basílica.

Desse modo, foi possível observar as ideias originais de um espaço destinado às atividades cívicas, que mais tarde vieram a se tornar na praça, no pelourinho, inscritos dentre os principais edifícios públicos da cidade, a Câmara e Cadeia e a Igreja Matriz.

É importante destacar que o *De Architectura* aborda também os processos construtivos da arquitetura romana. Expõe a astronomia e a gnomônica como ciências diretrizes no emprego na arquitetura clássica e explica os instrumentos empregados na construção das obras.

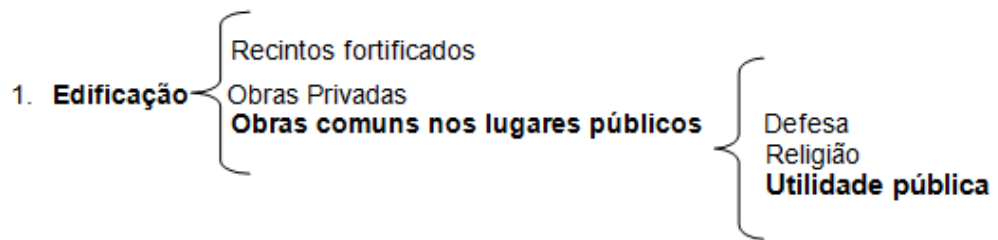
Ainda se trata da importância da mecânica e exemplos de sua utilização em transportes de cargas colossais, balanças, alavancas, prensas de largar, bombas e rodas hidráulicas, válvulas, êmbolos, engrenagens, usos lúdicos, usos militares, conhecimentos de balística, varas e travessas e outros engenhos de empregos bélicos. Esse conhecimento este, amplamente utilizado para a concepção das muralhas e fortificações da Idade Média.

As definições primárias descritas por Vitruvius para uma obra arquitetônica de qualidade devem ser a eurythmia, que é a atribuição de proporções agradáveis de equilíbrio entre a largura, o comprimento e altura do edifício.

A comensurabilidade, que trata da harmonia do conjunto, é determinada pela lógica da simetria de uma certa parte considerando o todo. O decoro diz respeito às conveniências considerando as tradições do tipo do edifício, do respeito ao significado e as exigências ao que é adequado a cada tipo.

É recomendável levar em conta a distribuição, que se refere ao planejamento considerando o status do proprietário, a dignidade oratória, os recursos econômicos, a matéria-prima para a construção, a localização urbana ou rural; enfim, as disposições dos edifícios deverão ser adequadas a cada tipo de pessoa (VITRÚVIO, 2007, p. 76).

Segundo Vitrúvio, de forma geral, os *Concelhos* podem se classificar na arquitetura da seguinte forma:



Acima o esquema de divisão da arquitetura descrita por ele destaca o local onde se insere o foro romano, modelo base dos Concelhos portugueses e das Câmaras e Cadeias brasileiras. Segundo valores clássicos, todos os edifícios deveriam seguir os princípios da solidez, da funcionalidade e beleza.

Dessa forma, caracteriza o foro como inserido nos edifícios de utilidade pública e ainda faz referência ao programa do foro, contendo a praça pública, o centro religioso, cívico, jurídico e comercial da cidade romana (VITRÚVIO, 2007, p.6).

O modelo de Arquitetura Pública estrutura-se em um quadrado com amplos pórticos duplos e colunas cerradas com adornos em pedra e passeios no pavimento superior.

A planta do foro romano deve possuir intercolúnios espaçosos para assistência aos pórticos onde se sediam as lojas bancárias⁵ e balcões nos pavimentos superiores. As colunas superiores deverão ser executadas $\frac{1}{4}$ menor que as do pavimento inferior que suportam mais peso.

Cita ainda que a proporção do edifício deverá considerar o número de habitantes da cidade, para que não se crie um vazio pela falta de usuários; a largura deverá possuir $\frac{2}{3}$ do seu comprimento; a cúria (câmara), o erário (administração) e o cárcere deverão estar ligados ao foro, de maneira que suas dimensões sejam proporcionais.

Quanto à basílica, essa deve ser erguida nas partes mais quentes, próxima ao foro para tornar conveniente a reunião dos comerciantes mesmo no inverno. Sua largura não deverá ser menor que $\frac{1}{3}$, porém não mais que a metade do seu comprimento.

⁵ Cambistas, ourives, entre outros possíveis serviços da época.

Assumindo que a muralha das fortificações está inserida na categoria de obras comuns nos lugares públicos, segundo a classificação de Vitruvius, toma-se a descrição dirigida às muralhas também aos foros.

Dessa forma, fazendo referência aos materiais a utilizar nas fortificações, o autor não faz definições específicas, pois reconhece que pode não haver disposição dos recursos desejados, mas recomenda que se deva estabelecer prioridade sobre a cantaria, a alvenaria, a pedra úmida, o tijolo cozido ou cru sobre os outros materiais.

Influências identificadas nos *Concelhos*

1. Localização urbana junto à praça central;
2. Relações de proporção entre largura 2/3 do comprimento;
3. Relação entre o tamanho do edifício e o número de habitantes;
4. Recomendação de materiais construtivos, volumetria, programa e configuração interna.

TABELA 1: INFLUÊNCIAS DO TRATADO DE ARQUITETURA DE VITRÚVIO CONCELHOS, 2012.

Esta tabela indica as influências identificadas nos Concelhos. Fonte: Vitruvius, 2007.

1.2 O Livro das Fortalezas, Duarte D'armas – 1509.

Na Idade Média, o Livro das Fortalezas, de autoria do escudeiro da Casa Real, Duarte D'armas (1509), não foi confeccionado com o intuito de ser um manual de construção, mas de se relatar ao Rei Manuel I de Portugal (1495-1521) o estado de conservação das fortificações. Entretanto, elaborou esboços em papel (*debuxos*) expondo desenhos com vistas panorâmicas, ao menos duas por povoação, de diferentes direções, com as plantas dos respectivos castelos, indicando os trechos mais arruinados, onde obras de reparos se faziam mais necessárias.

Em relação às plantas, indicam as dimensões, tipos e estado das defesas, altura e espessura dos muros, distância entre torres, finalidade dos compartimentos, acessos e outros.

A Casa de Câmara e Cadeia de Melgaço, construída no século XVII, mantém características que seguem as recomendações descritas por Duarte D'armas, como a localização do edifício de audiência junto à entrada da vila, em

torre quadrangular do castelo. Como o edifício compunha em seu programa o corpo de guarda, este também seria responsável pela vigia das muralhas.

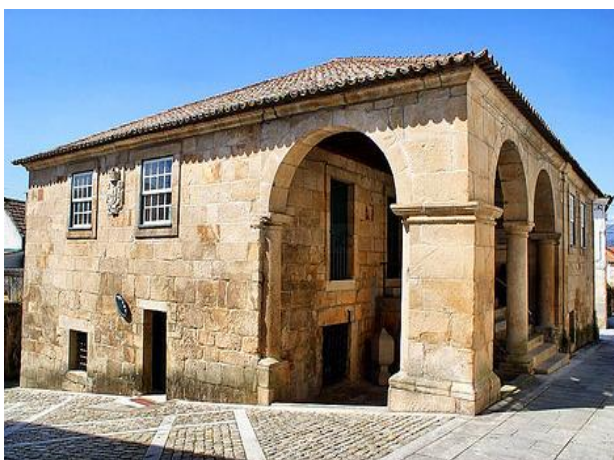
Influências identificadas nos *Concelhos*

1. Localização urbana junto à entrada da vila;
2. Configuração interna e aberturas ímpares.

TABELA 2: INFLUÊNCIAS DE O LIVRO DAS FORTALEZAS NOS EDIFÍCIOS DOS CONCELHOS

Esta tabela sintetiza as influências identificadas nos *Concelhos*. Fonte: D'armas,1509.

Outros tratados⁶ correspondem ao tema da arquitetura militar utilizados na construção das fortificações em todo território brasileiro desde o início de sua colonização, ressaltando que apesar das Casas de Câmara e Cadeia serem classificadas como arquitetura civil, é possível afirmar que foram planejadas pelos engenheiros e mestres que dominavam o conhecimento técnico construtivo contemporâneo às fortalezas e castelos.



**ILUSTRAÇÃO 1. CONCELHO DE MELGAÇO
SÉCULO XVII. 2010.**

Em alvenaria de pedra regular, a câmara segue a proposta de Duarte D'armas de duas janelas no pavimento superior, na sala de júri. A galeria marcada pela galeria formada pelos arcos plenos seria utilizada para comércio e açougue segundo as descrições dessa tipologia encontradas nos tratados.

Fonte: <<http://www.flickr.com/photos/vribeiro/>> Acesso em 22 jul. 2012

Para a interação desse conhecimento, uma síntese dos tratados aos quais se fazem menção nos documentos e forais encontrados sobre as Câmaras e

⁶ 1. Tratado de Arquitetura que Leo o Mestre & Arquit. Matheus do Couto, o Velho. Lisboa, 1631; 2. FORTES, M. O Engenheiro Portuguez. Lisboa, 1729.

Cadeias do Período Colonial distinguiram a relação extraída entre os dois estilos que podem ser sintetizados da seguinte forma:

Arquitetura Civil		Arquitetura Militar
1. caráter formal/estético regulado pela economia de recursos materiais por uma tradição construtiva transmitida oralmente por mestres de ofícios; 2. técnicas e materiais tradicionais; 3. segue corrente estilística, sem padronização de seus elementos; 4. engenheiros e mestres de obra especializados.	X	1. caráter formal/estético regulado por obras eruditas anunciadas em tratados; 2. técnicas e materiais tradicionais; 3. elementos padronizados; 4. engenheiros e mestres de obra especializados.

TABELA 3: DIFERENÇAS ENTRE ARQUITETURA CIVIL E MILITAR. 1976.

A arquitetura civil se classifica como produzida por mestres, engenheiros para utilização habitacional, institucional ou administrativa. Fonte: Menezes, 1976.

1.3 *Tratado de Arquitetura que Leu o Mestre & Arquiteto*, Matheus de Couto, o Velho – 1631.

Também se torna conveniente citar o *Tratado de Arquitetura que Leu o Mestre & Arquit.* Matheus do Couto, o Velho, que foi trabalhado anteriormente pelos autores Roberto Araújo (2003) e Beatriz Bueno (2001), ambos em suas teses de doutorado, pois analisam-no com um enfoque dedicado à engenharia militar luso-brasileira.

Couto faz algumas modificações do ponto de vista técnico em relação à Vitruvius, considerando variações de acordo com o contexto nos quais as obras se inserem. Por exemplo, quando se refere às espessuras das paredes, considera os esforços laterais aos quais as mesmas estão submetidas, cabendo, dessa forma, dimensionar as paredes de acordo com o vão e não quanto à altura, reiterando as recomendações de Vitruvius.

Ainda em relação às paredes, recomenda que se devam tornar mais esbeltas na proporção em que sobem. As paredes do pavimento térreo devem ser mais grossas que as paredes das fundações. As paredes do segundo piso devem ser meio tijolo mais fina que as paredes do primeiro, e, dessa maneira, para o topo do edifício, mas com atenção para que a parte superior não venha a ser muito esbelta. A parte superior das paredes deve cair diretamente no meio da mais baixa que dará para a parede inteira uma forma piramidal, mas isso será feito de modo tal que a superfície ou face das paredes fiquem pendendo para dentro do edifício.

Outra recomendação relevante é a simetria dos edifícios, fazendo uma analogia destes com o corpo humano e explicando quase todas as construções coloniais como sendo simétricas. Contudo, o mesmo não se atribui ao número de janelas e portais que devem ser sempre em número ímpar. Sugere-se, além disso, que o acesso principal seja sempre no meio e que seja dada preferência à proporção dupla para conferir imponência ao edifício.

Influências identificadas nos Concelhos

1. Mudança nas proporções das paredes menos espessas na proporção em que sobem;
2. Desenho da planta (simetria).

TABELA 4: INFLUÊNCIAS DE O TRATADO DE ARQUITETURA QUE LEO O MESTRE NOS CONCELHOS, 2012.

A tabela abaixo resume as influências nos Concelhos identificadas nessa obra. Fonte: Matheus de Couto, 1631.

1.4 *Método Lusitânico de Desenhar Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, Luíz Serrão Pimentel. – 1680.

Este tratado pertencente à Arquitetura Militar foi publicado em Lisboa em 1680. As considerações realizadas por Pimentel estão voltadas aos processos construtivos e estratégicos das fortificações.

Considerando que os engenheiros militares foram os responsáveis pelas Casas de Câmara e Cadeia em Pernambuco, foi conveniente buscar semelhanças nesse tratado, que foi referência entre os utilizados no período colonial.

Dentre as contribuições dadas às Casas de Câmara e Cadeia, identificou-se a influência na conformação e localização urbana das ruas, das praças e disposição dos edifícios públicos.

As noções de proporção estão sempre explícitas quando recomenda que deva existir, de acordo com a grandeza da vila, cidade ou fortificação, um espaço central destinado à praça grande e, a partir desta, deve haver ruas direitas e outras ruas que cruzem as que partem do centro, chamadas ruas transversais.

Foi observada também, nesse tratado, a necessidade de classificar os edifícios. Nesse caso, Pimentel descreve-os como públicos ou particulares.

As Casas de Câmara e as igrejas se encontram entre os públicos, assim como os arsenais, os armazéns de armas, a torre de pólvora, os paióis de mantimentos, o trem da artilharia, hospitais, a casa do governador, a casa dos oficiais de guerra, os quartéis dos soldados, as cisternas, os poços, as pontes e canos de esgoto.

Assim como no programa inserido na dinâmica da cidade romana, nesse tratado se recomendam espaços destinados ao mercado no meio das ruas próximas ao centro, mesmo que a praça principal também seja usada por mercadores e outros usos civis.

É possível observar a continuidade da concepção urbana presente nos tratados, tanto no caso português, como na colônia, onde a cidade irradia da praça central. Nesta os edifícios públicos de maior presença política ficam mais próximos ao núcleo, e os demais vão se distanciando, distribuindo-se de acordo com o crescimento urbano pelas vias transversais.

Fato curioso, assim como a origem da nomenclatura que se repete em várias cidades como a “Rua Direita”, que geralmente é ao lado ou parte da praça principal.

Influências identificadas nos *Concelhos*

1. Localização urbana central junto à praça, o mercado e outros edifícios públicos de maior importância.
2. Relação de tamanho em hierárquica entre os edifícios

TABELA 5: INFLUÊNCIAS MÉTODO LUSITÂNICO DE DESENHAR FORTIFICAÇÕES DAS PRAÇAS REGULARES E IRREGULARES NOS EDIFÍCIOS DOS CONCELHOS, 2012.

A tabela abaixo sumariza as influências abordadas nessa obra. Fonte: Pimentel, 1680.

2. AS CASAS DO CONCELHO EM PORTUGAL: SUA ORIGEM E EVOLUÇÃO ATÉ O SÉCULO XIX

2.1. Origem dos *Concelhos* em Portugal

A punição como repreensão à prática de um comportamento indesejado retrocede a períodos anteriores, no Antigo Egito, na Pérsia e na Babilônia, onde o ato de encarcerar não estava relacionado a julgamento, mesmo porque, não havia ainda um código penal vigente.

Nos dizeres de Bettiol (apud PRADO, 1999, p. 293): “no passado as verdadeiras penas eram a pena de morte, a mutilação, o exílio, confisco, enquanto o encarceramento tinha escopo meramente processual, porque servia para assegurar, no processo, a presença do réu”.

As práticas que poderiam levar ao encarceramento do indivíduo estão relacionadas ao não pagamento de impostos, a ser estrangeiro, a desobediência ou ser prisioneiro de guerra.

De acordo com Coarelli (1984), uma das prisões mais antiga em Roma é o *Carcere Mamertino*, localizada em Antigo Foro, sob a Igreja de *San Giuseppe dei Falegnami*. Foi construída por volta de 640 a.C. originalmente como uma cisterna para uma fonte no subsolo. O acesso dos prisioneiros fazia-se através de buraco existente no piso superior, também denominado alçapão, através de escada móvel ou corda.

Esta prática foi identificada também nas prisões eclesiásticas, no século XII, com a propagação das prisões subterrâneas e, de acordo com Neuman (apud BITENCOURT, 1993, p.19): “[...] os réus eram despedidos com as palavras *vade in pace*, porque não saíam mais com vida.” Esse tipo de acesso à prisão, segundo Barreto (s/d), identificou-se, na maior parte das Câmaras e Cadeias no Brasil Colonial.

Partindo da necessidade de uma base jurídica para a proteção dos cidadãos dentro dos muros da cidade, o *Domus Municipalis*, a sede da administração pública e da justiça, teve sua origem no período da comuna medieval

em Roma. Em seu programa se inserem a cadeia, o arsenal de milícias, a sala de reuniões para os magistrados, acompanhada, por vezes de outras salas e de uma capela (BARRETO, s/d, p. 19).

Considerando o aspecto cronológico, Barreto afirma que o *Domus Municipalis* corresponde à cúria e à basílica, ambos inseridos no perímetro do foro romano, como mostra a Ilustração 2. Roma atua nas províncias de seu domínio de acordo com critérios urbanísticos bastante delimitados que são reflexos de sua transformação social.

Os três elementos imprescindíveis a toda cidade romana eram a muralha, o foro e os edifícios de espetáculos. Coarelli (1983) aponta que o Foro era o ponto de encontro dos símbolos da dignidade cidadã. Uma referência de Foro “tripartio” compunha a zona *templaria*, a praça retangular com pórticos e a basílica jurídica.

A partir desses três elementos se distribuíam os demais edifícios públicos, com algumas variações recorrentes ao longo do tempo; seu desenho urbano era baseado em um modelo ortogonal.

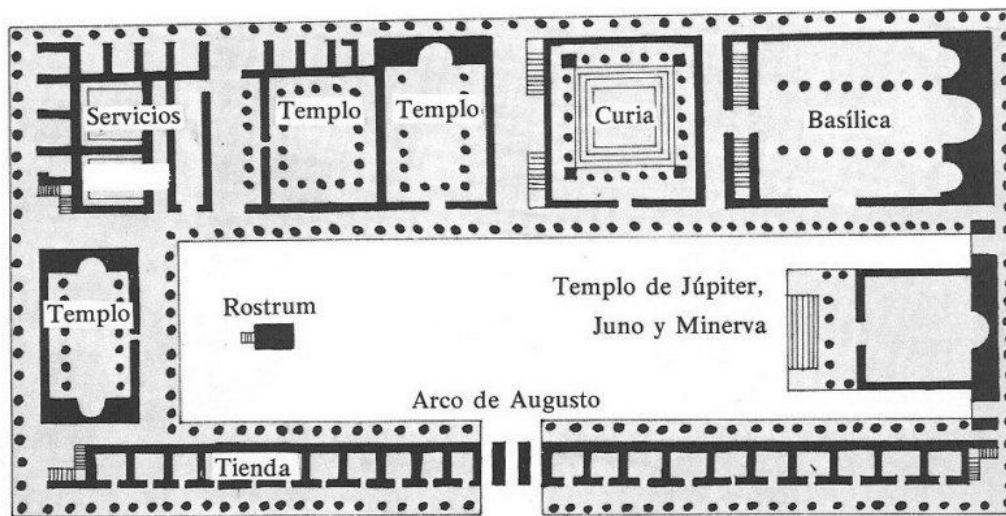


ILUSTRAÇÃO 2. PLANTA DO FORO ROMANO

Esta praça interna do foro possuía dimensão de 38 x 32 metros, abaixo se encontram as lojas bancárias que originaram as atividades de mercado, a cúria que originou a câmara e poderia também contar com cela para gladiadores, local para reuniões do senado, a basílica e os templos.

Fonte: <<http://otraorillahistoria.foroactivo.net/t1151p60-tipologias-cosas-utiles>>. Acesso em: 30 Mai. 2012.

Em Portugal, o período de construção do Foro inicia-se no século XI com o regime romano de municipalidades e segue em sintonia com as transformações sociais e políticas que compunham o último milênio. Segundo Barreto (s/d), tal regime que configurava a existência das Câmaras foi consolidado pela legislação portuguesa das Ordenações Afonsinas de 1446, Manuelinas de 1514 e Filipinas de 1603.

Ainda afirma que diversas nações foram influenciadas pelo regime administrativo municipal romano, cujas denominações são: *Hotel de Ville na França*, *Palazzo Publico, della Regione* ou *della Comunità na Itália*, *Casas Consistoriales, de Ayuntamientos* ou *Cabildos* na Espanha, *Paços do Concelho* em Portugal e Casas de Câmara e Cadeia no Brasil. As regiões da Europa que mais conservaram a tradição romana possuem os exemplares de paços municipais mais antigos.

Apesar de símbolo democrático herdado pelos romanos, Teixeira (2008) afirma que os *Concelhos* já começaram com caráter aristocrático, pois só poderiam participar figuras importantes da sociedade, iniciando-se os cavaleiros vilões e posteriormente os peões que residiam nos limites do *Concelho*. Essas consignações estavam expostas da carta de foral⁷. A qual expunha sobre os direitos de asilo, liberdade, inviolabilidade do domicílio e os deveres, tributários, serviço militar, etc.

Existem algumas disparidades na monumentalidade das Câmaras em função da localização, do poder econômico, da importância e abrangência administrativa. Essa situação repete-se também no Brasil, onde Câmaras e Cadeias do mesmo período são bastante diferentes na magnitude e acabamento.

Essa característica foi citada nos tratados de Pimentel e Vitrúvio quando relacionam a proporção dos edifícios do *Concelho* ao número de habitantes.

Outra característica relevante é a localização junto à igreja, que segue desde sua origem, quando Vitrúvio (2007) descreveu o templo como parte integrante do foro. O que se percebe dessa forma é o desmembramento do programa em dois edifícios, mas permanecendo com suas atividades em função da praça, que era palco das atividades cotidianas e também de eventos significativos.

Segundo Teixeira (2008), era na praça que se montavam tendas e se faziam as trocas comerciais. Era ali que se liam e deitavam os pregões,

⁷ As cartas significam a existência de grêmios formados pela classe do povo, constituídos com franquias e direitos próprios.

comunicando aos vilões⁸ os acontecimentos do reino. Também se fazia em tempos carnavalescos as leituras dos episódios caricatos, escarnecendo os merecedores de troças, e finalmente, era na praça que se sentenciavam os malfeitores e louvavam os homens bons. O *concelho* também se relacionava à Santa Casa da Misericórdia, segundo Cabral (2007, p.204), esses edifícios funcionavam como os dois pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa.

Um símbolo quase sempre erguido na praça central é o pelourinho, de acordo com Leite (1995), completa as funções das câmaras no ato de punir, normalmente em dia de mercado, expondo o condenado ao escárnio e vergonha; embora também tenha funcionado em alguns casos, como símbolo da presença do poder régio, unindo-se aos desígnios das Ordenações Manuelinas (nova coletânea reformada das leis do reino) e à Reforma dos Forais, na tentativa de centralização do poder.

2.2. Descrição Física dos *Concelhos* em Portugal

2.2.1 Técnica de Pesquisa

Os dados técnicos sobre os edifícios foram fornecidos pela Igespar, órgão de proteção ao Patrimônio em Portugal. Cada monumento possui um número de inscrição, com o qual se obtêm as informações cadastradas. Alguns documentos foram obtidos diretamente nas respectivas prefeituras, às quais pertencem os *Concelhos*. Contudo, a principal fonte de pesquisa das fontes secundárias foi a Igespar que possui cerca de trinta exemplares registrados. Partindo dessa informação, a amostra agregou cerca de 30% desse universo.

⁸ Termo utilizado para designar os moradores das vilas.

Para descrição dos *Concelhos* analisados nessa pesquisa, segue o mapa de Portugal com suas respectivas localizações.

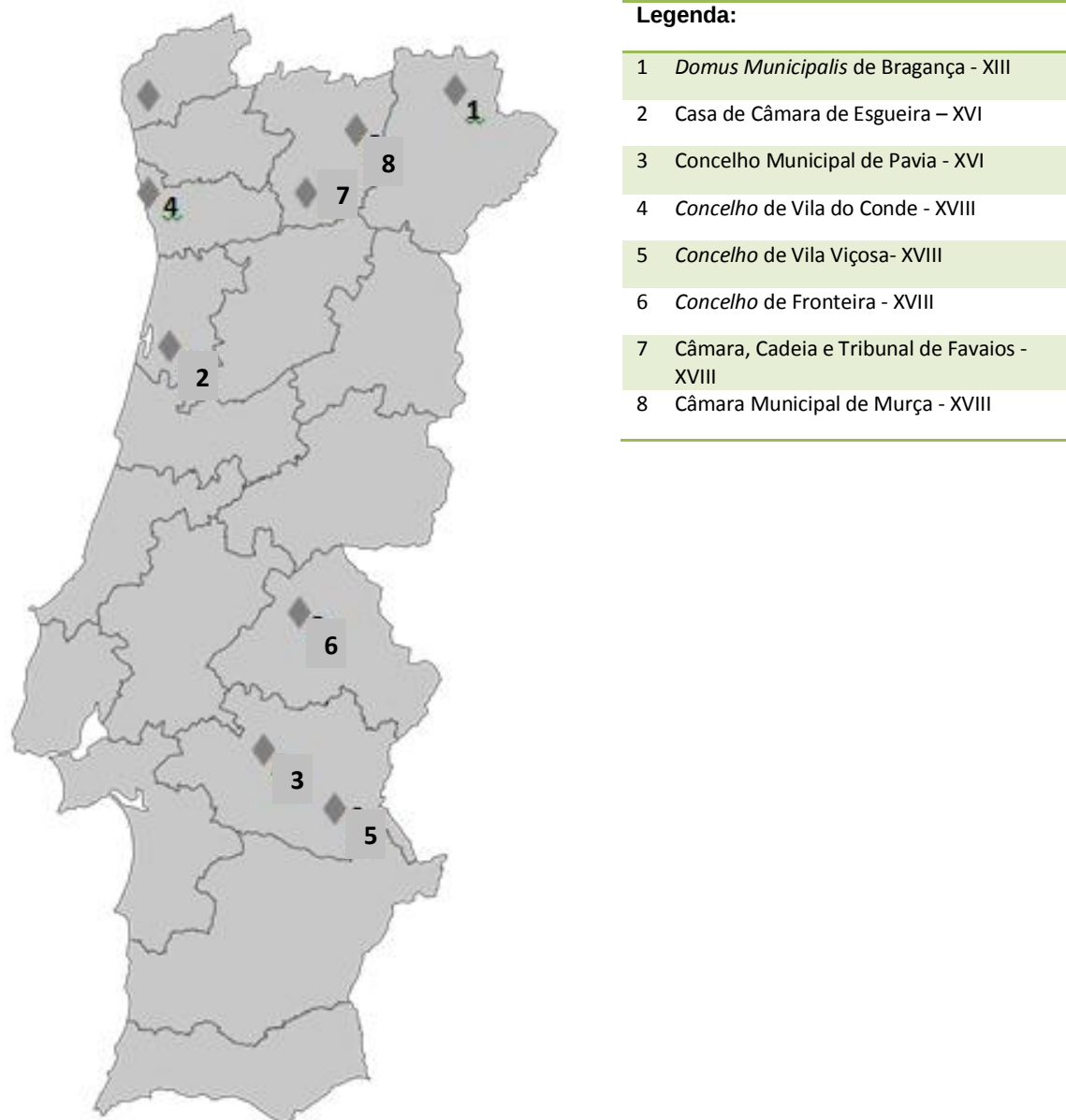


ILUSTRAÇÃO 3. DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS CONCELHOS REGISTRADOS NA IHRU. Fonte: Mapa modificado do Mapa dos Distritos de Portugal. *Wikimedia commons*. Acesso em 21 Jul. 2012.

Buscaram-se identificar, nos edifícios, os sistemas construtivos tradicionais, os espaços em suas hierarquias de utilização, a circulação vertical e

horizontal, a aparência e estado de conservação dos elementos construtivos e as tendências estilísticas dispostas nos ornamentos e demais elementos das fachadas.

Na busca de se obter um padrão para análise comparativa de cada edifício, um roteiro foi desenvolvido, levando em consideração os seguintes aspectos:

2.2.1 Coberta

- Estrutura
- Revestimento
- Desenho e alinhamento

2.2.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas
- Balcões
- Guarda corpos
- Janelas
- Elementos estéticos

2.2.3 Espaço interno

- Escadas
- Elementos construtivos das paredes
- Piso
- Acessos e circulação
- Programa

2.2.1 *Domus Municipalis* de Bragança, século XII⁹.

Em estilo românico, o edifício proveniente do período medieval em Bragança é geralmente designado como *Domus Municipalis*, termo que provavelmente não foi utilizado para designá-lo em sua época de construção.



ILUSTRAÇÃO 4. LOCALIZAÇÃO DA *DOMUS MUNICIPALIS* DE BRAGANÇA.

A primeira imagem mostra os limites da antiga cidade medieval, onde estão inseridos o Castelo de Bragança e a *Domus Municipalis*.

Fonte: <<http://www.googleearth.com>> Acessado em 12 ago. 2012



ILUSTRAÇÃO 5. *DOMUS MUNICIPALIS* DE BRAGANÇA.

A segunda imagem mostra o sistema estrutural em alvenaria de pedras regular, assim como a série de aberturas em arcos abatidos nas fachadas.

Fonte: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, PT010402420004, Portugal.

Abaixo segue a descrição física do edifício seguindo o roteiro desenvolvido nessa pesquisa:

2.2.1.1 Coberta

- Estrutura

Tesouras de pendural em madeira aparente.

- Revestimento

⁹ IHRU, PT010402420004, Lisboa, PT.

Telha cerâmica tipo canal, não original.

- Desenho e alinhamento

A cobertura, obra do restauro que o edifício recebeu já no século XX, possui cinco águas. Seu desenho segue a forma pentagonal do edifício.

2.2.1.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a coberta e as fachadas

A cornija¹⁰ é apoiada pelos cachorros em cantaria. Ao longo da cornija corre a calha, conduzida depois por algerozes¹¹ até a cisterna.

- Balcões

Inexistentes ou não identificados

- Guarda-corpos

Inexistentes ou não identificados.

- Janelas

Na face de maior extensão, abrem-se duas portas de vão retangular. As aberturas são uma série contínua de janelas de arco abatido¹², ao longo de todas as faces da construção.

- Elementos estéticos

Inexistentes ou não identificados

2.2.1.3 Espaço interno

- Escadas

Seu acesso principal é realizado por escada em cantaria paralela à fachada.

- Elementos construtivos das paredes

Paredes em alvenaria de cantaria regular (granito).

- Piso

Blocos de pedra (granito).

- Acessos e circulação

Acesso único à sala de reuniões.

¹⁰ Fiada de tijolos ou pedras rente à face de uma edificação ou projetando-se dessa, normalmente moldada de modo a marcar uma divisão na parede.

¹¹ Parte saliente do telhado que protege a parede das águas pluviais.

¹² Elemento de construção, em forma curva, obtido com “aduelas”, destinadas a cobrir um vão de abertura.

- Programa

Definindo uma planta pentagonal, exteriormente composta de cinco faces de dimensões diferentes: a mais extensa com quatorze metros, a menor com aproximadamente três metros. A cisterna define-se por uma planta retangular com a cobertura em abóbada de berço de três tramas marcados por arcos torais abatidos e um piso inclinado. Sobre o extradorso da abóbada da cisterna, assenta o pavimento do piso superior. Este primeiro piso é ocupado por um único ambiente, com uma bancada corrida ao longo de todas as paredes, em pedra, para assento dos membros do *Concelho*. Seu programa limitava-se à cisterna e sala de reuniões do *Concelho* municipal.

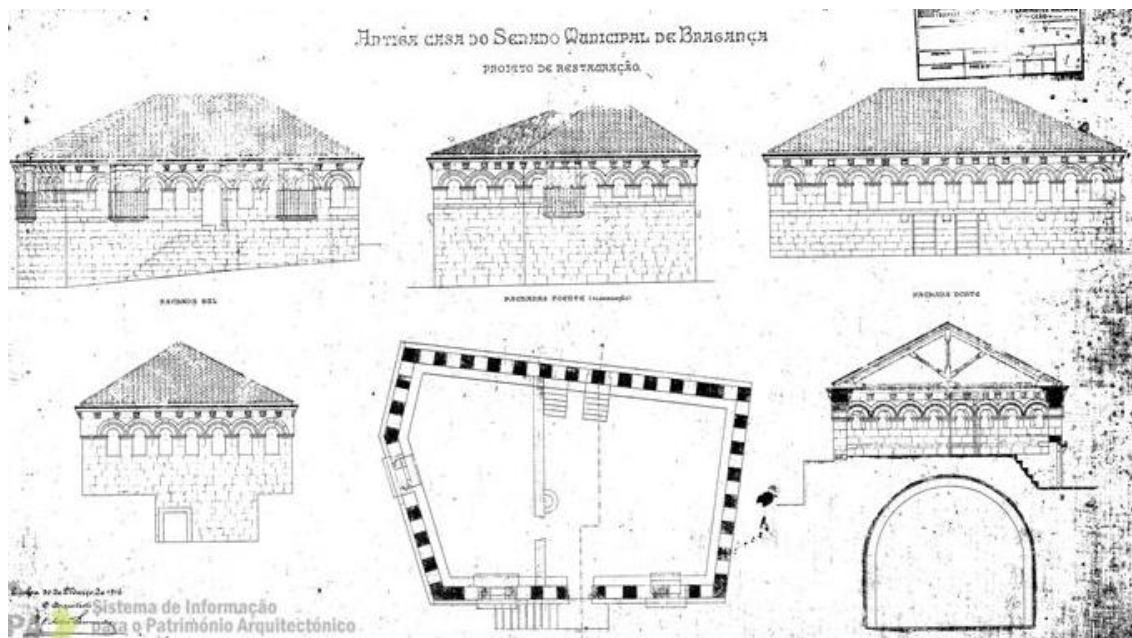


ILUSTRAÇÃO 6. PLANTA DE RESTAURAÇÃO DA *DOMUS MUNICIPALIS* DE BRAGANÇA, SÉC. XX.

Essa planta possui quatro fachadas, a planta baixa do único pavimento e um corte transversal. Mostra o acesso realizado à única sala de assembleia existente no edifício. O corte mostra a estrutura em madeira da coberta com tesoura de pendural, e logo abaixo, o modelo de arco utilizado na sequência de aberturas.

Fonte: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, PT010402420004, Portugal.

2.2.2 Casa de Câmara de Esgueira, século XVI.

O edifício foi construído provavelmente no século XVI, passando por reformas no século XIX. A Câmara de Esgueira localiza-se no Largo do Pelourinho, o qual ainda se conserva na praça em frente à mesma.

2.2.2.1 Coberta

- Estrutura

Não identificada

- Revestimento

Telha cerâmica

- Desenho e alinhamento

O edifício de planta retangular, com cobertura dividida em quatro águas, recortada pela torre central que se eleva sobre a fachada principal.

2.2.2.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas

Cornija sobreposta por beiral simples. No centro do edifício se eleva a torre do relógio que possui a proporção de três pavimentos, finalizados por cobertura em forma de pináculo.

- Balcões

Pequenas sacadas emolduradas em granito até o entablamento.

- Guarda-corpos

Ferro fundido

- Janelas

As aberturas são em número ímpar, o pórtico central no térreo se localiza entre as quatro janelas, com estreitas sacadas em cantaria. Sobre o pórtico, está o óculo quadrilobado, com grade de ferro.

- Elementos estéticos

Os frisos, os pináculos e as bacias estreitas sob as janelas guardam curtos cachorros amiculados rematados por vergas curvas. O brasão ornado com pequenos ramos de frontão curvo com as armas nacionais.

2.2.2.3 Espaço interno

- Escadas

Tipologia não identificada.

- Sistema construtivo das paredes

Alvenaria de pedras emassada e pintada.

- Piso

Não identificado.

- Acessos e circulação

Possui dois pavimentos, sendo o térreo o local onde se localizava a cadeia. A escada central divide a planta retangular em duas alas com corredores se assemelhando à configuração do pavimento superior.

- Programa

Cadeia, câmara e júri.



ILUSTRAÇÃO 7: LOCALIZAÇÃO DA CASA DO CONCELHO DE ESGUEIRA, 2012.

Sua localização acompanha o padrão de frente à praça principal com a presença de pelourinho em cantaria.

Fonte: <<http://www.googleearth.com>> Acessado em 13 ago. 2012



ILUSTRAÇÃO 8: CASA DO CONCELHO DE ESGUEIRA COM TORRE SINEIRA E PELOURINHO. 2010.

Sua fachada é voltada para o largo onde se localiza o pelourinho em cantaria com alusão estilística ao barroco.

Fonte: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, Portugal. PT020105050090

2.2.3 *Concelho* Municipal de Pavia, século XVI¹³.

Localizada no Largo Manoel José Casimiro, fica em frente à praça, na qual se situa a Igreja da Misericórdia e a Torre do Relógio.

Nos códices do Tombo da Câmara, há registros do programa do *Concelho* em 1685, contando com duas celas, dependências do carcereiro, açougue, câmara e sala de júri e também a instalação do sino no campanário, que antes se localizava na escada. No mesmo documento, consta a provável data de colocação da coroa na frontaria e dos frontões de estuque nas janelas no século XVIII.

2.2.3.1 Coberta

- Estrutura

Madeira, com tesouras de asnas e pendural.

- Revestimento

Telha cerâmica

- Desenho e alinhamento

Massa disposta na horizontal com cobertura diferenciada em duas águas desniveladas.

2.2.3.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a coberta e as fachadas

Fachada principal definida por pano único, limitada por cunhais e embasamento pintado e acabamento em cornija dupla, moldurada, com beirais que se prolongam ao nível dos cunhais. Sobre põe-se sobre a fachada frontal o campanário com sino em bronze.

- Balcões

Estreitas sacadas em granito.

- Guarda-corpos

Ferro forjado.

¹³¹³ Conteúdo extraído da Ficha de inscrição: PT040707040023. IHRU, Lisboa, PT.

- Janelas

Janela com molduras em cantaria, gradeadas, com caixilho em madeira e vidro simples. Na segunda fachada, rasgam-se quatro janelas com vergas sobrepostas de frontão curvado com remate em cornija.

- Elementos estéticos

Frontão de lances com cruz de ferro no vértice. Elemento decorado no tímpano por vieira e presença de abóbada de berço no interior.

2.2.3.3 Espaço interno

- Escadas

Externa com um patamar e dois lances opostos.

- Elementos construtivos das paredes

Alvenaria mista de tijolos e pedras (granito), emassada e pintada.

- Piso

Tijoleira.

- Acessos e circulação

Possui dois pavimentos, sendo o térreo o local onde se localizava a cadeia. O acesso ao interior do edifício é realizado através de pórtico central no pavimento térreo. Seu interior é dividido por duas alas comunicadas através de corredores.

- Programa

Cadeia, açougue, dependências do carcereiro, câmara e júri.



ILUSTRAÇÃO 9: LOCALIZAÇÃO DO ANTIGO PAÇO DO CONCELHO DE PAVIA, 2012.

Sua localização acompanha o padrão de frente a praça principal, com proximidade à igreja matriz.

Fonte: <<http://www.googleearth.com>> Acessado em 9 Maio 2012



ILUSTRAÇÃO 10: PAÇO DO CONCELHO DE PAVIA, 2010.

Na fachada principal, diferente dos demais edifícios dessa tipologia, não houve preocupação com a simetria ou alinhamento nas aberturas.

Fonte: IHRU, Portugal. PT040707040023

2.2.4 *Concelho* de Vila do Conde, século XVII.

O *Concelho* de Vila do Conde localiza-se em um largo que é composto pelo edifício do *Concelho*, pelo pelourinho e pela praça pública onde funcionava o mercado ao ar livre e a igreja matriz.

O edifício teve seu programa dividido em dois. É possível observar grades em ferro que remetem às celas nos dois edifícios, sendo o da esquerda, no pavimento térreo, identificado na fachada principal anterior ao início da escada lateral e, no segundo, em área semi-aterrada que deu origem ao subsolo.

2.2.4.1 Coberta

- Estrutura

Caibros de madeira com forro em estuque.

- Revestimento

Quatro águas revestidas em telha cerâmica.

- Desenho e alinhamento

Seu desenho acompanha a planta retangular do edifício.

2.2.4.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas

A cobertura descansa sobre a cornija que circunda todo o edifício. As aberturas do pavimento térreo são molduradas em cantaria.

- Balcões

Balcões em cantaria.

- Guarda-corpos

Guarda-corpos em ferro fundido trabalhado.

- Janelas

Todas as aberturas possuem ornamentação, sendo algumas como pingadouro e outras são frontões vazados. Suas janelas em modelo guilhotina com caixilhos em madeira e vidro proporcionam leveza ao edifício.

- Elementos estéticos

Frontão sobre pórtico principal. Molduras das aberturas e as cornijas compõem os elementos estéticos do edifício.

2.2.4.3 Espaço interno

- Escadas

A escada externa em cantaria possui lance único lateral e levava diretamente ao primeiro pavimento onde funcionava o setor jurídico e punitivo. Sob essa escada forma-se uma galeria em arcos romanos em alvenaria de pedras, que servia de abrigo aos comerciantes das feiras. O edifício da direita provavelmente guardava as funções camarárias, considerando suas divisões internas. Seu acesso é realizado pela abertura térrea em arco no centro do edifício. Sua circulação interna é realizada através de ampla escada em três lances.

- Elementos construtivos das paredes

Sua estrutura é em alvenaria de pedras regular, incluindo as colunas arredondadas, feitas por blocos seccionados sobrepostos. O forro do pavimento térreo possui travejamento em madeira e encaixes sobre as colunas que permitem sua utilização como estrutura do piso do pavimento superior.

- Piso

Com exceção da sala de júri que possui o piso revestido em assoalho em madeira, o edifício é todo revestido em mármore.

- Acessos e circulação

O acesso principal fica na abertura central térrea da fachada principal. De uma das aberturas internas na sala do júri, parte uma escada de serviço que permitia o acesso à área onde se localizavam as celas no pavimento térreo. É possível observar a presença de abóbadas nervuradas e pintadas por todos os cômodos dos setores administrativos.

- Programa

O programa do edifício compunha as salas de júri, a assembleia, a cadeia, o açougue e mercado.

As características construtivas que compunham os *Concelhos* estão presentes em todo o edifício. Apesar de elementos diferentes, possuem uma leitura de unidade garantida pela utilização do mesmo material de acabamento nas

molduras de suas aberturas, pela altura e o pórtico em cantaria vazado que une as duas construções.



ILUSTRAÇÃO 11: LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE VILA DO CONDE, 2012.

Sua localização acompanha o padrão de frente à praça principal, com matriz localizada ao lado esquerdo e o edifício anexo ao seu lado direito.
Fonte: <<http://www.googleearth.com>> Acessado em 12 Dez. 2011



ILUSTRAÇÃO 12: CASA DO CONCELHO DE VILA DO CONDE, 2011.

Nessa imagem, é possível ter uma noção do conjunto formado pelos dois edifícios, a praça e o pelourinho.



ILUSTRAÇÃO 13: CACHORRO ENTALHADO APOIADO SOBRE COLUNA, 2011.

Este detalhe mostra trabalho realizado em reforma de 1920. A estrutura do forro apoia-se nas colunas originais em cantaria.



ILUSTRAÇÃO 14: ESPAÇO TÉRREO DA CASA DO CONCELHO DE VILA DO CONDE, 2011.

As molduras em cantaria das aberturas, assim como o piso, as colunas e os arcos romanos da entrada foram preservados.

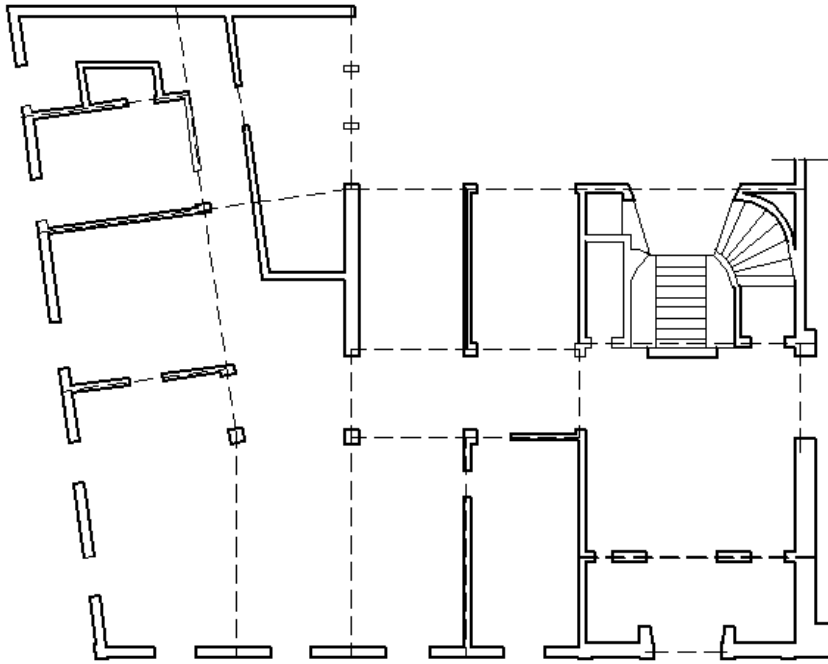


ILUSTRAÇÃO 15: PLANTA DE REFORMA DO CONCELHO DE VILA DO CONDE DE 1920.

Essa planta é referente à reforma ocorrida em 1920. Observa-se a escada em três lances que leva ao pavimento das funções administrativas do edifício. Os espaços térreos são amplos, e as paredes não são reforçadas, com exceção das paredes externas, cabendo levantar a hipótese de que a configuração interna do edifício foi bastante modificada.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Vila do Conde.



ILUSTRAÇÃO 16: CORTE TRANSVERSAL DO PROJETO DE REFORMA, 1920.

Este corte também é referente à reforma ocorrida em 1920. Mostra o acesso ao subsolo realizado através do interior do edifício.

Fonte: Arquivo Público Municipal de Vila do Conde.

2.2.5 *Concelho* de Vila Viçosa, século XVIII.

O Paço do *Concelho* de Vila Viçosa foi inaugurado em 1757, passando por reformas em 1930. As informações sobre seu funcionamento foram adquiridas através de observações em campo e pesquisa em arquivo público localizado no próprio edifício.



ILUSTRAÇÃO 17: LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO DO CONCELHO DE VILA VIÇOSA, 2012.

O *Concelho* tem sua fachada principal voltada à praça central da cidade. A imagem também mostra o forte à direita e a igreja matriz à esquerda.

Fonte: <<http://www.googleearth.com>> Acessado em 10 Fev. 2012



ILUSTRAÇÃO 18: CONCELHO DE VILA VIÇOSA – FACHADA PRINCIPAL, 2012.

A fachada principal do *Concelho*, mostra a marcação que divide a parede revestida em mármore com a finalidade de proteger a pintura contra as manchas de umidade ascendente.

2.2.5.1 Coberta

- Estrutura

Caibros de madeira não originais sobre o forro em abóbadas ogivais.

- Revestimento

Quatro águas em telha cerâmica.

- Desenho e alinhamento

Seu desenho acompanha a planta retangular do edifício.

2.2.5.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a coberta e as fachadas

O final da coberta coincide com as paredes externas, destacando o entablamento¹⁴ superior da fachada.

- Balcões

Os balcões são delimitados por saliências em mármore que sacam pouco da fachada, delimitados pelo guarda-corpo.

- Guarda-corpos

Guarda-corpos em ferro fundido trabalhado.

- Janelas

Sua fachada principal possui sete aberturas. As aberturas são retilíneas, com molduras em cantaria, com exceção das aberturas que dão acesso às antigas enxovias, estas em arco pleno. Os caixilhos das janelas são em madeira e vidro simples.

- Elementos estéticos

Brasão em cantaria sobre pórtico principal.

2.2.5.3 Espaço interno

- Escadas

Sua planta de forma regular segue os padrões clássicos. Divide-se em dois pavimentos acessados pela escada com três lances em mármore.

- Elementos construtivos das paredes

A estrutura reveza-se em alvenaria de tijolos maciços e acabamento e alvenaria de pedra regular com trabalhos de silharia¹⁵ nos acabamentos. O forro estende-se por todo o edifício, em abóbadas cilíndricas no térreo e abóbadas de arestas sob o pavimento superior.

- Piso

Blocos de pedra (mármore).

- Acessos e ambientes

¹⁴ Em sentido amplo, é o conjunto de molduras que ornamenta e coroa um prédio.

¹⁵ Trabalho de acabamento com soluções plásticas que contribuía para que a visão se fixasse no conjunto do trabalho.

A fachada principal possui três acessos, sendo o central o principal deles. O pé-direito é maior no pavimento superior e baixo no pavimento térreo onde outrora se localizavam as celas. A circulação térrea se faz através do corredor localizado do lado direito do edifício que leva às antigas celas.

- Programa

O programa do edifício compunha, além do Tribunal Judicial, o açougue de carne, o de peixe, a Aposentadoria dos Provedores e Corregedores da Comarca, o Auditório dos Juízes de Fora, o Consistório do Senado, a Cadeia e a Casa Forte.

Nas ilustrações 19 e 20, observam-se diversos elementos construtivos em blocos e placas de mármore, as originais do século XVIII sem polimento. A abundância da utilização do mármore na construção provém da existência de pedreiras da rocha, hoje denominada como “Reserva Natural das pedreiras de mármore”, explorada ainda nos dias atuais.



ILUSTRAÇÃO 19: CONCELHO DE VILA VIÇOSA – ESCADA PRINCIPAL, 2012.

Escada de três lances revestida em mármore, com detalhes em azulejaria nas paredes laterais.



ILUSTRAÇÃO 20: CONCELHO DE VILA VIÇOSA – ENTRADA PRINCIPAL, 2012.

Ornamentos ecléticos enxilhados sobre pórtyco.

Do período de sua construção, além do frontão barroco em mármore, subsiste a estrutura e parte do mobiliário. Confirmam-se as observações dos tratados analisados, diante da descrição dos elementos construtivos, principalmente dos de acabamento, que os paços do *Concelho* eram tratados com diferenciação em relação aos edifícios de menor abrangência administrativa.



ILUSTRAÇÃO 21: CIRCULAÇÃO DE ACESSO ÀS SALAS DO PAVIMENTO SUPERIOR, 2012.
Abertura no centro do *hall* em arco romano que divide o teto com o pé-direito de altura superior em abóbada de aresta.



ILUSTRAÇÃO 22: CÔMODO DA ANTIGA CADEIA, 2012.
A antiga cela é composta por teto em abóbada cilíndrica ou de berço.

2.2.6 *Concelho* de Fronteira, século XVIII.

Fronteira é uma vila localizada no município de Portalegre na região do Alentejo em Portugal. O edifício do *Concelho* se localiza no centro da vila com a frente do edifício voltada para a praça central, onde está o pelourinho confeccionado em cantaria.



ILUSTRAÇÃO 23: LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DE FRONTEIRA, 2012.

O *Concelho* se localiza na praça central da cidade. Do lado esquerdo se encontra a igreja matriz.

Fonte: <<http://www.googleearth.com>> Acessado em 30 Maio 2012



ILUSTRAÇÃO 24: CONCELHO DE FRONTEIRA, 2011.

O pelourinho em cantaria se encontra na praça em frente ao *Concelho*.

2.2.6.1 Coberta

- Estrutura

Caibros de madeira não originais sobre o forro em abóbadas ogivais

- Revestimento

Sua cobertura possui quatro águas em telha cerâmica.

- Desenho e alinhamento

Seu desenho acompanha a planta retangular do edifício, com ausência de beiral.

2.2.6.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas

A cobertura descansa sobre a cornija que circunda todo o edifício.

- Balcões

Balcões em cantaria. Um cachorro enxilhado em mármore sustenta o balcão central do pavimento superior.

- Guarda-corpos

Guarda-corpos em ferro fundido trabalhado.

- Janelas

As aberturas são retilíneas coroadas por pingadouros¹⁶ em silharia no pavimento superior.

- Elementos estéticos

Outro afresco pode ser visto na área central do forro da sala do júri com filigramas distribuídos pela área restante. Em seu interior suas colunas e paredes são pintadas de forma a imitar o revestimento dos pisos. O pé-direito duplo sobre a escada principal é coroado pela abóbada ogival, com pintura em afresco do emblema municipal.

2.2.6.3 Espaço interno

- Escadas

Duas escadas dividem a circulação vertical do edifício; a principal em dois lances localiza-se no *hall* central levando à área administrativa do pavimento superior.

- Elementos construtivos das paredes

Não identificada

- Piso

Com exceção da sala de júri que possui o piso revestido em assoalho em madeira, o edifício é todo revestido em mármore.

- Acessos e ambientes

O acesso principal fica na abertura central térrea da fachada principal. De uma das aberturas internas na sala do júri, parte uma escada de serviço que permitia o acesso à área onde se localizavam as celas no pavimento térreo. É possível observar a presença de abóbadas nervuradas e pintadas por todos os cômodos dos setores administrativos.

¹⁶ Moldura projetada que serve para evitar que as águas escorram na parede.

- Programa

O programa do edifício compunha as salas de júri, de assembleia e cadeia.



ILUSTRAÇÃO 25: DETALHE DO PÓRTICO DE ENTRADA PRINCIPAL EM CANTARIA, 2011.

O cachorro em mármore sustenta o balcão da sala de júri na fachada principal.



ILUSTRAÇÃO 26: PAVIMENTO SUPERIOR, 2011.

Detalhe dos revestimentos da parede, guarda-corpo e abóbada ogival.

Apesar de pequeno em relação ao *Concelho* de Vila Viçosa visto anteriormente, sua suntuosidade proporcionada pelos acabamentos, arcos e abóbadas simbolizam sua representatividade administrativa de épocas passadas.

2.2.7 Casa da Câmara, Cadeia e Tribunal da Comarca de Favaios, século XVIII/XIX.

Favaios possui registros de existência sob os Forais Afonsinos desde o século XIII. Contudo só em 1758 a vila de Favaios, segundo as Memórias Paroquiais, possuía o *Concelho* com um juiz ordinário, um vereador e procurador além de um escrivão, que servia de público e da câmara, eleitos e depois aprovados pelo ouvidor da Casa de Távora.

Em 1759, Favaios deixou de ter como donatários os Marqueses de Távora e passou para a posse da Coroa, data provável da construção do edifício que integrava a cadeia. Segundo o IHRU, há indícios materiais de que o edifício passou por algumas reformas no século XIX.

2.2.7.1 Coberta

- Estrutura

Tesouras de pendural em madeira.

- Revestimento

Revestidas em telha cerâmica.

- Desenho e alinhamento

A cobertura divide-se em duas águas, porém tem sua configuração diferenciada pela curva que delimita o frontão em sua fachada principal.

2.2.7.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas

Suas fachadas são rebocadas e pintadas de branco, de dois pisos, com cunhais apilastrados, embasamento de cantaria. As duas fachadas principais, terminadas em friso e cornija formam a curva que segue delineando o frontão, enquanto as outras foram rematadas apenas com cornija. Todas elas sobrepujadas por beirada simples. Sobre o cunhal¹⁷ direito, surge sineira em arco de volta perfeita, terminada em empena, sendo coroada por cruz latina de cantaria.

- Balcões

¹⁷ Ângulo externo formado por duas paredes concorrentes, também chamado quina.

Em cantaria

- Guarda-corpos

Ferro fundido trabalhado.

- Janelas

No primeiro piso, a janela de peitoril possui a mesma modenatura da guarda. O segundo piso é rasgado por três vãos de verga abatida, molduradas, sendo as laterais, janelas de peitoril, e a central, janela de sacada, com guarda de ferro e mastro de bandeira em ferro fundido. Suas esquadrias são confeccionadas em madeira, sendo as janelas com vidro simples.

- Elementos estéticos

Molduras dos vãos, pilastras, frisos e cornijas, sineira, bacia das sacadas, brasão e outros elementos em cantaria de granito.

2.2.7.3 Espaço interno

- Escadas

Lateral externa de um lance. Sua circulação interna é realizada através de ampla escada em três lances.

- Elementos construtivos das paredes

Sua estrutura é em alvenaria de pedras regular, rebocada e pintada.

- Piso

Revestido em cantaria.

- Acessos e circulação

A fachada lateral direita é rasgada por porta de verga reta e, no segundo, por dois portais de verga abatida, acedidos por escada adossada. A fachada principal de dois panos definidos por pilastras, o da direita é terminado em empena e rasgado, no primeiro piso, por três portas de verga retas molduradas; as laterais são adaptadas à janela de peitoril.

- Programa

O programa do edifício compunha as salas de júri, de assembléia e cadeia.



ILUSTRAÇÃO 27: CONCELHO DE FAVAIOS, 2010.

Essa imagem apresenta as duas fachadas principais, sendo uma delas o acesso principal ao pavimento superior. Este tipo de coberta, onde o desenho acompanha o frontão arqueado, não foi identificado em nenhum exemplar da colônia.

Fonte: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, Portugal. PT. PT011701070101.



ILUSTRAÇÃO 28: CONCELHO DE FAVAIOS, PORTA NO TÉRREO, 2010.

Provável acesso à cadeia fica no térreo, sob o último patamar da escada lateral.

Fonte: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, Portugal. PT011701070101.



ILUSTRAÇÃO 29: CONCELHO DE FAVAIOS, ELEMENTO EM CANTARIA, 2010.

Elemento em cantaria cuja função não foi identificada.

Fonte: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, Portugal. PT011701070101.

2.2.8 Câmara Municipal de Murça, século XVIII.

O *Concelho* de Murça, construído em 1758 pertencia à província de Trás-os-Montes e fazia parte do senhorio dos Guedes de Miranda e Lima, seu quadro de funcionários abarcava na administração municipal dois juízes ordinários, três vereadores e um procurador.

A câmara era servida por um escrivão e tinha três tabeliães. No fim do século XIX, funcionavam simultaneamente os serviços da Câmara Municipal e aquartelamento de um destacamento da unidade de Vila Real. Em 11 de junho de 1883, consta uma carta de lei concedendo o edifício do mosteiro de São Bento à Câmara Municipal.



ILUSTRAÇÃO 30: LOCALIZAÇÃO DO CONCELHO DA VILA DE MURÇA, 2012.

Sua localização acompanha o padrão de frente a praça principal com a presença de pelourinho em cantaria.

Fonte: <<http://www.googleearth.com>> Acessado em 28 Mar. 2012



ILUSTRAÇÃO 31: CASA DO CONCELHO DE MURÇA, 2010.

A fachada principal possui aspectos de sobriedade retratados pelas formas e **fenestração**¹⁸. Diferente dos demais edifícios portugueses, guardava a função de júri no pavimento térreo. Fonte: Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana - IHRU, Portugal. PT011707050044.

O posicionamento do edifício voltado para a praça ou largo segue padrão encontrado tanto nos exemplares de Portugal quanto nos que se localizam no Brasil. O pelourinho que inicialmente era utilizado para punições e escárnios dos prisioneiros, depois passou a ser símbolo do regime imperial. Fotografias de 1972

¹⁸ Sequência de aberturas ou janelas localizadas na fachada.

ainda mostram a fachada principal incompleta, só com um eixo de vãos ladeando o portal à direita e as janelas com grades localizadas no piso térreo.

2.2.8.1 Coberta

- Estrutura

Tesouras de pendural em madeira.

- Revestimento

Telha cerâmica não original.

- Desenho e alinhamento

O edifício possui planta retangular. Sua cobertura se divide em quatro águas com curvatura acompanhando o frontão da fachada principal.

2.2.8.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas

Suas fachadas de dois pisos são separadas por friso. A fachada principal é adornada por colunas de estilo toscano nos cunhais e terminada em friso e cornija sobreposta por beiral simples, formando frontão curvo, rasgado regularmente por vãos retilíneos sobrepostos.

- Balcões

Balcões em cantaria.

- Guarda-corpos

Guarda-corpos em ferro fundido trabalhado.

- Janelas

No piso térreo, portal central entre as quatro janelas de peitoril, e, no segundo, janelas de sacada, com brasão nacional sobreposto à janela central. As janelas possuem esquadria em madeira e vidro simples.

- Elementos estéticos

Pilastras, frisos e cornijas, molduras dos vãos e brasão confeccionadas em cantaria de granito.

2.2.8.3 Espaço interno

- Escadas

Não identificadas.

- Elementos construtivos das paredes

Alvenaria, rebocada e pintada.

- Piso

Não identificado.

- Acessos e circulação

Acesso principal central e térreo. O acesso ao pavimento superior é realizado através de escada interna.

- Programa

No pavimento térreo, funcionavam o tribunal e a cadeia. No pavimento superior, funcionava a câmara.

III. AS CASAS DE CÂMARA E CADEIA NA ARQUITETURA COLONIAL NO BRASIL

1. AS CASAS DE CÂMARA E CADEIA NA FORMAÇÃO DAS VILAS

As Casas de Câmara e Cadeia são um marco referencial no processo de urbanização do Brasil, segundo Barreto (s/d), e caracterizam a elevação de um povoado à vila ou cidade no período colonial.

A elevação à vila significava ascensão institucional e autonomia política e administrativa reconhecida pelo Estado. De acordo com Bueno (2009), esse fato implicava na concomitante edificação de uma Casa de Câmara e Cadeia e de um pelourinho fronteiro a ela. Símbolos da autonomia municipal e sede da administração, os vereadores e juízes cumpriam, na câmara, funções legislativas, executivas e judiciárias.

A criação de vilas compunha uma medida estratégica da Coroa para fixar territórios e garantir o povoamento. Era uma das prerrogativas dos capitães donatários, assim como a instituição dos integrantes da câmara e posteriormente da condução do processo eletivo (CABRAL, 2007, p. 208).

Entretanto, as câmaras deveriam ser delineadas segundo os moldes da Coroa, regidos pelas ordenações afonsinas, e posteriormente manuelinas acrescidas das cartas de doações, foral, alvarás e ordens régias (BARRETO, s/d, p.29). Sua organização no Brasil-colônia foi administrada sob a legislação portuguesa na administração dos *Concelhos* deste período.

Aos oficiais da Câmara cabiam todas as tarefas práticas de fiscalização das necessidades gerais e de saúde pública, das benfeitorias do município tais como construção de caminhos, calçadas, chafarizes, fontes, pontes, além das posturas morais e legais dos cidadãos e do papel conjunto no julgamento e na punição.

Segundo Bueno (2009), ao *Concelho* Municipal cabia zelar pelo patrimônio público, bem como conceder os terrenos urbanos (datas) e rurais (sesmarias) a particulares e proporcionar lugares da vida segura e conversável à população. As vilas foram polos culturais, políticos e comerciais em solo colonial.

É relevante citar que, nos primeiros séculos, a presença indígena era latente na maior parte do país e nem sempre as relações eram amistosas, o que requeria mais esforço da Casa de Câmara e Cadeia no papel de manter a ordem do município.

Quanto à estrutura física das Casas de Câmara e Cadeia, Barreto (s/d) afirma que era geralmente definida pelas condições técnicas e materiais disponíveis; contudo, pode-se identificar certo padrão nos exemplares distribuídos no território nacional de acordo com seus levantamentos realizados na década de 1930.

A fácil identificação desses exemplares acontece por algumas características bastante particulares, contrastando com os outros edifícios contemporâneos. Como citado em texto que discute as relações e símbolos de poder no período colonial, Teixeira (2008) compara a arquitetura civil tradicional com a erudita empregada nas Câmaras e Cadeias no Brasil.

Por mais precária que fosse ela era assobradada e construída com materiais em geral mais sólidos do que as casas comuns, normalmente térreas. A cobertura das casas de câmara e cadeia, quase sempre em quatro águas e com telhas, era mais um elemento de distinção em relação ao casario humilde, quase sempre de taipa e com cobertura frequentemente de palha, situação que somente começa a mudar no decorrer do século XIX. As residências possuíam duas águas apenas, com a cumeeira paralela à rua... As casas de câmara e cadeia ficavam frequentemente isoladas em relação aos edifícios vizinhos. Algumas vezes, eram edificadas no meio da praça. (TEIXEIRA, 2008, p.18).

Segundo Menezes (1976), a arquitetura civil pode ser caracterizada como de caráter formal/estético (tabela 3), regulado pela economia de recursos materiais por uma tradição construtiva transmitida oralmente por mestre de ofícios, possui

técnicas e materiais tradicionais, elementos padronizados e simplificados e uso de mão-de-obra comum. As Casas de Câmara e Cadeia eram consideradas uma arquitetura erudita, por representarem o poder do Estado, projetadas por engenheiros militares.

Essas considerações foram reafirmadas por Araújo (2003), que diz que, apesar de o modelo pertencer à arquitetura civil, os mesmos obtinham seus conhecimentos através de aulas e tratados, segundo modelos de Lisboa. Contudo, a mão-de-obra utilizada era a escrava, que utilizava técnicas como a taipa de pilão ou o pau - a - pique.

Quanto à sua localização em relação à configuração urbana colonial, a praça, com respectivo pelourinho, era o centro cívico, nascida do zero, a partir do qual a cidade iria ser organizada. A regularidade era uma prioridade independente das construções que teriam que ser sacrificadas. Uma função também relativa ao edifício de Câmara e Cadeia eram os avisos de sinistros através da badalada dos sinos.

O pelourinho era o referencial para demarcações e se encontrava a distância a qualquer lugar. A partir dele, os práticos delimitariam o termo da vila, deixando áreas para as pastagens e baldios e respeitando, assim, os terrenos dos índios.

Considerando as características tipológicas, referentes ao levantamento realizado por Barreto (s/d), pode-se afirmar que o programa básico do edifício de Câmara e Cadeia funcionava em dois pavimentos, sendo o térreo reservado às enxovias e corpo de guarda, e o pavimento superior à localização do poder administrativo da câmara e do punitivo do júri.

Os acessos aos pavimentos geralmente eram independentes. Ao pavimento térreo, era realizado através de entrada térrea ou através de alçapão e escada móvel pelo pavimento superior. E ao pavimento superior, o acesso era feito através de escada externa ou escada interna localizada no *hall* social do edifício, sempre mais suntuosa e de materiais mais significativos diante dos demais.

Em frente à edificação se encontrava a praça e o pelourinho, onde eram aplicados os castigos. Em alguns casos, as funções de Câmara e Cadeia foram adaptadas em edifícios já existentes.

Algumas variações e acréscimos em seu programa foram relatados por Barreto (s/d). No térreo se encontra o corpo de guarda, enxovias, segredos e, algumas vezes, o açougue. Já no pavimento superior não há grandes variações, com exceção da casa do carcereiro, que algumas vezes se localizava nesse pavimento.

No início do século XVIII, a determinação da coroa expressava a necessidade de negociação com os arrendadores para que o carcereiro morasse no edifício, devido às constantes fugas dos presos, passando então a existir no programa de algumas a habitação do carcereiro.

O corpo de guarda pode variar de acordo com o tamanho e importância política do edifício. As enxovias ou celas poderiam ser divididas segundo a classe social (geralmente), por sexo ou por gravidade dos delitos cometidos. Não se deve confundir com outras categorias de cadeia como os Aljubes, que eram cadeias específicas dos clérigos.

Os segredos, bastante utilizados pela inquisição, serviam para interrogatórios com o fim de se conseguir confissões sob aplicação de torturas. Poderia ser comparada à solitária das prisões atuais onde o preso poderia permanecer por longos períodos. Geralmente se localizavam na parte posterior das celas ou entre o pavimento térreo e superior.

Ainda segundo as considerações de Barreto (s/d), os sistemas estruturais referentes ao período de construção desses edifícios eram rudimentares, provenientes da mão-de-obra escrava. Eram geralmente construídos em taipa de pilão, adobe ou pau-a-pique.

É possível observar os traçados neoclássicos, quando é o caso, limitados apenas às fachadas. As aberturas no térreo, protegidas por espessas grades em ferro eram fundamentais, não apenas para evitar a fuga dos cárceres, mas para possibilitar a alimentação realizada em função da caridade de parentes e transeuntes, já que a coroa não subsidiava a manutenção dos mesmos.

Esse modelo vigorou até 1º de outubro de 1828, quando as Câmaras passaram a serem instrumentos estritamente administrativos. Em 1830, ocorrem transformações nas teorias sobre o sistema penitenciário mundial no intuito de melhorar as condições dos detentos e separar definitivamente as funções de julgamento e punição. Algumas novidades surgem com a criação das colônias

agrícolas penitenciárias e a casa de correção no Rio de Janeiro. Contudo, as Casas de Câmara e Cadeia existiram durante todo o período de Monarquia e Império, extinguindo-se apenas na República (BARRETO, s/d, p 32).

2. SISTEMAS CONSTRUTIVOS UTILIZADOS NO PERÍODO COLONIAL NO BRASIL

Para melhor compreensão dos aspectos relacionados ao edifício de Câmara e Cadeia, serão necessários alguns apontamentos quanto às técnicas construtivas reproduzidas no Brasil desde sua ocupação ao período imperial, com a perspectiva de situar as evidências materiais dos edifícios.

Em determinação real de 1548, encontram-se ordens expressas para a construção de uma fortaleza, seja de pedra e cal, seja de pedra e barro, taipa ou madeira, contanto que não deixasse de ser erguida (BARRETO, s/d, p.33).

No entanto, dentre os materiais encontrados para a construção das Casas de Câmaras e Cadeias estavam: brandas e rígidas madeiras, granitos, arenitos, gnaisse, areia, cal de burgalhão, cal de pedra, palha e couro. E entre os sistemas construtivos identificados por Barreto (s/d) em seu levantamento estão a taipa de pilão e a alvenaria.

Por essa razão, algumas compilações da publicação da Biblioteca de Instrução Profissional, traduzida pelo engenheiro português João Emílio dos Santos Segurado, nos volumes referentes aos sistemas construtivos descritos acima, foram realizadas nessa dissertação. Segundo ele, “Dá-se o nome de alvenaria ao conjunto de materiais pedregosos em fragmentos de grandeza apreciável, dispostos convenientemente de forma a constituírem maciços”. (SEGURADO, s/d, p.3)

A alvenaria é o método primário escolhido pelos construtores dos edifícios de Câmara e Cadeia em Pernambuco. Existem diversos desdobramentos da alvenaria de acordo com o material e disposição utilizados. Entre as alvenarias, estão a: ordinária, hidráulica, de tijolos, de pedra. Dentro da realidade encontrada no objeto deste estudo, estão as de tijolos maciços e as de pedras.

A alvenaria de tijolos crus ou em adobe, como também é chamada, era assentada sobre um alicerce de alvenaria ordinária e rebocada para sua maior longevidade. A variação dessa técnica construtiva deu-se através da paginação dos tijolos determinados pelas fiadas. No pano de tijolos de meia vez, a parede é formada pelo tijolo assentado abaixo, de modo que a sua largura seja igual à espessura da parede. No pano de tijolos de uma vez, o seu comprimento é igual à espessura da parede, e, no pano de tijolos de uma vez e meia, uma das formas é de se dispor em cada fiada uma fila de tijolos de vez e meia, completando a espessura da parede uma outra fila mais uma vez.

A alvenaria de pedras, segundo Segurado (s/d), se utiliza de formas irregulares, de grandeza dependente da espessura das paredes e da importância da construção. Podem-se empregar as de formas completamente aparelhadas a que se dá o nome de cantaria, silharia ou enxilharia.

As silhares em forma de prismas retangulares são empregadas também na forma das aduelas, quando aplicadas em abóbadas. Essa realidade é ausente no estado de Pernambuco, porém muito comum nos edifícios dos *Concelhos* portugueses, como constatado nas pesquisas de campo.

Em um dos mais simples edifícios dos *Concelhos* visitados em Portugal, está o do município de Fronteira na região de Évora, no qual se encontra o forro abobadado, dando singularidade e reservando esmero e certa imponência a esse edifício que pelo tamanho e localização guarda como característica principal a simplicidade atribuída somente às construções das áreas de menor importância política.

As cantarias apresentam dimensões regulares, ou seja, são iguais nas alturas das fiadas e largura dos paramentos à vista, ou ao menos nas equidistantes. Também se classificam como cantaria as pedras aparelhadas em formas diversas, como as soleiras, as vergas, as ombreiras, os cachorros, as colunas, as cimalthas¹⁹, os frontões e cunhais.

Diversas vezes são utilizadas as pedras aparelhadas somente na face externa que ficam à vista, deixando um vazio na parte interna que é preenchido

¹⁹ A parte mais alta da cornija. Molduras que terminam o capitel; arquitrave. Alto das paredes de um edifício que faz sacada onde assentam os beirais do telhado.

geralmente com pedra irregular. Esse sistema de construção se classifica como alvenaria mista.

À alvenaria ordinária, atribui-se o uso das pedras irregulares em toda a parede, interna e externamente. Há também o caso de se utilizar a alvenaria aparelhada apenas como revestimento da alvenaria de pedra ordinária. Essas pedras utilizadas como revestimento podem ter espessura que variam de 0,08 a 0,15 centímetros e são fixadas por grampos ou argamassa.

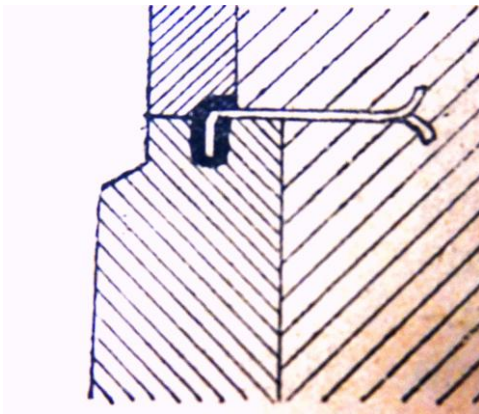


ILUSTRAÇÃO 32: TIPO DE FIXAÇÃO POR GRAMPO "GATO".

Essa é uma técnica tradicionalmente utilizada para fixação de cantaria como revestimento das paredes internas ou externas.

Fonte: João Segurado (s/d).

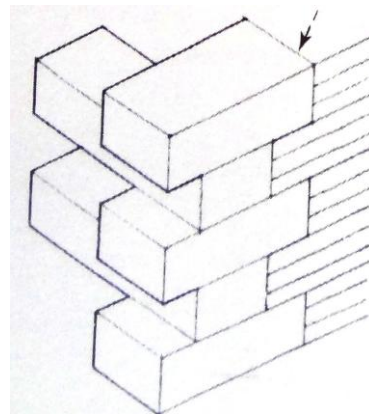


ILUSTRAÇÃO 33: QUINA DE APARELHO MISTO.

As quinas promovem a sustentação do edifício, funcionando como pilar. Mesmo quando as paredes são rebocadas, geralmente são mantidas em cantaria aparente, destacando-se nas fachadas, como cunhais. Fonte: Ching, 2006.

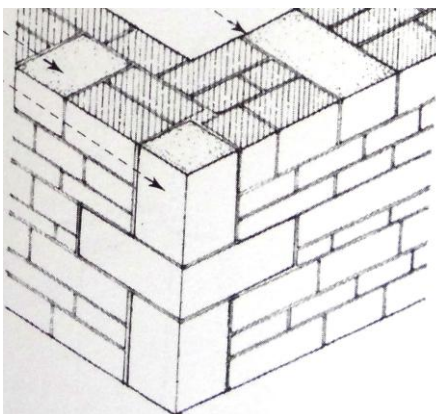


ILUSTRAÇÃO 34: QUINA DE APARELHO ALTERNADO.

Neste caso, a estrutura do edifício é auto portante, pois o cunhal funciona como travamento das paredes. O aparelhamento é realizado com dois tipos de blocos com dimensões diferentes, sendo sobrepostos de maneira alternada. Fonte: Ching, 2006.

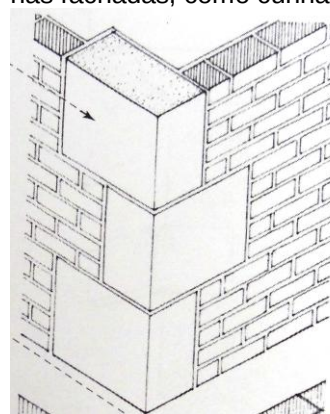


ILUSTRAÇÃO 35: QUINA DE PEDRA ANGULAR.

As paredes são mais esguias com a utilização de tijolos de cerâmica maciços e artesanais. Para fechamento da quina, são utilizados blocos de mesma dimensões, porém alterando-se em suas direções.

Fonte: Ching, 2006.

O trabalho de extração da pedra era realizado pelo cavouqueiro, que a extrai sob a forma de blocos. E ao canteiro se atribui o trabalho de talhar e cortar as pedras. Já o trabalho de aparelhá-la e assenta-la na construção com o uso da argamassa cabe ao pedreiro, que manjava basicamente instrumentos como o metro, o prumo, o compasso, o nível, a colher e a pá.

O canteiro deveria dominar a Estereotomia, que é o estudo das regras e princípios geométricos usados para dar a forma exata de que necessita o conjunto para ter o aspecto de regularidade, oferecendo condições de estabilidade apenas pela ação da gravidade. A forma de conseguir tal feito era através da projeção gráfica do aparelho que revela as verdadeiras grandezas dos elementos, faces e ângulos para aparelhar cada aduela.

Para melhor entendimento de sua análise, Barreto (s/d) desmembrou os elementos construtivos das Casas de Câmara e Cadeia abordadas:

Por alicerce se entende a constituição estrutural do contato com o solo à soleira das aberturas (janelas e portas). Poderia ser constituído de “tijolo” de pedra ou barro (adobe) e as espessuras poderiam variar de 0,80 a 1,00m. No caso das pedras, deveriam possuir a largura total das paredes a serem emassadas com cal.

As construídas em adobe (São João Del Rey e Sabará) possuem os baldrames em pedra. As que são construídas em tijolos (Itapipoca, Aracati e Jaguaribe) possuem os baldrames no mesmo material. Existem também os edifícios onde ocorre a mescla (Saboeira e Icó), sendo o térreo em pedra e cal e o primeiro pavimento em tijolos.

Na técnica de pau-a-pique, o alicerce é descontínuo. Os esteios²⁰ principais encontram-se com o solo, e os baldrames elevados acima do solo são sustentados pelos esteios principais. As paredes, apenas para vedação, descansam sobre os baldrames. Para reforçar a segurança, é comum a utilização de socos em alvenaria, rebocando as paredes por ambos os lados.

Os embasamentos são socos assentados sobre os alicerces para evitar a deformação ótica entre o alicerce e as paredes, podendo ser feitos apenas nos cunhais. Quanto aos rebocos, podem ser “de bosta”, quando há a mistura de areia e

²⁰ Peça de madeira, ferro ou pedra, usada para amparar alguma coisa. Sinônimo de consolos.

de esterco de vaca e argila, bastante resistente às intempéries e posteriormente caiado.

As janelas são geralmente “de peito” no térreo, ou seja, as que possuem certa altura entre o piso e seu peitoril e rasgadas até o piso no pavimento superior, pedindo um balcão ou guarda corpo, que pode ser em ferro, ou balaústre em alvenaria, e, por fim, a janela de púlpito, que possui balcão, o qual geralmente servia de tribuna. Muitas vezes ele era corrido, criando uma circulação externa, servindo a mais de uma janela.

As vergas das janelas podiam ser em massa, madeira ou pedra, retas ou curvas, ou mesmo em ogivas como o edifício de Aquiraz – CE. A verga quase sempre é protegida pela cimalha. A porta principal geralmente exibia, além da moldura, um emblema ou outro símbolo que representasse ou marcasse sua imponência. Pelas portas, também se tinha acesso às celas, ou isso era feito por alçapões (pequenas aberturas feitas no piso do primeiro pavimento).

Os muros geralmente acompanham os sistemas construtivos adotados na construção do edifício de uma altura limitada que não impede a vista para o edifício. A proteção de muros e paredes dá-se através de telhas, de tijolos ou pedras organizadas em cimalha de boca de telha, cachorros ou molduras, salientando-se as janelas para proteção contra chuvas.

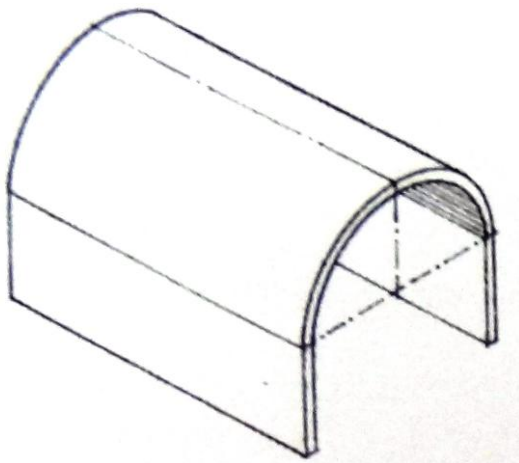


ILUSTRAÇÃO 36: ABÓBADA DE BERÇO.

Este tipo de elemento estrutural foi utilizado geralmente nos *Concelhos* no interior dos edifícios. No Brasil, esse elemento é visto principalmente compondo a nave central das igrejas. Fonte: Ching, 2006.

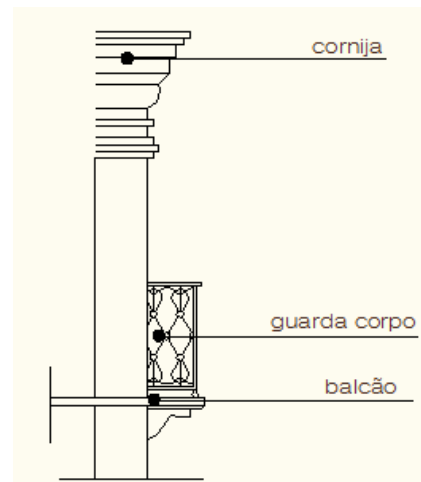


ILUSTRAÇÃO 37: BALCÃO - VISTA LATERAL.

Este é um elemento que se repete tanto nos *Concelhos* portugueses quanto nas câmaras no Brasil. O balcão não apenas servia como elemento estético na composição da fachada, mas principalmente como instrumento de comunicação entre o edifício e a rua.

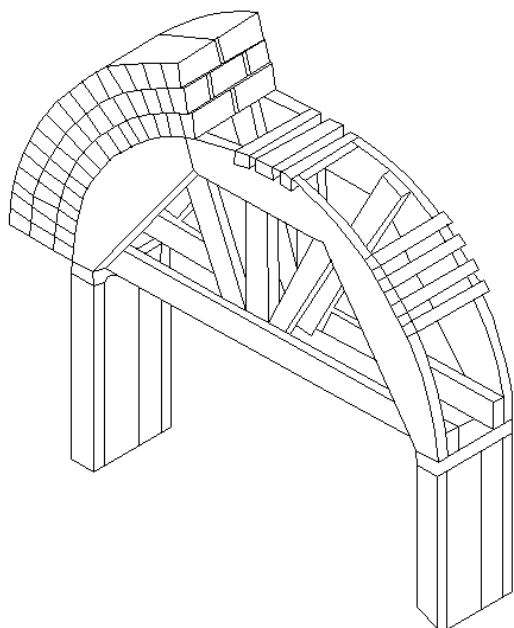


ILUSTRAÇÃO 38: ESTRUTURA TRADICIONAL DE UM ARCO.

A ilustração mostra a estruturação de um arco. A ordem pode ser composta em tijolos maciços, como é o caso da ilustração, ou com aduelas em cantaria. A cambota é a peça em madeira e tem caráter provisório durante a construção do arco até que este possa sustentar a si mesmo.

Fonte: Alteração da ilustração de Ching, 2006.

Quanto às coberturas, Barreto (s/d) considera dois gêneros: abóbada e telhados. As Casas de Câmara e Cadeia que serão abordadas nesse trabalho em Pernambuco só possuem o segundo gênero. Os telhados possuem madeiramento, constituídos por couçoeiras de seções quadradas que repousam sobre as paredes, pontaletes ou pilares embutidos nas paredes.

São divididos quase sempre em quatro águas. O encontro das águas repousa sobre as tacaniças que vão até os cunhais. Pode-se afirmar que as peças em madeira que formavam a estrutura primária (de maior seção) são: cumeeira, tacaniças e couçoeiras. Já a estrutura secundária, formada pelo encaibramento ou varejamento, era geralmente de pau roliço, ou seja, madeira de mato virgem, ou caibros serrados, e as ripas eram “lenhosas ou fibrosas”. Quanto ao revestimento, era feito com palha ou telha cerâmica.

Os pisos e forros das cadeias eram fortificados. O piso poderia ser com estrutura em grade de madeira debaixo do chão aterrada e socada; com assoalho por cima da grade ou mesmo lajeada por baixo com pedras de grande porte. Já o piso do sobrado era assoalhado com tábuas emendadas com estruturas em barrotes colocados transversalmente sob as mesmas, servindo de forro ao térreo.

Quanto às fontes e recursos disponíveis da matéria prima necessária à produção dos materiais construtivos, na maioria das vezes, a escolha para a

localização das cidades já considerava a viabilidade destes recursos que se dispunham através de barreiros para a extração da argila, das olarias, das fontes de calcário, dos fornos de cal ou caieiras, árvores de boa madeira para construção. Segundo documentação analisada por Araújo (2003), as olarias e os fornos de cal foram indústrias bastante significativas no período colonial, a produção de cal nesse mesmo período era proveniente da queima de ostras e sambaquis, localizados nas principais capitanias, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo.

Os materiais construtivos obviamente seriam utilizados de acordo com a disponibilidade de recursos locais, como no caso das construções executadas próximas ao litoral pernambucano, com a utilização de rochas de arenito extraídas dos arrecifes para confecção dos elementos em cantaria, como colunas, cachorros, portais e ornamentos em geral.

A utilização dos elementos em cerâmica, como os tijolos e as telhas, varia de acordo com o período de construção. Nos primeiros dois séculos de colonização, seu emprego deveria-se enquadrar nas diretrizes expostas nos tratados luso-brasileiros que primavam pelas tradições clássicas. A preferência da utilização dos tijolos seriam nas abóbadas, arcos trabalhando juntamente a estrutura em alvenaria de pedra, a qual possuía dimensões mais largas e espessuras menores. Já, nos anos seguintes, tomaria dimensões mais familiares e seria utilizado majoritariamente como elemento estrutural principal, deixando para a cantaria o papel de alicerce de piso, de ornatos, de molduras e escadas.

Os tipos de tijolos podem variar de acordo com o tipo de queima determinada pelos tipos de fornos, como o de “meda” e o “intermitente” que foram utilizados durante todo o período colonial até mais precisamente as inovações tecnológicas trazidas pela Revolução Industrial. Deve se considerar os seguintes aspectos na queima através do “forno de meda”:

Não há um controle na combustão, o que conseqüentemente tornam disformes as fornadas que geram grande percentual de tijolos crus, mal cozidos e vitrificados; a diferença relevante em relação ao “forno intermitente” e à qualidade dos tijolos fabricados é que se tem um maior controle sobre a queima, diminuindo a quantidade de tijolos inutilizados e de má qualidade; o controle na combustão é inexistente, o segundo forno foi aprimorado no final do século XIX para um gasto menor de combustível e passaria a se chamar “Hoffman”. É importante citar que os

fornos eram utilizados também para a queima de calcário para a confecção da cal utilizada nas argamassas.

3. AS CASAS DE CÂMARA E CADEIA DE PERNAMBUCO

3.1.1 Caracterização da Área de Estudo

Pernambuco transformou seu território no decorrer de sua história. Segundo Mello (2003) atingiu seu ápice territorial no século XVIII com o anexo das capitanias vizinhas (AL, PE, CE, RN, PB, BA ocidental, Minas norte-ocidental), tendo sido reduzido à metade de seu tamanho, como o é atualmente, no século XIX. Entretanto, as Casas de Câmara e Cadeia sempre estiveram localizadas no perímetro do estado de Pernambuco.

As sete Casas de Câmara e Cadeia, objetos dessa pesquisa estão inseridas em cinco diferentes regiões do estado (Litoral, Zona da Mata Norte, Zona da Mata Sul, Agreste e Sertão) e serão amostra para a análise de seus processos construtivos e posterior verificação das transformações ocorridas na implantação deste modelo pelos colonizadores portugueses.

Foi uma das mais antigas e mais importantes zonas de colonização, desde a primeira metade do século XVI, inclusive sendo sede das primeiras instalações em Igarassu, com feitoria da Coroa para o estanco de pau-brasil (COSTA, 1951, p. 87), outras instalações surgiram em função da extração do pau-brasil e dos constantes embates contra os franceses que o extraíam de forma clandestina (CABRAL, 2007, p.115).

Em 1535, a capitania foi doada por Dom João III ao donatário Duarte Coelho, responsável pela fundação das vilas mais antigas do Brasil: Igarassu e Olinda. A capitania de Pernambuco abrangia os atuais estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Alagoas e a porção ocidental da Bahia, segundo Pereira da Costa (1951).

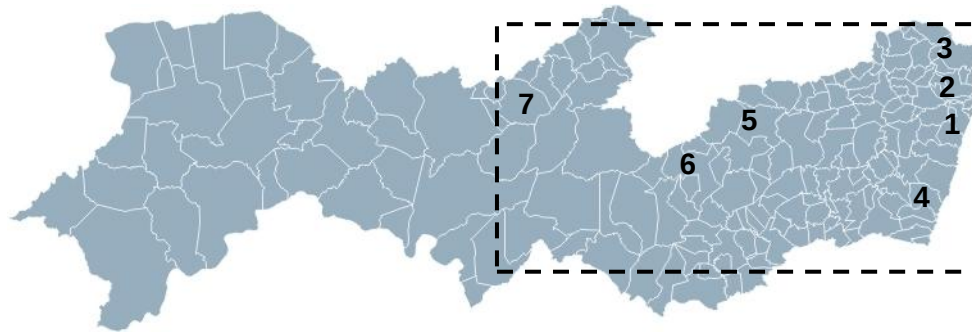


ILUSTRAÇÃO 39: LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DAS CASAS DE CÂMARA E CADEIA EM PERNAMBUCO. 2012.

Legenda: 1. Recife; 2. Igarassu; 3. Goiana; 4. Sirinhaém; 5. Brejo da Madre de Deus; 6. Pesqueira; 7. Flores. Fonte: Modificado a partir do Mapa das Regiões de Desenvolvimento – Fundarpe.

Também optou pelo cultivo da cana-de-açúcar, baseando-se nas experiências realizadas em outras terras do Atlântico em vez de aventurar-se a procura de minérios, ao mesmo tempo em que permanecia com a extração de pau-brasil, segundo Cabral (2007).

Pernambuco tornou-se a principal produtora de açúcar da colônia, como consequência aumentou sua influência político-administrativa perante a coroa, fazendo com que houvesse grandes investimentos feitos pelos donatários na fundação da vila.

Com o aumento das atividades econômicas e a criação do porto de Olinda (atual Bairro do Recife), assentou-se uma pequena vila de pescadores e de pessoas ligadas às atividades portuárias (CABRAL, 2007, p. 120).

Como é sabido, de 1630 a 1654, os holandeses ocuparam o estado até a sua retomada com a Batalha dos Guararapes, na Insurreição Pernambucana. Com a expulsão holandesa, Pernambuco começou o declínio devido à transferência de seu centro político e econômico para o Sudeste.

3.1.2 Técnica de Pesquisa

Essa pesquisa trata da análise do grupo tipológico dos edifícios de Câmara e Cadeia construídos nos séculos XVIII e XIX. Os mesmos estão inseridos no perímetro atual que compreende o estado de Pernambuco.

O método de análise desenvolvido consistiu na descrição dos elementos construtivos dos edifícios, considerando que a sequência de descrição física e análise corroboram com uma interpretação mais significativa para a comparação das tipologias entre metrópole e colônia.

O roteiro apresentado compõe os elementos integrantes do edifício, que podem ser identificados nos mesmos além das plantas, das fotografias e litogravuras.

3.1.2.1 Coberta

- Estrutura
- Revestimento
- Desenho e alinhamento

3.1.2.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas
- Balcões
- Guarda corpos
- Janelas
- Elementos estéticos

3.1.2.3 Espaço interno

- Escadas
- Elementos construtivos das paredes
- Piso
- Acessos e circulação
- Programa

3.2 Casa de Câmara e Cadeia no Recife, século XVIII.

De acordo com as pesquisas realizadas pela historiadora Virgínia Pernambucano para compor o processo de tombamento do edifício (2010), após

longo processo de conflitos entre os mascastes (classe mercantil) e os integrantes da vila de Olinda, Recife adquiriu o direito à municipalidade em 1709, necessitando de uma sede administrativa. Concluída em 1732, pouco menos de três anos do início de sua obra, a Casa de Câmara e Cadeia do Recife estava pronta para comportar suas funções.

O edifício foi construído com dois pavimentos: o primeiro comportava as enxovias, e o segundo as demais funções (administrativas e judiciárias). No ano de 1778, um terceiro pavimento foi acrescentado para comportar um maior número de celas, as quais se localizavam nos primeiros dois pavimentos, sendo o segredo localizado no segundo e ficando no último as outras atividades.

Em 1824, há registros da mudança da Câmara para outro edifício localizado na mesma rua, próximo à Praça 1817, provavelmente em função da superlotação de cárceres. Essa mudança deve ter levado a uma adaptação do edifício, cujo registro se dá na mensagem do Governador Francisco do Rego Barros que descreve a distribuição do programa penitenciário dentre os três pavimentos; o primeiro era destinado às enxovias dos condenados por crimes mais graves e aos de regime semiaberto (trabalhos públicos diurnos); o segundo comportava as enxovias das mulheres e a dos condenados por crimes mais leves; e o terceiro abrigava os presos sem pronúncia, a enfermaria, a sala que outrora servira à câmara e a casa do carcereiro.

Em 1856, após a transferência dos presos para a nova Casa de Detenção, o edifício foi ocupado pelo Tribunal da Relação de Pernambuco até o ano de 1892, quando foi extinto. No mesmo ano, foi instalado no edifício o Superior Tribunal de Justiça que funcionou no mesmo por cerca de trinta anos, quando, na década de vinte, se tornou a sede da Biblioteca Pública Estadual.

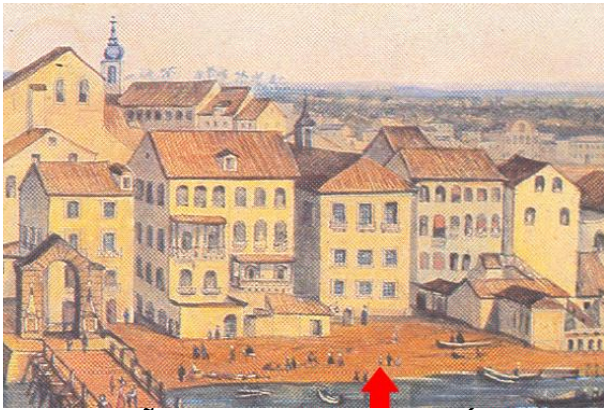


ILUSTRAÇÃO 40: LITOGRAVURA, SÉC. XVII.

Essa ilustração retrata a atual avenida Martins de Barros no século XVII. Observa-se que o edifício da câmara já possuía três pavimentos. Não havia acesso através dessa fachada e sua cobertura era em quatro águas, sem a presença da platibanda.

Fonte: R.Schmidt entre 1826 e 1832. FUNDARPE.



ILUSTRAÇÃO 41: CASA DE CÂMARA E CADEIA DO RECIFE, 1910.

Neste período o edifício já possuía a platibanda com marcação na parte superior. Suas aberturas eram retilíneas, contudo eram emolduradas, possuindo balcões com guarda-corpo em ferro apenas no último pavimento. Também já é possível notar a escada lateral de acesso ao primeiro pavimento.

Fonte: Acervo da FUNDARPE.

A descrição do “novo” edifício, realizada por Mário Sette em 1930, leva a compreender a nova ambiência destinada a comportar no térreo o depósito de livros e periódicos; a escada externa levava à portaria no primeiro pavimento onde foi instalado um elevador elétrico que se comunicava com o térreo. É bastante provável que o mezanino do terceiro para o segundo pavimento tenha sido aberto nessa ocasião; a menção da transformação da fachada para o estilo em voga no período, o neoclássico.

No ano de 1975, a Biblioteca Pública ganhou nova sede, e o edifício passou a abrigar o Arquivo Público Nacional, a qual pertence o uso atual. Ao que tudo indica, pouco se modificou para abrigar seu novo uso, com exceção de pequeno acréscimo localizado na lateral esquerda do edifício que só tomou a parte térrea e parece ser bastante recente.

Construído originalmente com cobertura dividida em quatro águas com encaibramentos em madeira, foi modificado após a década de 20 aumentando para doze águas, descaracterizando implacavelmente seu processo construtivo original. Contudo, as paredes externas que comportam a sua estrutura principal se conservam em boas condições para análise. É possível observar a diferença na largura das paredes nos primeiro e segundo pavimentos que serviram como cadeia

anteriormente, levando a crer que há um reforço nas camadas de tijolos para evitar possíveis fugas.



ILUSTRAÇÃO 42: LOCALIZAÇÃO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DO RECIFE, 2011.

Localizada na Rua do Imperador D. Pedro II, situa-se no núcleo central onde se localizam importantes edifícios públicos, como o Teatro Santa Isabel, o Tribunal de Justiça... todos localizados em torno na Praça da República.

Fonte: <<http://www.googleearth.com>> Acessado em 02 Mar. 2012



ILUSTRAÇÃO 43: CASA DE CÂMARA E CADEIA DO RECIFE, 2011.

Na imagem atual do edifício, é possível notar principalmente a transformação estilística de sua fachada. Suas aberturas, antes retilíneas, se tornaram arqueadas com balcões sustentados por cachorros aparentes na fachada. Grades foram acrescentadas nas janelas do pavimento térreo, assim como o pórtico da entrada principal e do acesso à escada lateral.

Diferente da tipologia comum às outras Câmaras e Cadeias, essa se localiza entre outros edifícios e não em local de destaque como geralmente são.

3.2.1 Coberta

- Estrutura

Composta por tesouras de pendural, caibros e ripas, com as linhas apoiadas sobre as paredes externas. Possuem, no total, doze águas divididas em três cobertas de quatro águas.

- Revestimento

Seu revestimento já foi substituído, sendo o atual telhas em cerâmica do tipo canal.

- Desenho e alinhamento

A coberta acompanha a planta retangular.

3.2.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a coberta e as fachadas.

Cimalha sob as telhas interrompida pelo frontal que se eleva na parte central da fachada.

- Balcões

Cantaria

- Guarda-corpos

Guarda-corpos em ferro trabalhado posicionam-se no último pavimento na fachada que se localiza na Rua do Imperador.

- Janelas

Três aberturas com molduras retilíneas, sendo a central é o acesso principal.

- Elementos estéticos

Dois cunhais apilastrados coroados pela cimalha que outrora apoiou a coberta. Embora não esteja em local de destaque em relação à visualização, mantém as proporções duplas, com certa opulência observada nos materiais de acabamento, como a cantaria, a madeira e trabalhos em ferro. Também se observa o brasão esculpido em cantaria na fachada principal.

3.2.3 Espaço interno

- Escadas

Escada externa em cantaria, paralela à fachada lateral esquerda, que leva ao primeiro pavimento. A escada interna, em madeira, possui caixa quadrada e fornece acesso a todos os pavimentos, inclusive aos mezaninos.

- Elementos construtivos das paredes

O edifício é construído em alvenaria mista, isto é, com pedra e tijolos.

- Piso

Em madeira, corresponde ao forro dos pavimentos inferiores.

- Acessos e circulação

Três pavimentos, cuja escada externa lateral leva ao último pavimento.

- Programa

Cadeia, câmara, sala de júri, enfermaria e casa do carcereiro.

3.3. Casa de Câmara e Cadeia em Sirinhaém, século XVIII.

O município de Sirinhaém teve sua origem no século XVII, com a expulsão dos índios Caetés, período em que a economia canavieira estava em alta em Pernambuco. Foram implantados treze engenhos na região da Mata Sul. Seu nome deu-se pelo referencial do Rio Sirinhaém, onde se iniciou o povoado.



ILUSTRAÇÃO 44: CASA DE CÂMARA E CADEIA DE SIRINHAÉM, 2009.

Nessa imagem, ainda é possível observar a coberta que protegia o sino do edifício a qual foi arruinada recentemente. Sua fachada ainda possui a configuração do período colonial, exceto pelo frontão e o gradil em ferro que substituiu o de cantaria representado no desenho de sua fachada.

Fonte: FUNDARPE, 2009.

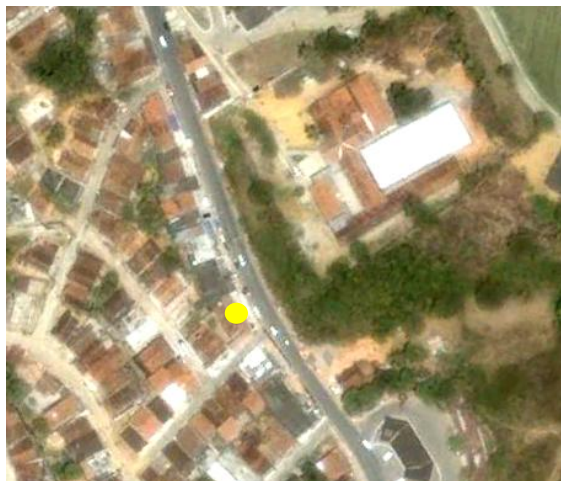


ILUSTRAÇÃO 45: LOCALIZAÇÃO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE SIRINHAÉM, 2011.

Localizada na rua principal de acesso à cidade, não se relaciona à uma praça central.

Fonte: <<http://www.googleearth.com>> Acessado em 14 Mar. 2012

Em 1627, foi elevada a categoria de Vila, alterando seu nome para Vila Formosa de Serinhaém. Nessa ocasião possuía cerca de 500 habitantes²¹. No final do século XIX, ano de 1892, a Vila constituiu-se como Município Independente, passando a denominar-se Sirinhaém. Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o município é constituído por três distritos: Sirinhaém, Barra de Sirinhaém e Pau Branco. Assim permaneceu em divisões territoriais datadas de 1936 e 1937 até

²¹

Fontes: Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2011.

1960, quando se substituiu Pau Branco por Ibiratinga, permanecendo até os dias atuais. Referências encontradas no Relatório de Obras Públicas remetem à construção da Casa de Câmara e Cadeia de Sirinhaém na data de 1730. A planta de reforma localiza-se no APEJE e data de 1854, e guarda as características arquitetônicas de fachada do período colonial.

Quanto às particularidades, podem-se citar as grades das celas em ferro fundido, que possuem uma seção de 1' em formato poligonal, distando 0,15 metros entre as barras, como mostra a imagem. As fechaduras possuem alavancas que adentram diretamente na alvenaria. Além desses, existem argolas em ferro chumbadas às paredes, provavelmente para servirem de armadores de redes.

Nessa planta, identificam-se mudanças nos ambientes internos e alterações nas fachadas, como a substituição dos guarda-corpos em cantaria por gradil em ferro, a secção do edifício, a mudança de abertura do acesso inferior da lateral para o centro da fachada, a cobertura que passa a possuir quatro águas. Acredita-se ainda que a permanência da escada lateral tenha sido considerada, pois, no projeto da fachada alterada a mesma não foi representada; entretanto ainda se encontra no edifício.

A planta de reforma já apresenta os elementos encontrados na fachada em cantaria (provavelmente calcário). Sua implantação conta com um aterro considerável visível pelo largo embasamento e pelo talvegue localizado em sua fachada posterior.

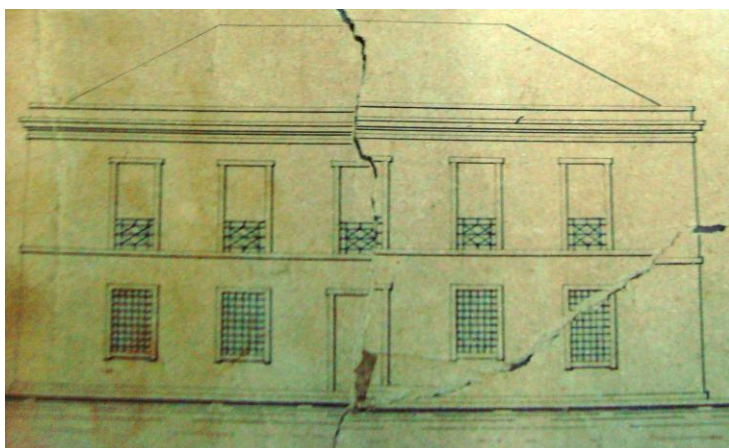


ILUSTRAÇÃO 46: PLANTA DA FACHADA PRINCIPAL, 1854.

As evidências indicam que essa foi a proposta para a fachada no ano de 1854. A demolição de parte do antigo edifício foi uma das alterações realizadas. Fonte: APEJE.

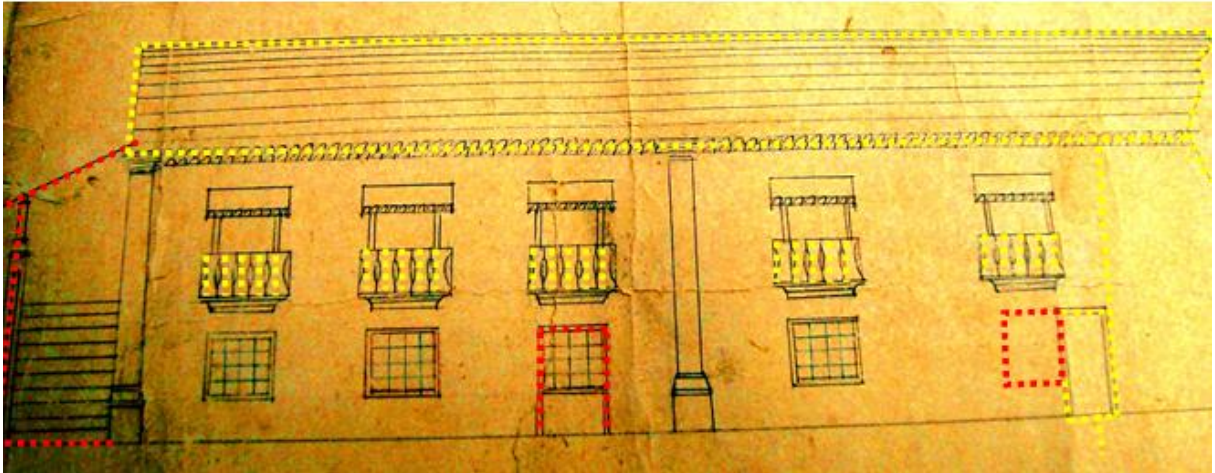


ILUSTRAÇÃO 47: PLANTA DE LEVANTAMENTO DA FACHADA PRINCIPAL, 1854.

As linhas vermelhas representam os elementos acrescentados e as amarelas são os elementos que foram demolidos ou substituídos. Fonte: APEJE.



ILUSTRAÇÃO 48: ESTRUTURA DA COBERTA EM CAIBROS ROLIÇOS, 2011.

O emadeiramento estrutural da cobertura, os caibros e as ripas são roliços, e as telhas são cerâmica do tipo canal confeccionadas manualmente. As telhas manuais por sua vez, parecem ser as originais, mas grande quantidade em cacos, na área em que a estrutura anexa que abrigava o sino desabou recentemente. Percebe-se que a estrutura da telha tem pouca espessura, o que a torna quebradiça.

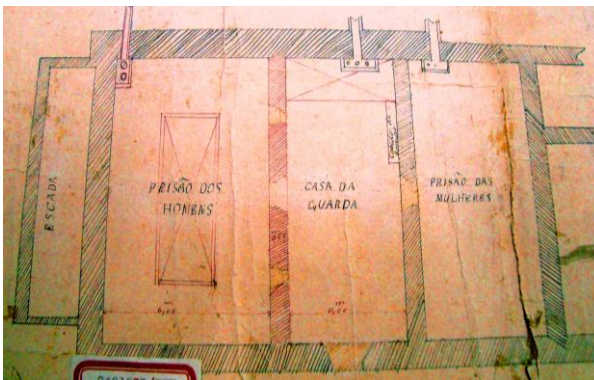


ILUSTRAÇÃO 49: PLANTA DE LEVANTAMENTO, 1854.

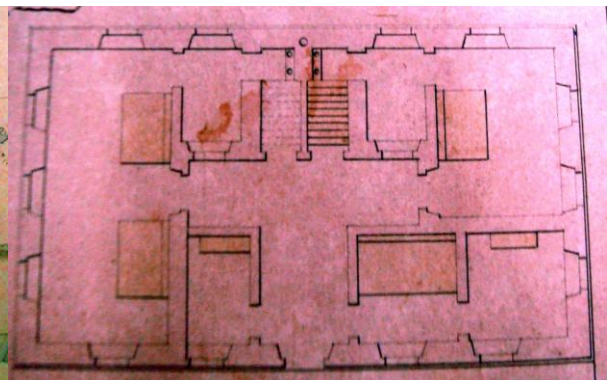


ILUSTRAÇÃO 50: PLANTA DE PROPOSTA, 1854.

A planta baixa de levantamento a esquerda representa uma configuração interna semelhante à atual, com as celas nas extremidades e o corpo de guarda centralizado ao meio. A planta baixa de proposta pode significar uma proposta que não foi materializada parcialmente ou total. Fonte: APEJE.



**ILUSTRAÇÃO 51: CACHORRO
EM CANTARIA, 2011.**



**ILUSTRAÇÃO 52: CORRIMÃO
EM CANTARIA, 2011.**



**ILUSTRAÇÃO 53: CUNHAL
EM CANTARIA, 2011.**

A cantaria tem utilização significativa visível em vários elementos construtivos. Os degraus da escada externa de acesso direto ao primeiro pavimento assim como seu corrimão, possuem acabamento em calcário, assim como os cachorros, balcões, soleiras, cunhais e molduras. Provavelmente o calcário deveria ser um material em abundância na região, visto que o Convento de Santo Antônio situado próximo à Casa de Câmara e Cadeia também utilizou em abundância essa rocha.

3.3.1 Coberta

- Estrutura

Quatro águas composta por três tesouras de pendural. Seus caibros e ripas não são aparelhados, assim como os consolos apoiados sobre as paredes externas.

- Revestimento

Seu revestimento provavelmente permanece o original em telhas canal do tipo colonial, confeccionadas manualmente.

- Desenho e alinhamento

A coberta acompanha a planta retangular.

3.3.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a coberta e as fachadas.

A platibanda de onde se salienta um pequeno frontão central em formato curvo e molduras sobre os balcões na fachada principal.

- Balcões

Em cantaria.

- Guarda-corpos

O gradil dos balcões pode ter sido em cantaria, como aparenta na planta de levantamento de 1854, mas, no momento atual, guardam características estilísticas da primeira metade do século XX.

- Janelas

É possível afirmar que o edifício foi seccionado, e que sua estrutura comporta apenas quatro aberturas, onde antes eram cinco.

- Elementos estéticos

As molduras das aberturas, a platibanda, o frontão, os cachorros e os cunhais em calcário e o gradil dos guarda-corpos.

3.3.3 Espaço interno

- Escadas

Escada externa em cantaria, paralela à fachada lateral direita, que leva diretamente ao pavimento superior.

- Elementos construtivos das paredes

O edifício construído em alvenaria de tijolos maciços que foram utilizados nas paredes de aproximadamente 0,90 metros.

- Piso

O piso do pavimento térreo não é mais o original, sendo o atual em cimento queimado. No pavimento superior, o piso é confeccionado em régua de madeira sobre travejamento.

- Acessos e circulação

O acesso térreo fica na terceira abertura da esquerda para direita, dividindo-se atualmente em três celas: esquerda, direita e na parte posterior.

- Programa

Cadeia, câmara, júri e corpo de guarda.

3.4. Casa de Câmara e Cadeia em Brejo da Madre de Deus, século XIX.

O nome de Brejo provém de sua situação em um vale formado pelas serras da Prata, do Estrago e do Amaro; e Madre de Deus foi a invocação sob a qual os padres da Congregação de São Felipe Neri fundaram um hospital em 1751, à margem do riacho que tomou o mesmo nome. A povoação do Brejo da Madre de Deus foi elevada à categoria de vila em 20 de maio de 1833, constituindo-se em sede do município de igual nome, desmembrado do município de Flores²².



ILUSTRAÇÃO 54: CASA DE CÂMARA E CADEIA DE BREJO DA M. DE DEUS, 2011.

Sua fachada mantém as características de simetria, número ímpar de aberturas e coberta em quatro águas. O edifício passou por obras de restauro de 2009 a 2011.

3.4.1 Coberta

- Estrutura

A coberta possui estrutura em quatro águas composta por tesouras em linha alta e pelos consolos sobrepostos às paredes estruturais externas e internas. A estrutura secundária é formada por ripas e caibros roliços de espessura entre $\phi = .04$ a $.06$ m.²³

- Revestimento

²²

Fontes: Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2012.

²³ A coberta estava sendo substituída na ocasião do levantamento de campo em maio de 2010, permitindo a medição das peças originais.

As telhas originais apresentam características disformes pela fabricação rudimentar de modo manual, com variações médias de dois centímetros em suas dimensões.

- Desenho e alinhamento

A cobertura acompanha a planta retangular.

3.4.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas.

Existência de entablamento²⁴ onde se apoia o beiral.

- Balcões

Inexistentes.

- Guarda-corpos

Inexistentes.

- Janelas

O edifício possui três aberturas em cada fachada dos dois pavimentos, exceto pela ausência de aberturas na fachada direita do pavimento térreo. As janelas são em formato levemente arqueado, com caixilho em madeira, vedadas por vidro.

- Elementos estéticos

A presença de molduras nas aberturas, cunhais, situados em cada extremidade de sua fachada principal, e o entablamento onde se apoia o beiral.

3.4.3 Espaço interno

- Escadas

Escada interna em madeira, com dois lances e um patamar no intervalo.

- Elementos construtivos das paredes

O edifício construído em alvenaria de tijolos maciços que foram utilizados nas paredes de aproximadamente 0,90 metros. Como os tijolos foram fabricados artesanalmente, suas dimensões podem variar (comprimento: 34 a 39 cm; largura: 18 a 20 cm e espessura: 7 a 9 cm).

²⁴ Em uma ordem de arquitetura, conjunto composto (entre a coluna e o frontão) da arquitrave, do friso e da cornija; cimalha.

- Piso

Os pavimentos são divididos por piso em madeira com travejamento que sustenta as régua que estão dispostas perpendicularmente às travas.

- Acessos e circulação

O acesso ao edifício dá-se exclusivamente pelo pavimento térreo. A partir do hall de entrada, o fluxo divide-se entre a parte posterior térrea, que permite o acesso às três celas, ou à escada, que leva ao setor onde funcionaram a sala de audiências e a câmara.

- Programa

Cadeia, câmara e júri.

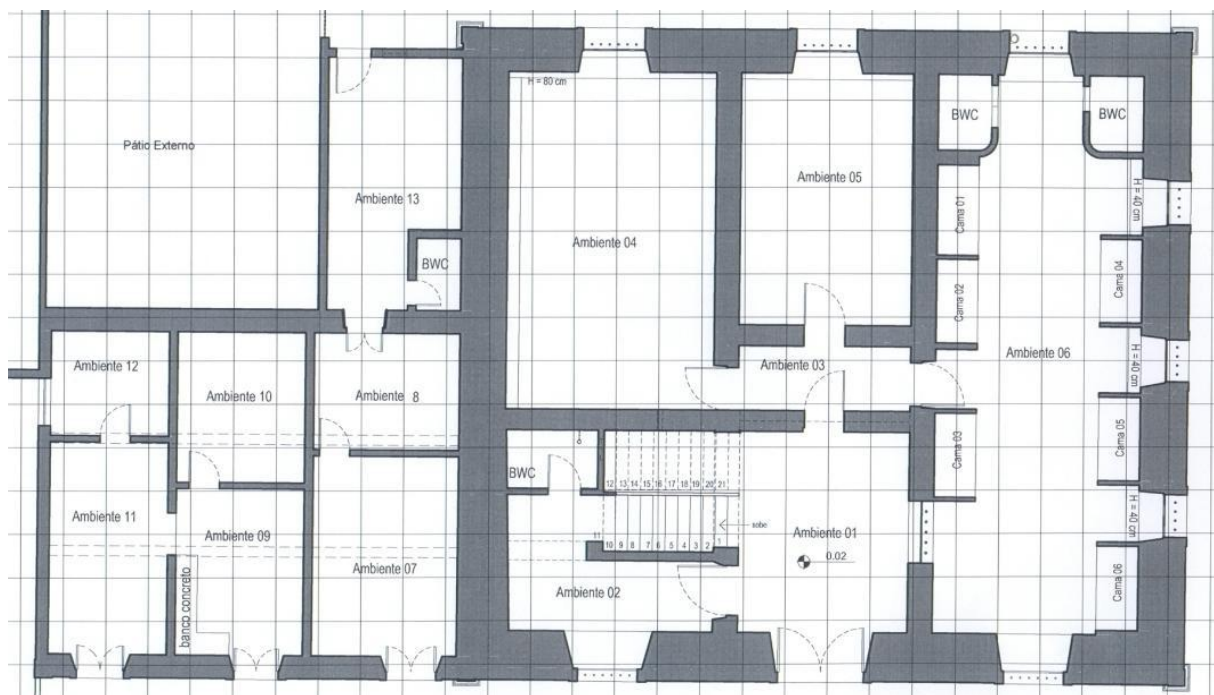


ILUSTRAÇÃO 55: PLANTA BAIXA TÉRREA DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE BREJO DA MADRE DE DEUS, 2009.

De acordo com a planta arquitetônica contemporânea à sua construção, foi possível verificar sua autenticidade em aproximadamente todo o edifício, com exceção dos acessos às celas, pois só a “cela 2” permanece como antes. Fonte: Projeto de Restauro da Casa de Câmara e Cadeia de Brejo da Madre de Deus, 2009, Marina Russel e colaboração de Pedro Valadares e Cecília Barthel.

Outras considerações a respeito dos aspectos físicos que saem do roteiro estabelecido podem ser citadas:

- O tijolo compõe grande parte do edifício como o alicerce, as paredes externas (reforçadas), os tabiques²⁵ e elementos de fachada (cunhal, entablamento, moldura). Inserida em terreno em declive, sofreu grande aterro observado pela diferença de nível em relação à rua.
- A paginação parece aleatória, contudo sem comprometimento da funcionalidade do edifício em função da espessura das paredes. É importante ressaltar a presença de um arco pleno no acesso da escada interna, cuja paginação segue o movimento do arco.
- As peculiaridades constituem-se em um orifício na alvenaria localizado sobre o peitoril de uma das janelas da cela parecendo haver ligação com seu interior, porém sua utilidade permanece sem explicação, além de uma pequena abertura gradeada de uma das celas para o hall, provavelmente para comunicação ou vigia dos presos.
- O ferro compõe as peças de articulação e fixação da madeira como dobradiças, fechaduras, pregos e parafusos; De vedação como as grades das celas e eventualmente detalhes como as tocheiras localizadas na fachada principal sobre as portas.



ILUSTRAÇÃO 56: DETALHE DO REBOCO DA CELA, 2011.

Foi possível observar a presença de cacos de telha no reboco de uma das celas, provavelmente para preencher algum vazio, técnica comumente utilizada para nivelar as paredes.



ILUSTRAÇÃO 57: ESTRUTURA DA COBERTA, 2011.

..... Consolos;
 Tesouras

²⁵ Parede delgada que serve para dividir compartimentos no interior de uma construção.

3.5 Casa de Câmara e Cadeia em Pesqueira, século XIX.

Pesqueira tem seus antecedentes na vila de Cimbres, anteriormente conhecida por aldeia de Araroba e povoação de Monte Alegre, localizada em cima da serra de Ororubá. Cimbres foi declarada vila em 04 de abril de 1762, pelo ouvidor geral e desembargador da comarca das Alagoas, Manoel de Gouveia Álvares; no mesmo ato, foi criado o termo e distrito.

Em 20 de abril de 1880, a Lei Provincial nº 1.484 elevou a vila à categoria de cidade, com o nome de Santa Águeda de Pesqueira, designação que não se popularizou e, a exemplo do que acontecera com o nome primitivo da época da fazenda, ficou sendo conhecida e tratada simplesmente por Pesqueira.

De acordo com o processo de tombamento do conjunto histórico de Pesqueira de 1981, onde está inserida a Casa de Câmara e Cadeia, o edifício foi construído ao final do século XVIII ou início do século XIX pelo capitão Mor Manoel José de Siqueira – falecido em 1831 – para servir de sede da Fazenda Poço, segundo consta no seu inventário. Em 1926, foi cedido ao Município de Pesqueira ²⁶.

O edifício foi construído originalmente para servir de Sede a Fazenda Poço da Pesqueira no final do século XVIII, sofrendo adaptações para utilização como Casa de Câmara e Cadeia em meados do século XIX, dado referente à planta realizada pelo engenheiro Felix Ramos Lieuthier situada no APEJE, datada de 1864. Foi adquirido pelo estado em 1926 e cedido ao município para adaptação ao Paço Municipal de Pesqueira.

²⁶ Texto extraído do Processo de Tombamento de Conjunto Histórico de Pesqueira.



ILUSTRAÇÃO 58: CASA DE CÂMARA E CADEIA DE PESQUEIRA, 2009.

A fachada, já modificada, possui conotação eclética e é possível observar o desencontro entre as aberturas do térreo e primeiro pavimento.

O mesmo funcionou como Câmara Municipal de Pesqueira no pavimento superior e Tiro de Guerra no pavimento inferior por volta de 1980 e atualmente abriga a Câmara de Vereadores.

3.5.1 Coberta

- Estrutura

Sua cobertura segue o formato da planta baixa, optando pela divisão em duas águas, tendo sido provavelmente alterada com acréscimo do frontão lateral e da platibanda nas fachadas frontal e posterior. Seus caibros e ripas são apoiados por tesouras. Atualmente possui parcialmente forro em gesso e em *p.v.c.*, não original no pavimento superior.

- Revestimento

Telhas canal do tipo colonial.

- Desenho e alinhamento

A cobertura acompanha a planta retangular.

3.5.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas.

Existência de platibanda com ornamentos geométricos em estilo eclético na fachada principal e empena nas fachadas laterais.

- Balcões

Uso da alvenaria como continuação do piso da sala de júri.

- Guarda-corpos

Estrutura esguia em ferro (não original).

- Janelas

O edifício possui cinco aberturas com molduras levemente arqueadas, sendo a do meio seu acesso principal. Suas esquadrias são em madeira, com duas folhas cegas e articulações simples com exceção das antigas celas no pavimento inferior onde se conservam as grades em ferro da época em que funcionou a cadeia, além de um óculo gradeado, localizado no alto do pavimento térreo que fornece ventilação à antiga cela.

- Elementos estéticos

Elementos como a marcação da base e o cunhal saltam na fachada, seguindo até a parte superior onde se encontra com a cimalha que se situa sob a platibanda demarcada com ornamentos ecléticos. Presença de gradil sobre pórtico principal.

3.5.3 Espaço interno

- Escadas

A escada interna, vista assim que se dá o acesso ao edifício, tem o formato em “L”, em madeira com corrimão do mesmo material.

- Elementos construtivos das paredes

Alvenaria de pedras e tijolos de barro manuais compondo paredes de aproximadamente 0,80 metros rebocados e caiados.

- Piso

Piso não original, sendo no térreo parcialmente cimento queimado e ladrilho hidráulico e, no primeiro pavimento, o entablamento de madeira também é o forro do pavimento térreo.

- Acessos e circulação

O acesso ao edifício dá-se exclusivamente pelo pavimento térreo. A partir do hall de entrada, se tem acesso ao restante do edifício. As celas localizavam-se no térreo e os setores administrativos no pavimento superior. Atualmente a área do edifício engloba o pátio na fachada posterior; contudo não há menção de que sua presença esteja relacionada ao edifício desde sua adaptação à função de câmara e cadeia.

- Programa

Cadeia, câmara, júri e tiro de guerra (uso posterior).

3.6 Casa de Câmara e Cadeia em Goiana, século XIX.

O território onde se encontra o município de Goiana, cuja fundação é anterior a 1570, foi inicialmente habitado pelos índios caetés e potiguares. Os primeiros colonizadores chegaram, provavelmente, em 1534. A povoação situava-se no vale do rio Goiana, que é formado pela confluência dos rios Capibaribe-Mirim e Tracunhaém.

Em 20 de maio de 1833, por resolução do Conselho do Governo de Pernambuco, foi criada a comarca de Goiana, formada pelo termo da vila de mesmo nome, compreendendo as freguesias de Goiana e Itambé. Em 1834, teve o seu primeiro juiz de Direito, o Dr. Joaquim Nunes Machado.



ILUSTRAÇÃO 59: CASA DE CÂMARA E CADEIA DE GOIANA, 2009.

A fachada do edifício permanece com as características estilísticas ecléticas, corrente posterior à data de sua construção em 1864.



ILUSTRAÇÃO 60: LOCALIZAÇÃO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE GOIANA, 2012.

O edifício da Casa de Câmara e Cadeia de Goiana situa-se no núcleo histórico nas proximidades dos principais edifícios públicos, na rua que liga a igreja Matriz ao convento de St. Alberto dos Carmelitas. Fonte: <<http://www.googleearth.com>> Acessado em 27 Mar. 2012

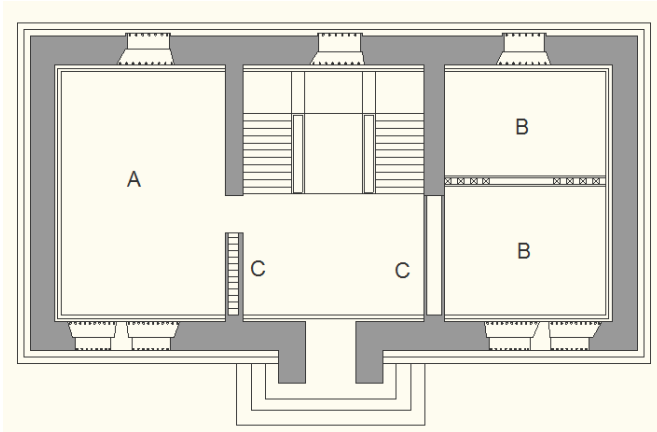


ILUSTRAÇÃO 61: PLANTA BAIXA DO PAVIMENTO TÉRREO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE GOIANA, 1864.

Essa planta mostra a escada externa. A abertura central de acesso único ao edifício leva ao vestíbulo, onde se estabelecia o corpo de guarda (C), dividindo as celas A e B. A configuração da escada foi alterada, sendo de apenas um lance até o patamar central. Fonte: APEJE. Planta digitalizada por Henrique Barros.

A vila de Goiana foi elevada à categoria de cidade e sede do município pela Lei Provincial nº 86, de 05 de maio de 1840. Em 06 de maio de 1844, a Lei Provincial nº 128 anexou à comarca da cidade de Goiana parte da freguesia de Tejucupapo, então pertencente à comarca da cidade de Recife. Em divisão territorial, datada de 1º de janeiro de 1979, o município é constituído de três distritos: Goiana, Ponta de Pedras e Tejucupapo, os mesmos que permanecem até hoje ²⁷.



ILUSTRAÇÃO 62: FACHADA PRINCIPAL, 1830.

A planta possui autoria do Eng. Major João Bloem, esta localiza-se onde funcionou a cadeia velha da vila. A ilustração mostra uma fachada totalmente adversa a atual, contudo, o número de aberturas permanece fiel ao original, com exceção de duas aberturas adicionais ao lado da entrada principal em seu nível inferior. Fonte: APEJE. Planta digitalizada por Henrique Barros.

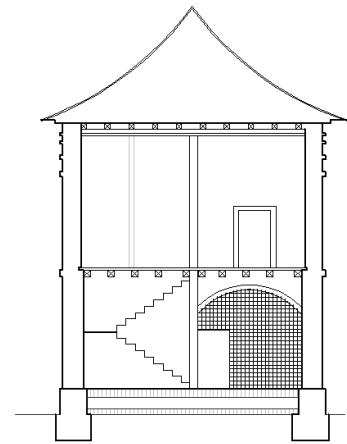


ILUSTRAÇÃO 63: CORTE TRANSVERSAL, 1830.

As imagens acima revelam a estrutura e as paredes reforçadas do pavimento térreo, provavelmente com peças de madeira entrelaçadas. Fonte: APEJE. Planta digitalizada por Henrique Barros.

²⁷ Dados obtidos em documentos de tombamento da FUNDARPE.

3.6.1 Coberta

- Estrutura

Coberta dividida em quatro águas com tesouras, caibros e ripas em madeira. Os consolos são apoiados nas paredes internas centrais e nas paredes externas, ocultas pelo forro em régua de madeira apoiada por estrutura em barrotes.

- Revestimento

Telhas canal do tipo colonial.

- Desenho e alinhamento

A cobertura acompanha a planta retangular.

3.6.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas.

Possui frontão com diversos elementos ecléticos centrais e entre dois pináculos, coroando os balcões do nível superior da fachada principal.

- Balcões

São três balcões em cantaria na planta original; atualmente se encontram em alvenaria emassada e pintada.

- Guarda-corpos

Em ferro trabalhado na planta original. Atualmente se encontra em alvenaria com elementos vazados.

- Janelas

O edifício possui, em seu projeto original, cinco aberturas no térreo e sete aberturas no pavimento superior em sua fachada principal. As aberturas possuem formas retilíneas, com exceção das centrais nos dois pavimentos, que são arqueadas. Atualmente foram acrescentadas duas aberturas ao lado do acesso principal. As esquadrias eram folhas de madeira no pavimento superior e com grades de ferro no interior, onde funcionava a cadeia.

- Elementos estéticos

Suas fachadas são marcadas por cunhais apilastrados que seguem até as cimalhas superiores, onde está a platibanda marcada por vários elementos ecléticos. Essas características são produto de reformas realizadas no século XX.

3.2.3 Espaço interno

- Escadas

A escada interna, vista assim que se dá o acesso ao edifício, leva ao primeiro pavimento onde se encontram as salas de júri (audiência) e área administrativa.

- Elementos construtivos das paredes

A estrutura foi construída em alvenaria mista. Os tijolos maciços compõem as estruturas de alicerce e paredes que se dividem em estruturais (80 cm) e divisórias (55 cm). As paredes das antigas celas possuíam tramas (provavelmente em madeira) com portas em ferro.

- Piso

Piso do pavimento superior em régua de madeira sobre estrutura de barrotes.

- Acessos e circulação

O acesso ao edifício dá-se exclusivamente pelo pavimento térreo. A partir do *hall* de entrada, se tem acesso ao restante do edifício. As celas localizavam-se no térreo e os setores administrativos no pavimento superior.

- Programa

Segundo nomenclatura da planta do APEJE, neste funcionaram: cadeia, corpo de guarda, câmara, júri, casa do carcereiro, cozinha e alcova (segredo).

3.7. Casa de Câmara e Cadeia de Flores, século XIX.

A origem do topônimo Flores deve-se à existência de uma fazenda de gado, em tempos remotos, no mesmo local em que está situada a cidade. Era conhecida inicialmente por fazenda dos Flores, em alusão ao sobrenome de seus proprietários, e depois por Pajeú de Flores, por situar-se à margem direita do rio Pajeú.

Em 02 de janeiro de 1749, mediante escritura, Francisco Dias d'Ávila (da Casa da Torre) fez doação de uma área, na povoação de Flores, destinada a constituir o patrimônio canônico do lugar, com a construção de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário, ali fundada por uma associação de pretos escravos.

Em 11 de setembro de 1783, um alvará do governador José César de Menezes criou a paróquia de Nossa Senhora da Conceição do povoado de Pajeú de Flores, com território desmembrado da de Cabrobó. A paróquia foi instalada pelo vigário João de Sant'Ana Rocha, na antiga capela de Nossa Senhora do Rosário.

A comarca do Sertão de Pernambuco foi criada por Alvará Régio de 15 de janeiro de 1810, compreendendo a vila de Cimbres, os julgados de Garanhuns, Flores na Ribeira do Pajeú, Tacaratu, Cabrobó e a vila de São Francisco das Chagas. O mesmo alvará erigiu em vila a povoação de Flores na Ribeira do Pajeú, sendo a Câmara instalada em 27 de maio de 1811. Em 20 de maio de 1833, uma resolução do Conselho do Governo de Pernambuco, no seu art. 9º, criou a comarca de Flores, abrangendo os termos da vila de Flores e dos julgados de Tacaratu e Cabrobó. O termo da vila de Flores ficou compreendendo as freguesias de Pajeú de Flores e Fazenda Grande.

Em 06 de maio de 1851, o município foi extinto pela Lei Provincial nº 280, que transferiu a sua sede e a da comarca de Flores para a povoação de Serra Talhada, que foi elevada à categoria de vila, com a denominação de Vila Bela. Em 26 de maio de 1858, a Lei Provincial nº 437 restaurou o município na freguesia de Flores, o qual foi instalado em 14 de fevereiro do ano seguinte, com território desmembrado do de Vila Bela. Foi constituído em município autônomo em 02 de

agosto de 1893, com base no art. 2º das disposições gerais da Lei Essadual nº 52 (Lei Orgânica dos Municípios), de 03 de agosto de 1892.²⁸.



ILUSTRAÇÃO 64: LOCALIZAÇÃO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE FLORES, 2012.

O edifício está inserido no núcleo urbano, onde se encontra a Igreja Matriz, que geralmente se impõe em frente à praça central. Neste caso, a Casa de Câmara e Cadeia de Flores destaca-se não só pela sua proporção de tamanho em relação aos outros edifícios, mas pela sua localização, ocupando toda a quadra em frente à praça. Fonte: <<http://www.googleearth.com>>

Acessado em 16 Jul. 2012



ILUSTRAÇÃO 65: CASA DE CÂMARA E CADEIA DE FLORES, 2009.

A fachada principal do edifício permanece com as mesmas características apresentadas em sua planta encontrada no APEJE. Ainda guarda características neoclássicas, como simetria, pilastras marcadas e frontão triangular.



ILUSTRAÇÃO 66: CORTE TRANSVERSAL, 1871.

Nessa imagem, é possível observar a estrutura da cobertura e de seu alicerce. Fonte: APEJE. Planta digitalizada por Henrique Barros.

²⁸ Texto extraído da Proposta de Tombamento Temático das Casas de Câmara e Cadeia de Pernambuco realizada pelos historiadores Moisés Siqueira e Juliana Brainer- FUNDARPE.

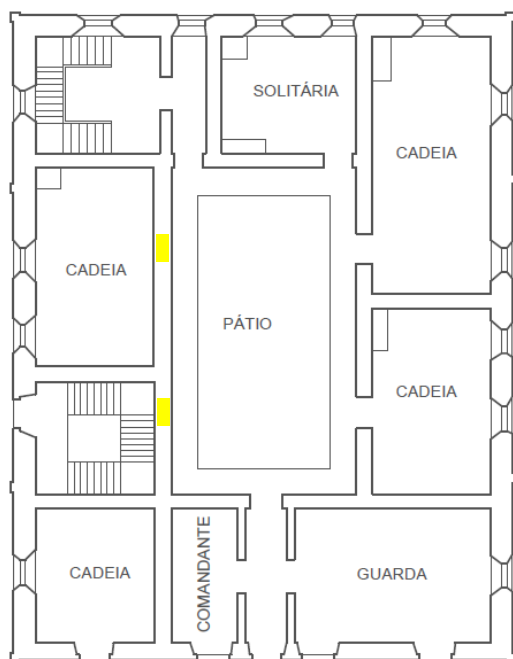


ILUSTRAÇÃO 67: PLANTA BAIXA DO PAVIMENTO TÉRREO, 1871.

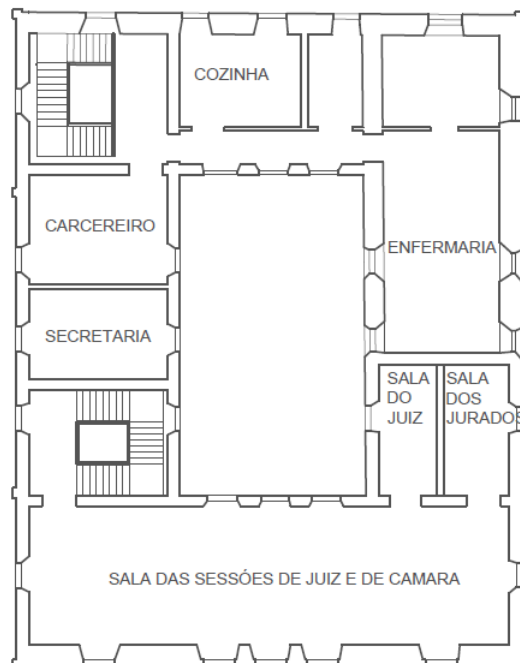


ILUSTRAÇÃO 68: PLANTA BAIXA DO PAVIMENTO SUPERIOR, 1871.

A estrutura física do edifício guarda vários compartimentos, com celas destinadas às mulheres, aos homens e presos provisórios. Três celas permitem acesso direto ao pátio. A planta do edifício é retangular e, apesar de os acessos ao pavimento térreo e superior serem internos, estes encontram-se sem ligação. As marcações amarelas representam as janelas localizadas no edifício que não estão representadas nessa planta. Fonte: APEJE. Planta digitalizada por Henrique Barros.

3.7.1 Coberta

- Estrutura

Divide-se em duas águas e possui estrutura em tesoura de pendural, com seus consolos sobre as paredes estruturais. Em seu pavimento superior há presença de forro de gesso não original.

- Revestimento

Telhas em fibrocimento com cumeeira ainda em telha cerâmica do tipo colonial.

- Desenho e alinhamento

A cobertura acompanha o formato do edifício.

3.7.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas.

Possui frontão integrado à platibanda, apoiado na cimalha localizada na fachada principal.

- Balcões

Inexistentes.

- Guarda-corpos

Ferro trabalhado.

- Janelas

Sua fachada principal é demarcada por cinco aberturas centrais, sendo a do meio, o acesso principal. No primeiro pavimento, as aberturas, repetem-se com a presença de guarda-corpos, localizados sobre entablamento horizontal que divide a fachada. As molduras são retilíneas, e a maior parte das janelas é composta por folhas cegas em madeira.

- Elementos estéticos

Demarcação coroada por frontão e delimitada lateralmente por falsas colunas, cuja base quase se alinha ao peitoril das janelas.

3.7.3 Espaço interno

- Escadas

Na planta, existem duas escadas internas. Uma permite o acesso exclusivamente à sala de julgamento e as salas particulares do juiz e jurados. A segunda escada permite acesso através do pátio ao primeiro pavimento, onde estão a cozinha, a enfermaria, a despensa e casa do carcereiro. Contudo, o edifício possui apenas uma escada interna, vista assim que se dá o acesso ao edifício, tem o formato em “T”, com um lance até o primeiro patamar, que se divide em lances opostos que levam ao primeiro pavimento onde se encontram as salas de júri (audiência) e área administrativa.

- Elementos construtivos das paredes

Não identificado. Contudo, nas paredes internas mais esguias foram identificados tijolos em barro artesanal. As paredes mais espessas medem em torno de 80 centímetros.

- Piso

No pavimento térreo, o piso é em cimento queimado e no pavimento superior, é parcialmente em entablamento de madeira com régua em dimensões

disformes que variam entre 10 e 20 centímetros, como também o forro do primeiro pavimento.

- Acessos e circulação

De acordo com a planta apresentada nesse trabalho, o acesso ao edifício dá-se exclusivamente pelo pavimento térreo. Um dos que leva diretamente ao pátio central e outro leva ao primeiro pavimento; contudo, na íntegra, não existe mais acesso ao pátio interno, com exceção das janelas, que parecem ser portas com peitoril entaipado.

- Programa

Segundo nomenclatura da planta do APEJE (1871), funcionaram: cadeia, corpo de guarda, câmara, júri, casa do carcereiro, cozinha e enfermaria.

3.8. Casa de Câmara e Cadeia em Igarassu, século XIX.

O município foi um dos primeiros núcleos de colonização no Brasil. No ano de 1564, já havia sido elevado à categoria de Vila. Existem muitos testemunhos arquitetônicos de sua antiguidade, como a Igreja de São Cosme e Damião e o Convento de Santo Antônio, de 1588.

A Vila de Igarassu teve quatro edifícios diferentes que funcionaram como Casa de Câmara e Cadeia. A primeira já existia por volta de 1594 e estava localizada na Rua Direita, entre a Misericórdia e a igreja dos Santos Cosme e Damião, sendo destruída pelos holandeses, conforme se observa em certidão existente no II Livro de Tombo da Vila de Igarassu, datado de 1782.



ILUSTRAÇÃO 69: LOCALIZAÇÃO DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE IGARASSU, 2012.

O edifício fica no centro histórico de Igarassu, nas proximidades da igreja dos Santos Cosme e Damião e do Convento de Santo Antônio.

Fonte: <<http://www.googleearth.com>>

Acessado em 27 Mar. 2012



ILUSTRAÇÃO 70: CASA DE CÂMARA E CADEIA DE IGARASSU, 2012.

Nessa imagem, percebem-se a proximidade e a relação com os edifícios religiosos, além das características sóbrias da fachada da Câmara e Cadeia, tradicionais ao período colonial em Pernambuco.

A segunda, construída depois de 1675, com dinheiro do subsídio da carne, foi a maior de toda a província e subsistiu até a passagem de D. Pedro II por Igarassu, em dezembro de 1859, quando já estava bastante arruinada. Em 1749, foi usada pelo governador da Capitania, então de visita à vila. Nos "Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro", datado de 1774, à página 29, aparece a seguinte informação:

“... Essa vila está situada em um monte muito alto e vistoso, tem em cima na entrada da parte do sul para o norte a igreja de N. S. do Rosário dos Homens Pretos, mais adiante a igreja da Misericórdia. A Casa de Câmara é a mais asseada que há nessa Capitania com sua cadeia por baixo muito forte, e fica em lugar muito alto no meio da vila entre a igreja da Misericórdia e o Recolhimento.”

A terceira seria o atual Sobrado do Imperador, construído para funcionar como Casa de Aposentadoria e Correção e finalmente, a atual edificação, adaptada a partir de três edifícios públicos por volta da década de 1880.

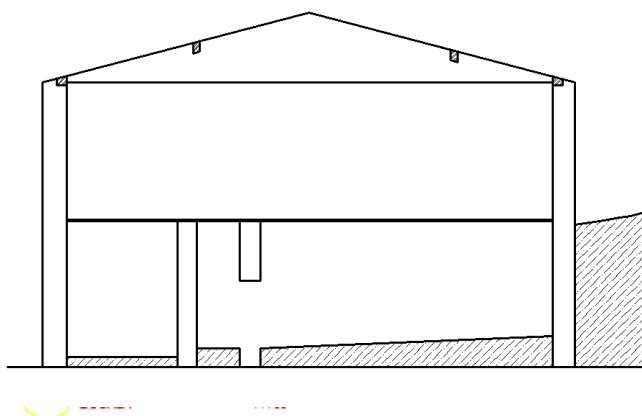


ILUSTRAÇÃO 71: CORTE TRANSVERSAL DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE IGARASSU, SEM DATA.

O edifício foi implantado em terreno com acidentado, permitindo que a planta do edifício tivesse dois pavimentos com acessos externos independentes. A área semiaberta permite o acesso direto ao pavimento superior. Fonte: APEJE. Planta digitalizada por Henrique Barros.

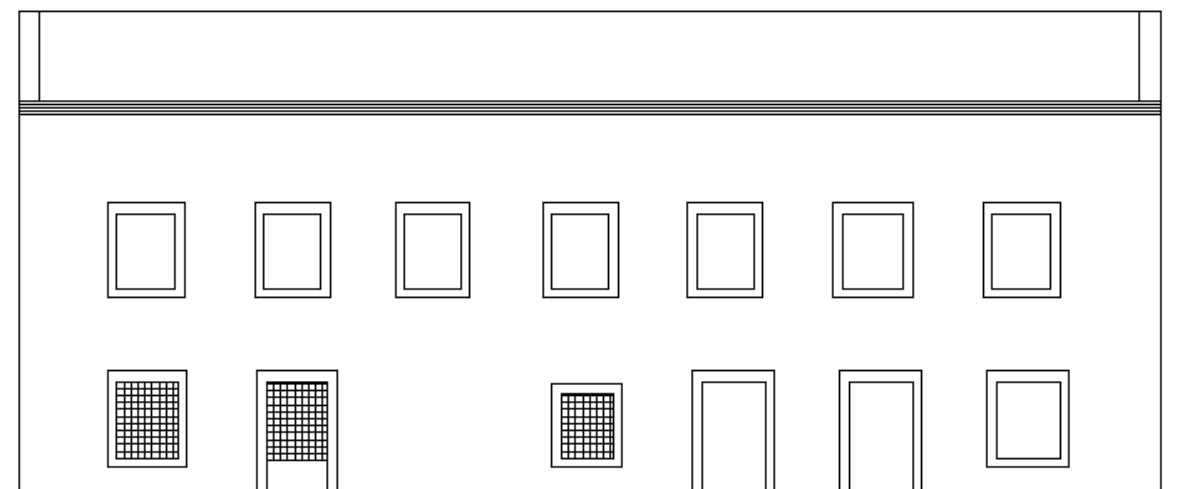


ILUSTRAÇÃO 72: FACHADA FRONTAL DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE IGARASSU, SEM DATA.

Através dessa planta, é possível identificar alterações na fachada, como o aumento do vão das aberturas no pavimento superior e acréscimo de guarda-corpo. Também houve a mudança da localização das celas, que passaram a ser internas, com uma antecâmara, não permitindo mais o acesso direto das janelas às ruas. Observa-se a ausência de representação do brasão em cantaria presente no edifício. Fonte: APEJE. Planta digitalizada por Henrique Barros.

O edifício de Câmara e Cadeia de Igarassu remanescente é o mais recente que data do final do século XIX. É localizado no centro histórico, em terreno acidentado, em uma situação topográfica intermediária, onde a fachada principal está virada para o declive (Rua Marechal Hermes) e a fachada posterior para o aclave.

3.8.1 Coberta

- Estrutura

Sua cobertura é estruturada por ripas e caibros de madeira, composta por duas águas.

- Revestimento

Telhas canal do tipo colonial.

- Desenho e alinhamento

A cobertura acompanha o formato do edifício.

3.8.2 Fachadas

- Elementos de Intersecção entre a cobertura e as fachadas.

A cobertura descansa sobre a eira, a beira e tribeira que se repetem nas fachadas principal e posterior.

- Balcões

Inexistentes.

- Guarda-corpos

Gradil em ferro (não original).

- Janelas

Suas aberturas são em número ímpar, seus acessos são realizados pela quinta e sexta abertura; muito embora, vestígios de soleiras em pedra remetam a antigos acessos nas segunda e terceira aberturas da fachada principal. Suas janelas são compostas por folhas em madeira e variam em tamanho de acordo com o peitoril, mas permanecem com sua forma retilínea delineada por moldura da mesma forma, porém em cantaria.

- Elementos estéticos

Os cachorros em madeira que sustentam as peças da cobertura na parte interna do edifício. O brasão em cantaria que descolou da fachada permanece intacto.

3.8.3 Espaço interno

- Escadas

A circulação vertical é feita através de escada interna de dois lances em “L” em madeira. Apesar de existir uma segunda escada que permite acesso às celas, a mesma não foi identificada no edifício.

- Elementos construtivos das paredes

Sua estrutura parece ser em alvenaria de pedras e tijolos maciços. Suas paredes medem aproximadamente 50 centímetros de largura as esguias e 60 centímetros as mais largas, quase todas delimitando o edifício.

- Piso

O piso térreo é todo revestido em tijoleiras. O forro do térreo é a estrutura do piso em assoalho do primeiro pavimento, realizada com travejamento em madeira.

- Acessos e circulação

Os acessos do edifício são separados pelo partido que se tirou da declividade, onde o acesso ao pavimento térreo leva ao corpo de guarda e celas e o acesso ao pavimento superior pode ser feito pela fachada posterior do edifício. Há ainda a circulação vertical interna por escada que se localiza próximo ao corpo de guarda, levando à sala de audiências.

- Programa

Cadeia, corpo de guarda, câmara, júri e casa do carcereiro.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

1. COMPARAÇÃO ENTRE OS MODELOS DE EDIFÍCIOS DA COLÔNIA EM PERNAMBUCO E OS MODELOS PORTUGUESES

A análise tipológica entre as Câmaras e Cadeias e os *Concelhos* foi baseada nos aspectos que se destacaram no desenvolvimento da pesquisa, partindo, em primeiro plano, das semelhanças e posteriormente das distinções entre Portugal e a Colônia. Após esta análise chega-se às seguintes conclusões:

1.1 Aspectos Semelhantes

A localização dos *Concelhos* e das Câmaras e Cadeias seguem recomendações citadas nos tratados militares escritos na Idade Média, que eram referências utilizadas também para os edifícios públicos. Em um apanhado geral, os edifícios localizam-se no núcleo histórico urbano, próximo à praça e aos principais edifícios públicos. Apesar da igreja²⁹ não estar inserida na categoria tipológica pública administrativa, esta relação de proximidade geográfica foi observada em todos os edifícios analisados.

Algumas características observadas reafirmaram estudos anteriores no Brasil³⁰ e confirmaram a sua semelhança com o modelo em Portugal: a presença

²⁹ Edifícios religiosos em geral, como casas de misericórdia, igrejas e conventos.

³⁰ Referência ao levantamento realizado por Paulo Thedim Barreto já citado nessa pesquisa.

sempre de dois pavimentos; o programa básico composto por câmara, sala de júri e cadeia, quase sempre sendo o setor administrativo localizado no pavimento superior. Dessa forma, é possível afirmar que o programa e hierarquia dos espaços permaneceram os mesmos após a transferência do modelo à colônia.

As características clássicas são predominantes na concepção das plantas e composição das fachadas. As aberturas são em número ímpar, sem exceção, seguindo uma sequência em que a entrada principal esteja entre as mesmas. Constatando-se a presença de meias colunas incrustadas nas fachadas, encontrando-se com cimalkas, que, por sua vez, ficam sob os beirais. Existem frontões, balcões, cunhais, pórticos, arcos; e a preocupação com a proporção e simetria enfatizam os traços clássicos existentes nas duas localidades, porém com mais ênfase em Portugal.

Foi verificada que a relevância política do município tem se reproduzido no tamanho e nos padrões estéticos de acabamento nos edifícios de Câmara e Cadeia, tanto no caso de Portugal, como no Brasil.

A alvenaria de pedras foi adotada em todos os exemplares estudados e podem variar em relação ao tipo de rocha, à regularidade e dimensão dos blocos. Os picos de transformações arquitetônicas, como tamanho dos espaços, alteração, subtração ou adição da funcionalidade dos ambientes que obviamente refletem o edifício como um todo, foi paralelo às mudanças políticas e sociais que aconteceram gradativamente. Contudo, é notória a diferença entre o edifício do *Concelho* de Bragança do século XIII e os mais recentes por volta do século XVI.

Foi possível verificar as transformações sofridas pelos *Concelhos* em Portugal, as quais foram quase sempre estilísticas, permanecendo os princípios construtivos romanos, em que as observações tratadísticas remetem às características funcionais como largura de parede, regularidade da planta, proporção de suas aberturas entre outras que seguem o mesmo padrão descritivo.

Principalmente pelo formato hexagonal da planta e aberturas seriadas em arcos abatidos do *Concelho* de Bragança se diferenciando dos demais, esse seria um fator de destaque simbólico da cultura portuguesa, onde a regularidade foi esquecida ou apenas um fato isolado decorrente de adaptações físicas e técnicas para execução do edifício. Para responder a essa questão haveria necessidade de uma pesquisa mais pontual sobre esse estudo de caso considerando seu contexto

histórico e cultural. Este trabalho deixará essa lacuna, limitando-se a conjecturas sobre os elementos construtivos e tipológicos estabelecidos entre o século XVIII e XIX no mesmo território.

Os elementos construtivos e tipológicos, neste caso, caracterizam-se pela alvenaria de pedra, pelo teto em abóbada, pela coberta em quatro águas e por elementos clássicos como cornija, frontão e cunhal, além do rebatimento e regularidade da planta. O modelo repete-se por todo o país sem grandes variações de localização estratégica dentro do município ou programa utilizando processos construtivos similares à arquitetura civil.

Com base na amostragem representada pela tabela 6, pode-se afirmar que o modelo dos edifícios do *Concelho* em Portugal possui planta regular com aberturas e molduras de formas retilíneas em números ímpares. Sua coberta é regular e adaptada à planta do edifício, os acessos principais são realizados através do centro da fachada principal, que são demarcadas por cunhais em suas extremidades, balcões e cimalkas na parte superior do edifício, assim como sua identificação pelo emblema administrativo.

1.2 Aspectos Divergentes

Os edifícios de Câmara e Cadeia construídos em Portugal e Brasil divergem em inúmeros aspectos. Nos edifícios analisados em Pernambuco, foi possível observar uma simplificação dos forros, ausência de arcos e abóbadas, de ornamentos em silharia mais rebuscados, empobrecimento dos materiais de revestimento e mudança da técnica construtiva predominante em Portugal, a alvenaria de pedras e a introdução quase que unânime da alvenaria de tijolos maciços de barro.

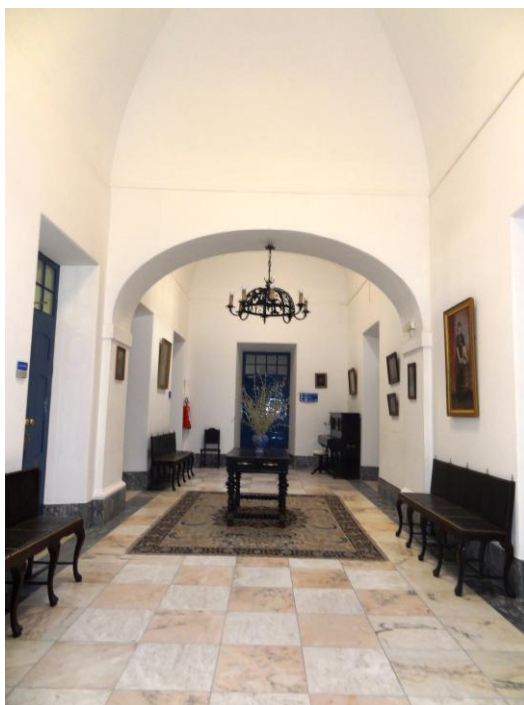


ILUSTRAÇÃO 73: CIRCULAÇÃO DO PAVIMENTO SUPERIOR DO CONCELHO DE VILA VIÇOSA. 2011.

Nesta imagem é possível observar o rebuscamento analisado no texto. O piso é revestido em dois tipos de mármore seguindo até o rodapé; o arco delimita o centro da circulação, cujo teto se compõe em abóbadas ogivais.



ILUSTRAÇÃO 74: CIRCULAÇÃO DO PAVIMENTO SUPERIOR DA CASA DE CÂMARA E CADEIA DE PESQUEIRA, 2012.

Este ambiente é composto por piso em madeira e provavelmente sua cobertura era em estrutura aparente, isto é, sem a presença de forro.

As características funcionais eram priorizadas, como a segurança das celas e divisão interna dos espaços, mas a questão da imponência retratada pelos materiais e técnicas consideradas nobres como a utilização de granitos e mármore nos revestimentos, cantaria esculpida, entre outras, não eram utilizadas.

Em todos os casos, a cobertura acompanha o formato da planta do edifício sem grandes inovações técnicas para ventilação ou iluminação natural. Sua função resume-se a vedação do edifício. Por essa razão se faz utilização do forro em estuque ou madeira, diferente dos *Concelhos* portugueses onde o teto é construído com mais rebuscamento com o uso de arcos ou abóbadas.

As tabelas abaixo representam a conferência de elementos tipológicos semelhantes e divergentes entre todos os edifícios analisados desta pesquisa.

	Bragança XIII	Pavia XVI	Esgueira XVI	Vila do Conde XVII	Vila Viçosa XVIII	Fronteira XVIII	Favaios XVIII	Murça XVIII	Recife XVIII	Sirinhaém XVIII	Brejo da Madre de Deus XIX	Pesqueira XIX	Goiana XIX	Flores XIX	Igarassu XIX
Balcões em cantaria															
Estrutura em alvenaria de pedras															
Estrutura em alvenaria mista															
Estrutura aparente															

TABELA 6: ANÁLISE DOS MATERIAIS CONSTRUTIVOS DAS CASAS DE CAMARA E CADEIA E CONCELHOS, 2012.

Esta tabela é a síntese das variáveis analisadas em cada edifício. O material e a forma como é trabalhado traduz o seu nível de rebuscamento, ou mesmo o nível de tecnologia dispensada à construção. Os balcões em cantaria por si só não traduzem se houve esmero no acabamento do elemento, mas sim se este foi enxilhado, o cuidado com a proporção e simetria dos blocos, e algumas vezes o tipo de rocha que foi utilizada para o trabalho. O reconhecimento da nobreza do material poderá variar considerando o contexto cronológico e geográfico, mas há unanimidade na Arquitetura Ocidental quanto alguns deles, como mármore por exemplo.

Aberturas arqueadas															
Brasão															
Frontão															
Campanário															
Relógio															
Escada externa															
Dois pavimentos															

TABELA 8: ANÁLISE DOS ELEMENTOS CONSTRUTIVOS DAS CASAS DE CAMARA E CADEIA E CONCELHOS, 2012.

		PORTUGAL								BRASIL						
		Bragança XIII	Esgueira XVI	Pavia XVI	Vila do Conde XVII	Vila Viçosa XVIII	Fronteira XVIII	Favaíós XVIII	Murça XVIII	Recife XVIII	Sirinhaém XVIII	Brejo da Madre de Deus XIX	Pesqueira XIX	Goiana XIX	Flores XIX	Igarassu XIX
Seguiam as recomendações dos tratados em relação a:	Aberturas ímpares															
	Simetria na fachada															
	Dois pavimentos															
Qual a localização do edifício na cidade?	Na praça central															
	Próximo a edifício religioso															
	Pelourinho defronte															
Estilo	Eclético															
	Neoclássico															
	Colonial															
Há presença de materiais nobres nas fachadas e elementos arqueados?																

TABELA 9: ANÁLISE COMPARATIVA DOS ELEMENTOS TIPOLÓGICOS ENTRE OS CONCELHOS E CASAS DE CÂMARA E CADEIA, 2012.

2. INTERPRETAÇÃO

O modelo construtivo e funcional de Câmara e Cadeia lusitano foi transferido e imposto à colônia, em um período de instabilidade política e territorial que marcou os primeiros séculos de colonização no Brasil. Constatou-se que em Pernambuco não se dispendiam recursos com o enobrecimento do edifício tanto quanto em Portugal.

De uma forma geral, pode-se afirmar que os *Concelhos* possuem materiais e elementos construtivos que revelam, em graus variados, a ostentação em busca de uma monumentalidade. O uso de mármore, dos elementos enxilhados com requinte nas fachadas, e internamente, escadas largas, revestidas com materiais nobres, presença de afrescos, abóbadas e arcos, revelam preocupação com a sobreposição do edifício em meio aos outros.

Segundo Harvey (1992), as classes sociais dominantes se utilizam desses elementos como fonte de aumento do poder social, e, no caso da Monarquia e Império, de aumento do poder político.

O único edifício que competia com a monumentalidade dos *Concelhos* era a Igreja Matriz, Casa da Misericórdia ou Convento. Essa relação repete-se tanto em Portugal quanto na colônia e certamente transpõe o cunho geográfico, embora tal questão deva ser trabalhada em outra ocasião.

No Brasil, este modelo da arquitetura civil e erudita³¹ foi adaptado à realidade da escassez de recursos técnicos, ou seja, mão-de-obra e finanças em sua implantação na colônia. Nessa adaptação, o padrão de edifício estabelecido pela Coroa portuguesa sofreu modificações.

A ausência de materiais nobres ou falta de preocupação com o rebuscamento dos edifícios é percebida em Pernambuco. Diante dessa afirmação surge o questionamento sobre a razão de os edifícios inseridos na colônia não possuírem essas características, apesar de guardarem certo destaque no contexto urbano, contudo, sem a presença de elementos de ostentação, como é o caso dos

³¹ O termo erudito refere-se à arquitetura produzida por mestres engenheiros que possuíam conhecimentos tratadísticos.

Concelhos. De acordo com Goulart (2000), a arquitetura urbana na colônia revela-se de extrema simplicidade e de caráter utilitário, porém com interesses nitidamente definidos.

Algumas inferências podem ser realizadas após tais constatações:

- A ausência de ornamentação, e elementos rebuscados revela uma falta de preocupação da Coroa em fazer uso desses elementos para demonstração do poder;

É conhecido que os elementos estéticos na arquitetura têm sido utilizados como instrumento de persuasão subliminar de poder. Os edifícios públicos são parte do sistema social da Colônia, mais que isso, representa o agente dominante neste sistema, no qual a arquitetura como visto no decorrer do trabalho, foi direcionada por tratados e ordenações. Desta forma, se confirma a constatação da não utilização de colunas, abóbadas, arcos, pórticos, proporção dupla, mármore, ferros trabalhados, vitral (elementos utilizados nos *Concelhos* na Europa no período em questão) em detrimento desta intenção.

- As mudanças ocorridas nos padrões estéticos³² no século XIX estimularam a transformação das fachadas dos edifícios na colônia, como modo de reafirmar a absorção das mudanças pelo poder público e a autonomia adquirida com a inserção da República.

A arquitetura do século XVII E XVIII, segundo Paiva (2009), foi condicionada pelo contexto histórico colonial, marcado pela dependência econômica, política e cultural em relação à Metrópole. Com a influência do Iluminismo no século XIX, os elementos estilísticos consequentemente sofreram transformações, sobretudo ligado à inserção do Neoclassicismo e Ecletismo no que diz respeito as Casas de Câmara e Cadeia em Pernambuco.

³² O ecletismo do final do século XIX foi o estilo consagrado pela elite como representante dos ideais republicanos e dos valores europeus preconizados na época. (SIQUEIRA, 2012).

Desta forma, pode-se determinar que os principais agentes do processo de colonização não expressam o poder de domínio através da utilização de recursos estéticos nos edifícios de Casas de Câmara e Cadeia, este se caracterizava pela locação e gabarito do edifício importados de Portugal.

REFERÊNCIAS

- ALARCÃO, J. Para uma Conciliação das Arqueologias. Porto. 1996.
- ALMEIDA, J. O Livro das Fortalezas. Duarte D'armas. 1509. Lisboa. Ed. Império, 1943.
- ARAÚJO, R. O Ofício da Construção na Cidade Colonial -Organização, Materiais E Técnicas (O caso pernambucano). Tese de Doutorado. São Paulo: USP, 2003.
- COUTO, M. Tratado de Arquitetura que Leu o Mestre & Arquit. Matheus de Couto, o Velho, 1631. (Livro I, Cap. 14 e 15. Livro II, Cap. 2, 3, 5, 6, 7, 8, 10) BNL – Cód. 946.
- BARRETO, P. T. Casas de Câmara e Cadeia. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico de Nacional, nº11, Rio de Janeiro, S.P.H.A.N, s/d.
- BITENCOURT, C. Falência da pena de prisão: causas e alternativas. São Paulo: Saraiva, 2001.
- BUENO, B. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822). FAU/USP, São Paulo, 2009.
- _____. Desenho e Desígnio: o Brasil dos Engenheiros Militares (1500-1822). FAU/USP, São Paulo, 2001.
- CABRAL, G. Elite y ejercicio de poder en el Brasil colonial: la Cámara Municipal de Recife (1710-1822). Tese de Doutorado. Universidad de Salamanca, 2007.
- COARELLI, F. Guida archeologica di Roma. Verona. Arnoldo Mondadori Editore, 1984.
- _____. Il foro romano 2 v. Periodo repubblicano e augusteo. 1983.
- COSTA, F. A. P. Anais Pernambucanos. Recife, FUNDARPE, 1983 (11 Volumes).
- COTTA, F. A. Quando os Filhos de Marte partem da Lusitânia: o processo de mundialização da cultura militar portuguesa. In: Textos de apoio do PEG (Programa Especial de Graduação). Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/quandoosfilhosdemartepartemdalusitania.pdf>> Acesso em: 22 Jul. 2011
- FUNARI, P. P. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. Natal: UFRN, 2005.
- FUNDARPE. Processo de Tombamento do Edifício da Casa de Câmara e Cadeia do Recife. 2011. Recife: FUNDARPE, 2011.

- LEITE, A. C. Os Centros Simbólicos. In: História da Arte em Portugal, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995.
- MENEZES, J. L. da M. Algumas Notas sobre Arquitetura Brasileira. In: Revista Arquivos, 1. Recife: PMR/SEC, 1976.
- NAJJAR, R. Arqueologia Histórica: manual/ Rosana Najjar. –Brasília: IPHAN, 2005.
- ORSER JR. C. E. Introducción a la Arqueología Histórica. Buenos Aires: AINA. 2000.
- PAIVA, R. Arquitetura e Cidade no Brasil: séculos XVII e XVIII. São Paulo: FAUUSP. 2009.
- PIMENTEL, L.S. Método Lusitânico de Desenhar Fortificações de praças regulares e irregulares. Lisboa, 1680.
- POLLIO, V. Tratado de Arquitetura. Tradução, introdução e notas M. Justino Maciel. São Paulo: Martins, 2007(Coleção Todas as Artes).
- PRADO JR., C. Administração. In: Formação do Brasil contemporâneo (Colônia). São Paulo: Brasiliense, 1976.
- PRADO, Luiz Regis. Curso de direito penal brasileiro. Vol. 1. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1999.
- SEGURADO, J. E. dos S. Alvenaria e Cantaria. Lisboa, Biblioteca de Instrução Profissional, s/d.
- SIQUEIRA, L. www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.012/896. Rio de Janeiro, 2001.
- STEVEN L. e W. D. K. History from things: essays on material culture. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993.
- SOUTH, S. Method and Theory in Historical Archaeology. New York: New York Press. 1977.
- TARGA, J. G. Arqueología Histórica: consideraciones generales. In: Revista de História da Arte e Arqueologia. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/chaa/rhaa/english/revista04.htm>> Acesso em: 22 Nov. 2011
- TEIXEIRA, R; TEIXEIRA. E. A Praça, a igreja e a casa de Câmara e cadeia. Símbolos, usos e relações de poder. Anais - II Encontro Internacional de História Colonial. Natal: RN, 2008.
- TRIGGER, B. G. História do Pensamento Arqueológico. São Paulo: Odysseus Ed. 2004.

GLOSSÁRIO

Arco abatido: Elemento de construção, em forma curva, obtido com “aduelas”, destinadas a cobrir um vão de abertura.

Aduela: Pedra ou tijolo talhado em cunha, usado na cobertura de um arco ou abóbada.

Algeroz: Parte saliente do telhado que protege a parede das águas pluviais.

Cornija: Fiada de tijolos ou pedras rente à face de uma edificação ou projetando-se desta, normalmente moldada de modo a marcar uma divisão na parede.

Cunhal: Ângulo externo formado por duas paredes concorrentes; também chamado quina.

Entablamento: Em sentido amplo é o conjunto de molduras que ornamenta e coroa um prédio.

Esteio: Peça de madeira, ferro ou pedra, usada para amparar alguma coisa.

Fenestração: Sequência de aberturas ou janelas localizadas na fachada.

Ópido: Lugar afortalezado; Cidade ou praça fortificada.

Pozolana: Rocha vulcânica silicosa, que se encontra nos arredores de Pozzuoli (Itália) e que, misturada com cal, se usa como cimento hidráulico.

Pingadouro: Moldura projetada que serve para evitar que as águas escorram na parede.

Silharia ou enxilharia: Trabalho de acabamento em rocha com soluções plásticas que contribuía para que a visão se fixe no conjunto do trabalho.

Tabique: Parede delgada que serve para dividir compartimentos no interior de uma construção.